

**ANÍBAL**

**04**

**POR ANTÓNIO ARAÚJO**

**CAVACO SILVA**

**RETRATOS POLÍTICOS III**

**BREVES BIOGRAFÍAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES**

**SÁBADO**

**ANÍBAL**

# **CAVACO**

**CAVACO SILVA**

**POR ANTÓNIO ARAÚJO**

O presente texto respeita a ortografia do autor,  
anterior ao Acordo Ortográfico de 1990.

**SÁBADO**

*Coordenação editorial*

João Pombeiro

*Revisão*

João Alexandre

*Capa e paginação*

PixelReply.pt

*Fotografia de capa*

Adriano Miranda/Fotobanco.pt

### **RETRATOS POLÍTICOS III**

#### **Breves Biografias de Políticos Portugueses**

é uma série editada pela Reverso em exclusivo para a revista SÁBADO.

© Reverso, 2026 | Medialivre, 2026

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

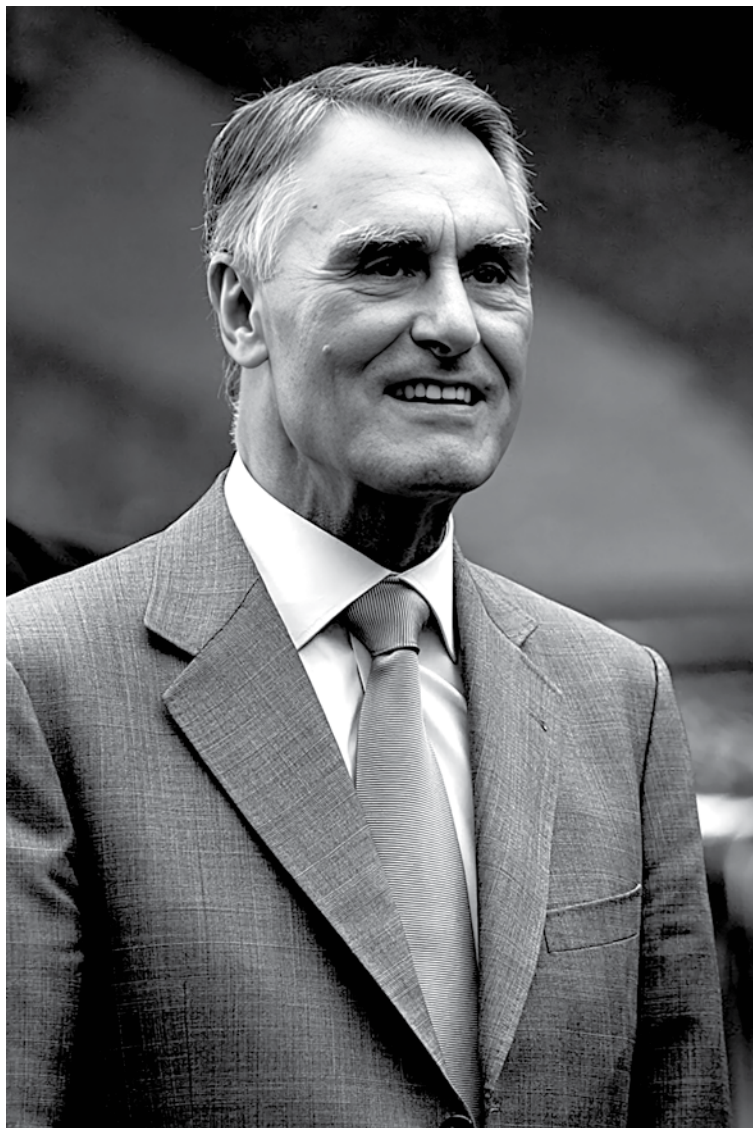
Depósito legal: 560216/26

ISBN: 978-989-9080-40-9

Impresso em abril de 2026 na Norprint.



[WWW.REVERSOEDITORA.PT](http://WWW.REVERSOEDITORA.PT)



Aníbal Cavaco Silva, Presidente da República,  
em visita oficial ao arquipélago da Madeira (6 de abril de 2008).



**CHAMAMOS-LHE  
DESTINO OU  
FADO**



Chamamos-lhe destino ou fado.  
Eu, que durante 30 anos tinha lutado por uma carreira  
como economista e como professor universitário,  
era agora o líder do segundo maior partido português.

Aníbal Cavaco Silva, *Autobiografia Política*,  
ao descrever a sua eleição para presidente do PSD  
no Congresso da Figueira da Foz, em Maio de 1985.



# ÍNDICE

11	INTRODUÇÃO
25	BOLIQUEIME
39	ANTES DE ABRIL
47	DA REVOLUÇÃO À FIGUEIRA
59	UM CITRÖEN EM RODAGEM
67	A CHEGADA AO PODER
73	MAIORIA ABSOLUTA
105	BELÉM
115	EPÍLOGO: O OUTRO CAVACO
119	CRONOLOGIA
123	GUIA DE LEITURAS



# INTRODUÇÃO

Um dia, nas páginas do *Expresso*, o cronista e militante do PS Nuno Brederode Santos escreveu uma frase que ficou famosa – “foi fácil tirar o homem de Boliqueime, mas agora ninguém consegue tirar Boliqueime do homem” –, afirmação que, anos depois, seria retomada quase *ipsis verbis* por outra figura mediática, a vedeta mundana José Castelo Branco: “pode-se tirar o homem da província, mas não a província do homem”.

Descontando o arrepiante classismo do dito, compreensível num *socialite*, indesculpável num socialista, deve reconhecer-se que ele tem um insofismável fundo de verdade.

O visado por aquelas afirmações, Aníbal António Cavaco Silva, nasceu em Boliqueime, de facto, em 15 de Julho de 1939, e de lá saiu aos dezassete anos. Para se formar em Económicas, em Lisboa, com a mais alta classificação do seu curso, para se doutorar pela Universidade de Iorque, no Reino Unido, para ser ministro das Finanças de Sá Carneiro e, mais tarde, para obter quatro maiorias absolutas que fizeram

dele o político com maior êxito eleitoral na história da nossa democracia. Em resultado disso, ocupou o cargo de primeiro-ministro durante uma década, entre 1985 e 1995, e, depois, o de Presidente da República, outros dez anos, de 2006 a 2016.

É também um facto que, naquilo que de mais essencial e substancial existe, Boliqueime nunca saiu dele, sendo essa, muito provavelmente, a razão maior dos seus triunfos, coisa que passou despercebida aos que, quando se deram ao trabalho de analisar o seu trajecto, ou a sua personalidade, foram incapazes de vencer a força do preconceito, quando não do ódio de classe.

O leque das inimizades foi variando ao longo dos anos, mas, sobretudo no seu auge, coincidente com os tempos de primeiro-ministro, cobriu um espectro deveras largo, amplíssimo, que ia da direita nacionalista, então dita “eurocéptica”, até ao extremo mais esquerdo do arco ideológico. Que muitos dos nossos intelectuais públicos mais proeminentes se tenham deixado enredar num discurso tão elitista, e, em simultâneo, tão simplista, é só mais uma prova atroz de que, quando toldada pelo fulgor das paixões, até a mais alta inteligência consegue ser muito estúpida.

Sem se aperceberem da armadilha em que caíam, ao insistirem *no discurso de Boliqueime*, centrando os seus ataques na falta de “cultura”, de “passado” ou de “mundo” de Aníbal Cavaco Silva, muitos dos seus críticos mais acérrimos contribuíram não pouco para reforçar a imagem que o próprio quis projectar perante o país, a qual, de caminho, lhe rendeu impressionantes, e porventura irrepetíveis, sucessos eleitorais.

O mais espantoso de tudo, ponto que também passou ao lado dos que o comentaram e têm comentado, é que os ingredientes daquela imagem, ou até, se quisermos, daquela mito-

logia, não só não eram novos nem originais na nossa retórica política como primavam por uma enorme simplicidade, residindo aí, de resto, a chave maior da sua eficácia.

Aníbal Cavaco Silva não foi o único nem o primeiro, e decerto não será o último, a proclamar-se como não-político, a manifestar olímpica indiferença, quando não visceral desprezo, perante as intrigas dos partidos ou o ruído da comunicação social, a defender que tinha uma vida-outra, forjada longe dos corredores do poder e, para mais, mais feliz e gratificante, e a declarar, ou deixar insinuado, que a humildade das origens lhe conferia uma autenticidade que outros não possuíam, garantindo-lhe uma via privilegiada de acesso e de comunicação com o povo, e uma compreensão ante os seus dramas e os seus anseios inalcançável aos detentores de outro tipo de raízes, mais urbanas ou mais burguesas.

Os seus detractores cairiam num outro vício de perspectiva, muito comum quando apreciamos os nossos adversários ou inimigos políticos, que é o de julgar que os seus defeitos são tão óbvios, tão patentes, tão escandalosamente gritantes, que todos os outros – leia-se: o povo eleitor – irão também aperceber-se deles e, em conformidade, censurá-los drasticamente nas urnas, votando noutros candidatos. Não se trata, ou não se trata apenas, de acreditar que os outros irão estar alinhados com as nossas preferências, as quais, precisamente por serem as nossas, são as melhores e mais justas, as mais racionais. Trata-se, mais do que isso, de tomar como evidentes os motivos dos nossos ódios, não percebendo que estes não são tão objectivos nem tão objectiváveis quanto julgamos, mas que dependem muito, quase na totalidade, da subjectividade de cada qual, gerada e forjada num contexto e num ambiente particulares, de índole urbana e pretensamente mais

sofisticada, de modo algum extensíveis ao todo da população, sobretudo aquela que existia nos alvares e em meados dos anos 1980, quando Cavaco Silva iniciou a sua marcha rumo ao poder.

Sendo as redacções dos jornais, ou as colunas de opinião neles publicadas, ocupadas por pessoas que, *grosso modo*, têm percursos e perfis idênticos, mas muito diversos dos da generalidade da população do país, é natural que surjam, não raras vezes, abissais diferenças entre a *opinião pública e a opinião publicada*, para usarmos um lugar-comum, ou, se preferirmos a célebre e perigosa antinomia de Charles Maurras, entre o *pays réel* e o *pays légal*. A actual retórica populista contra as “oligarquias” ou contra a “bolha mediática” desenvolve-se muito a partir daquela antinomia, a qual, importa dizê-lo, não só tem correspondência com a realidade dos factos como explica as frequentes “surpresas” que muitos protagonistas ou analistas políticos experienciam quando vêem o povo escolher certos líderes.

Tudo isto demonstra, por outro lado, que o comentário ou a opinião publicada têm escassa ou nenhuma capacidade de influência e mobilização popular quando se desenvolvem a partir das suas próprias pré-compreensões, deixando-se enredar e sequestrar por elas (*v.g.*, a falta de “biografia” ou de “mundo” de Cavaco). Em contrapartida, os ataques são muito mais eficazes e demolidores, por vezes letais, quando acompanham ou se centram naquilo que corresponde ao universo das representações da maioria da população. Por mais criativos e iconoclastas que fossem, os artigos da revista *Kapa* sobre Maria Cavaco Silva não tiveram qualquer efeito sobre o eleitorado; em contraste, as manchetes de *O Independente* sobre os seus ministros ou altos dirigentes *laranjas* produzi-

ram estragos muito consideráveis, sobretudo na derradeira etapa do cavaquismo, aquela em que ao cansaço da maioria se juntou o do homem que a corporizara.

A intensidade passional que Cavaco suscitou, e em parte ainda suscita, faz com que, para muitos, qualquer esforço para o compreender, e aos seus sucessos, seja de imediato confundido com um exercício laudatório ou um panegírico. Cavaco Silva será, porventura, um líder incompreendido, a crer nos seus apoiantes, mas é certamente, e isso sim, um *líder incompreensível*, pois é para esse âmbito que ainda hoje o tentam remeter.

A essa luz, os dez anos da sua governação tendem a ser representados como um tempo suspenso, quase absurdo, uma *twilight zone* situada fora dos quadros da racionalidade e do bom senso, explicável não pelos méritos do seu principal protagonista e dos seus governos, mas apenas e tão-somente porque o país, de cima abaixo, foi aspergido de súbito por recursos financeiros inauditos, vindos da Europa, que inebriaram o povo com hábitos e consumos jamais vistos, retirando-lhe a capacidade de discernir o óbvio: pelo seu percurso, ou falta dele, pelas idiosincrasias da sua personalidade, pelo barbarismo dos fiéis que o rodearam, patente no uso de meias brancas, Aníbal António Cavaco Silva não tinha, em definitivo, “perfil” para chefiar um governo do Portugal democrático. Ou seja, e em síntese, o paternalismo com que foram encarados os milhões de portugueses que, por quatro vezes, lhe deram maiorias absolutas é simétrico, no fundo, do elitismo com que o destinatário de tais maiorias sempre foi tratado.

Além do impressionante rol de medidas que a sua governação produziu, e que o próprio deixou registadas, a be-

nefício de inventário, num livro intitulado *As Reformas da Década*, Aníbal Cavaco Silva gerou uma infinidade de ditos, momentos ou episódios, alguns dos quais puros *faits-divers*, que ainda hoje fazem parte do nosso imaginário político, desde a rodagem de um Citroën rumo ao congresso que, na Figueira da Foz, lhe daria a liderança do seu partido, passando por uma atlética subida a um coqueiro no arquipélago de São Tomé, para não falar do “tabu” de 1995 sobre o seu futuro político ou a frase assassina em que prometeu tudo fazer para que o Presidente Soares terminasse o seu mandato com dignidade. De permeio, as obras efectuadas na casa onde reside há várias décadas, com edificação de uma “marquise” que o país conheceu como se fosse sua, a ingestão de uma fatia de bolo-rei como forma de resposta, ou não-resposta, à pergunta incómoda de uma jornalista mais teimosa, o *lapsu linguae* na identificação do autor de *A Utopia*, a declaração de que só dedicava escassos minutos diários à leitura dos jornais nacionais, de tudo isso se fez também o património do cavaquismo. Que muita dessa memória pouco ou nada diga hoje às gerações mais novas, quando, em contraste, marcou a fundo os que viveram as décadas em que Cavaco disputou com Soares a hegemonia da política portuguesa, é só mais um sinal dos efeitos que a erosão do tempo produz sobre todas as obras humanas.

De todo o modo, aqueles e tantos outros episódios, como o de um fim-de-semana passado em família no longínquo Pulo do Lobo, enquanto a Lisboa política fervilhava de rumor e intriga, permitem-nos perceber uma outra faceta do de Cavaco Silva, essa absolutamente inovadora na nossa retórica política, e que consistiu na utilização do *nonsense* como forma de surpreender a opinião pública e os potenciais adversários,

dispositivo tanto mais desconcertante (e, por isso mesmo, assaz eficaz) quanto não quadrava com aquilo que era, ou passava por ser, a imagem pública do locutor, tido por um homem desprovido de humor, sem rasgo nem graça, com um conceito demasiado elevado de si próprio para a estreiteza dos seus horizontes culturais e mundividenciais. A esta luz, Cavaco pouco mais era do que um contabilista cinzento, obcecado com o trabalho e com um estilo de vida frugal e austero, absolutamente desinteressante, que para mais tinha o pecado de não falar com jornalistas, como aliás disso se gaba quer nas suas memórias de primeiro-ministro, quer nas de Presidente.

Pode dizer-se que o próprio não deixou de contribuir para essa imagem, fazendo-o até, por vezes, com indisfarçado gosto, ou gozo, que muitos tomaram por arrogância. Nisso, foi absolutamente singular ou, pelo menos, bastante original. Ao contrário de outros líderes, que se preocupam à *outrance* em captar simpatias alheias para que estas favoreçam a sua imagem – e que por isso cultivam almoços e jantares com jornalistas, intelectuais e *opinion makers* –, Cavaco encarregou-se de gerir ele próprio o seu legado, na mais absoluta solidão. Publicou livros-relatórios sobre as reformas que empreendeu e sobre os seus tempos de chefe de governo e de Estado, mas não promoveu ou participou em iniciativas alheias sobre a sua acção, o que talvez explique que actualmente ainda não exista uma biografia daquele que foi o político mais exitoso da história da nossa democracia.

Aos poucos, e com os sucessivos triunfos eleitorais que ia averbando, a imagem do contabilista cinzento deu lugar à de um político florentino, habilidoso, até no limite manhoso, que na sua ambição e no seu trajecto ia deixando fiéis pelo caminho. A este “segundo Cavaco”, capaz das mais finas artes

da política, disfarçadas sob a capa de uma naturalidade aldeã ou de uma ingenuidade de *parvenu*, negou-se sempre, porém, a qualidade de “estadista” ou a capacidade “de visão”, por estreiteza de horizontes, ou falta de humanismo e cultura.

A utilização recorrente deste argumento comprova, porventura, que o que Cavaco Silva e a sua fulgurante ascensão tinham de mais perturbador residia no facto de porem em causa os quadros mentais das classes políticas tradicionais e do entendimento que estas possuíam sobre qual era e deveria ser o modo de desenvolverem a sua acção e de conquistarem o poder, seja através de eternos conciliábulos para captar apoios e aniquilar rivais, seja através de um esforço permanente de sedução dos jornalistas e dos fazedores de opinião, seja, enfim, por meio de um contacto assíduo, e por regra obsequioso, com aqueles que se acreditavam serem as “forças” dominantes da sociedade civil portuguesa, desde militares de alta patente a empresários de média ou grande dimensão, passando por príncipes da Igreja, caciques locais de respeito, ou a eterna “gente da cultura”.

Ao contrário do que por vezes pretendeu fazer crer, Aníbal Cavaco Silva não era absolutamente alheio a tudo isso, nem um intruso ou um total novato nos círculos de que se compunha o “sistema”. Desde há muito pertencia ao escol da academia, que no seu tempo tinha uma relevância política e um acesso ao poder muito maiores do que hoje, fora bolseiro e investigador da Gulbenkian, um dos maiores alfobres e pontos de convergência de elites da sua e de todas as épocas, fazia parte do punhado de economistas escutados por Sá Carneiro, ocupara uma das pastas-chave do primeiro governo da Aliança Democrática, e, sobretudo depois da morte daquele, começou a nutrir mais altas aspirações políticas.

Neste contexto, Cavaco Silva não era, pois, um total intruso. Seria, quando muito, alheio àquilo a que poderíamos chamar, não o complexo militar-industrial nacional, que esse nunca tivemos, mas o *complexo político-social português*, feito de teias de cumplicidades e de redes de sociabilidades forjadas por cruzamentos familiares endogâmicos, oriundos ainda dos tempos do Estado Novo, por amizades feitas desde os tempos do colégio ou do liceu, por afinidades electivas partilhadas através da leitura dos mesmos livros, da feitura das mesmas viagens, da frequência dos mesmos lugares e ocasiões mundanas e por uma visão do mundo que tinha o cosmopolitismo como seu ideal precípua e quintessência do refinamento, até como forma de esconjurar, ou tanto quanto possível camuflar, a natureza profundamente paroquial, e medularmente provinciana, daquilo que, ao cabo e ao resto, era uma grande família, mesmo que por vezes dividida por certas fracturas.

Por opção, timidez ou outros constrangimentos, Cavaco Silva nunca frequentou esses mundos, mas a acção dos seus governos, aliada à entrada na Europa, deu um golpe decisivo para que perdessem a centralidade que antes detinham. O cavaquismo e o pós-cavaquismo favoreceram a entrada de um novo escol político, que, na substância das coisas, e tanto por razões sociais como geracionais, já pouco tinha a ver com o universo das elites vindas dos tempos de Salazar e Caetano.

No campo económico, é certo, as privatizações permitiram o regresso de antigas dinastias, mas mesmo estas tiveram agora de se confrontar com novos *players* no mundo empresarial, que patrocinavam jornais como o *Público* ou abriam centros comerciais majestosos. O primeiro hipermercado português, o Continente de Matosinhos, inaugurado em Dezembro de

1985, ficava em terrenos antes pertencentes à Igreja, o que não pode deixar de ser visto como um expressivo e eloquente sinal dos tempos (ao qual se poderiam juntar muitos outros indícios da perda da influência da Igreja, e da moral por esta veiculada, sobre uma sociedade agora mais vocacionada para o consumo e para o sexo). No dia da abertura, uma loucura. As prateleiras ficaram vazias, como, pouco depois, sucederia nos países pós-soviéticos. E, de facto, sob a batuta de um homem frugal e austero, magro de carnes e parco em palavras, Portugal virava a página dos seus costumes e hábitos: as lojas enchiam-se de marcas estrangeiras, outrora inimagináveis, surgiam revistas femininas sofisticadas, ou outras do “social”, deixou de ser vergonha frequentar lugares da moda, o país ganhou um dinamismo social intenso, por vezes nas raias do frenético, com o preto-e-branco salazarento a dar lugar ao rosa-choque anos 80.

Os noctívagos hedonistas do Bairro Alto que fizeram a “movida” portuguesa dessa década, recentemente evocados num livro de fotografias de Daniel Blaufuks, estavam nos antípodas do cavaquismo, mas só foram possíveis graças a ele, à explosão de dinheiro circulante, por vezes empatado em euforias bolsistas que obrigaram ao correctivo do “gato por lebre”, outro dos ditos célebres de Cavaco Silva. Em Pedro Caldeira tivemos a versão portuguesa dos *yuppies* estrangeiros, a prova de que Portugal estava agora mais aberto do que nunca aos movimentos e tendências que percorriam o mundo e que éramos cosmopolitas como nunca fôramos.

Eis-nos assim, portanto, em face de um intrigante paradoxo, o de um homem que prezava a estabilidade como a mais suprema das virtudes, tanto na vida como na política, mas que foi, ao cabo e ao resto, um grande desestabilizador.

À semelhança do que ocorrera com Ramalho Eanes ou Mota Pinto, a humildade das origens despertava, à direita, uma repulsa acima de tudo estética, mais do que política ou até social. Contudo, para uma certa larga parcela da esquerda, a mais conotada com o PCP, mas não só, o facto do filho de um gasoleiro chegar aos mais altos cumes do governo da nação era também perturbante, ao mostrar que o sistema permitia módicos de meritocracia e não era assim, afinal, tão dominado pelas “grandes famílias” como Álvaro Cunhal sempre sustentara.

À semelhança do seu protagonista, o cavaquismo tende a ser recordado em termos radicalmente extremados. Para uns, foi um tempo de “anos dourados”, patentes na frieza dos números, quer políticos, quer económicos, que atestaram a convergência com a Europa, o apoio dos cidadãos votantes ou a explosão do consumo. Para outros, a década cavaquista foi época de vistas curtas, marcada pelo betão das grandes obras, pelos excessos de poder da maioria, pelos riscos de “mexicanização” do regime, pelos escândalos de alguns ministros ou, enfim, pela falta de visão e estratégia na gestão dos vultuosos fundos vindos da Europa, atribuindo-se a estes, somente a estes, a chave e o segredo da popularidade de Cavaco e dos seus triunfos políticos.

Por explicar fica, então, como conseguiu ele ser eleito Presidente, mais de dez anos volvidos sobre a sua saída do governo. O facto de ser ter candidatado por duas vezes a Belém, perdendo à primeira para Sampaio, contribuiu decerto para infirmar a ideia de que Cavaco Silva não era “político”, mas mostrava outra faceta do seu carácter, a persistência. Quando se candidatou, nas presidenciais de 1996, conheceu pela primeira vez o amargo sabor da derrota, mas nem isso o fez de-

sistir de esperar dez longos anos para voltar a apresentar-se novamente ao sufrágio dos portugueses, sendo então eleito à primeira volta, em Janeiro de 2006, com 50,59% dos votos, percentagem que amplificou para 52,95% nas eleições de 2011, revelando que, pelo menos até então, era muito positiva a apreciação que a maioria dos cidadãos fazia do seu mandato. Nos dez anos que esteve em Belém, conviveu com três primeiros-ministros – José Sócrates, Passos Coelho, António Costa – e com os tempos que estes protagonizaram: o “socratismo”, culminado anos depois com a detenção e a prisão preventiva do chefe de um amplo movimento, com ramificações no mundo dos negócios ou nas redacções dos jornais; os anos de chumbo da “troika” e do programa de ajustamento; e, por fim, a génese da “geringonça”, cujos primeiros efeitos se fizeram sentir já no mandato do seu sucessor, Marcelo Rebelo de Sousa.

Como é frequente, quase fatal, nos chefes de Estado do nosso semipresidencialismo, criou plúrimas inimizades, sobretudo no segundo mandato, e saiu de Belém com escassas taxas de popularidade. Não chegou, contudo, aos extremos de Ramalho Eanes, que presidiu em conflito aberto com o PS de Mário Soares e a AD de Sá Carneiro e Balsemão, acabando por patrocinar uma força alternativa, o Partido Renovador Democrático. Nem, tão-pouco, sentiu as agruras de Soares, que viu demitir-se um dirigente do seu partido, Vítor Constâncio, com acusações de interferência na sua liderança. Ou as de Jorge Sampaio, também confrontado com a demissão do líder do seu partido de origem, Ferro Rodrigues, desgastado por aquele ter dado posse ao executivo de Santana Lopes. Tudo resumido, isto mostra bem até que ponto o exercício da função presidencial é desgastante para os seus titulares ou, se

quisermos, que a dado momento do seu mandato todos eles são chamados a tomar decisões difíceis, fatais para a memória histórica (Soares, recorde-se, recandidatou-se em 2006, ficando em terceiro lugar, com 14,34% dos votos). Daí que a popularidade “à saída”, aferida no momento de cessação de funções, talvez não seja o critério ideal para avaliar o mandato de um Presidente, até porque é muito ambivalente aquilo que os portugueses esperam do seu chefe do Estado. Por ignorância da Constituição ou pura paixão política, ou outros motivos quaisquer, tanto reprovam que o inquilino de Belém se imiscua em excesso na acção governativa como reclamam que o faça de modo abrupto e bruto, o célebre “murro na mesa”. Para estes dois juízos tão drásticos, tudo varia, naturalmente, de acordo com a conjuntura ou com a cor política de quem é governo: se for da nossa ideologia, reclama-se contenção; se for do campo contrário, exige-se intervenção.

Aníbal Cavaco Silva, por seu lado, parecia mais talhado, de facto, para o exercício de tarefas governativas, seja por formação, seja por feito. Ainda assim, não caiu na tentação de ser governo ou de reeditar o cavaquismo a partir do Palácio de Belém e mesmo os seus mais acérrimos detractores nunca o acusaram de ter desrespeitado a Constituição. Sofreu críticas, isso sim, por a ter salvaguardado, quer quando pediu a fiscalização de uma alteração ao Estatuto dos Açores que acabou esmagadoramente chumbada pelo Tribunal Constitucional, quer quando solicitou a intervenção do mesmo Tribunal a propósito de alguns actos legislativos aprovados pelo governo de Passos Coelho. Nos tempos deste último, preferiria afirmações sobre os cortes na sua pensão de reforma que geraram um vendaval de críticas e uma descida vertiginosa nos seus índices de popularidade.

Disse, vezes sem conta, que não se importava com tais índices, uma afirmação que, aliada ao desprezo a que votou os jornalistas e os comentadores políticos, e até à sua rigidez corporal (que lhe valeu o epíteto de “Múmia”, entre outros mimos), acabou por marcar negativamente a sua imagem junto de muitas elites e, crê-se, de bastantes cidadãos. Nos tempos finais do mandato, intelectuais de renome chegaram a questionar a sua sanidade mental, tema que, apesar de absurdo e esdrúxulo, voltaria a ser retomado a propósito do seu sucessor.

Porventura, Aníbal Cavaco Silva confiou excessivamente em si próprio, e na eloquência do que fizera, quer como primeiro-ministro, quer como Presidente, para o *trabalho da memória* do seu percurso político. Ainda é cedo para saber se a História lhe será madrastra, e o máximo que pode dizer-se a tal respeito é que, tendo saído de Belém há mais de dez anos, as suas intervenções públicas continuam a despertar interesse e a provocar impacto. Não foi esquecido, portanto. Agora como será lembrado, são contas de outro rosário.

# BOLIQUEIME

**N**as origens estive, e como sempre, a deslumbrante, maravilhosa, imprevisibilidade da vida. Somente Deus, ou talvez nem Ele, seria capaz de prever que aquelas duas crianças, que aos 11 anos acordavam de madrugada para apanharem o comboio das cinco, que os levaria de Boliqueime a Faro, estariam um dia a trabalhar os dois, lado a lado, naquela que era então a residência do incontestável ditador do país, António de Oliveira Salazar.

Um chamava-se Aníbal, outro Teófilo, e à singularidade dos nomes próprios juntavam a vulgaridade dos apelidos, Cavaco Silva, Carapeto Dias. Décadas volvidas, já em democracia, o primeiro viveria em São Bento como primeiro-ministro, o segundo como seu ajudante administrativo.

Tal como Teófilo Carapeto Dias, Aníbal António Cavaco Silva nascera em Boliqueime, fazendo-o a 15 de Julho de 1939, evento que consta hoje, na versão inglesa da Wikipédia, como um dos quatro grandes sucessos mundiais desse dia, a par da entrada, para o primeiro lugar dos *top's* musicais

da América, de “Stairway to the Stars”, de Glenn Miller, da vitória de Henry Picard no 22.º Campeonato da PGA (a Professional Golfer’s Association of America, não confundir com a Prova Geral de Acesso à Universidade, que tantas dores de cabeça daria ao então recém-nascido no Algarve) e, enfim, do início das emissões de uma popular rádio de Manila, nas Filipinas. Dias depois, a 18 de Julho, Roosevelt reuniu com senadores na Casa Branca, tentando reverter o isolacionismo norte-americano, e avisando-os que uma guerra na Europa estava iminente, ponto que alguns deles contestaram.

Editado em Paderne, em 2012, *Gente de Boliqueime – Notas biográficas* é um livro de Arménio Aleluia Martins, autor de outras obras, como *Agora chuto eu... pontapés na vida e na bola*, ou *Onde os rouxinóis cantam*. A obra de Arménio Aleluia inventaria os nomes e as biografias das principais personalidades nadas e criadas naquela povoação algarvia, ou que com ela tiveram especial relação de proximidade, como sucede com Maria Alves da Silva Cavaco Silva, natural de Messines de Baixo mas casada com um dos filhos mais dilectos da terra, ou com Guilherme Waldemar Pereira d’Oliveira Martins, três vezes ministro no mesmo governo (o XIV Constitucional, de Guterres: Educação, Presidência e Finanças), o qual, não tendo nascido em Boliqueime, considera-se filho da terra, onde viu a luz a sua mãe e os seus avós maternos, em cuja casa passava férias.

A família Cavaco – ou, mais propriamente, os filhos de Teodoro Gonçalves Silva e de Maria do Nascimento Cavaco – ocupa lugar de destaque: além de Aníbal, Rogério, o primogénito, nascido em 1935, professor primário casado com uma professora, que depois de se reformar foi trabalhar nos negócios do pai, acumulando com o cargo de tesoureiro

no Sporting Clube Farense na época em que este alcançou a I Divisão; Maria do Rosário, nascida em 1941, que fez o curso de Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa, sendo professora na capital (na Escola António Arroio) e em Loulé, além de ter desempenhado papel de destaque na génese da Liga dos Amigos de Boliqueime; por fim, o mais novo, António, que se licenciou em Electrotécnica no Técnico e foi pintor amador.

Boliqueime conta ainda, entre os famosos, a escritora Lídia Jorge, a poetisa e ensaísta Maria Aliete Galhoz ou o ciclista Vítor Tenazinha, vencedor, entre outros, do “Prémio Laranjina C” e do “Grande Prémio Robbialac”, antes de emigrar para a América, onde abriu um restaurante.

Aníbal António é, na actualidade, o boliqueimense que chegou mais longe, mas só o futuro dirá se, nos anais da História, terá lugar comparável ao de outro seu conterrâneo d’antanho, Manuel Fernandes Bexiga, nascido em data incerta, algures entre 1670 e 1680, e também conhecido por “Bexiga d’Alfontes”, que nos tempos de D. Pedro II ficou lendário no Alentejo e nos Algarves pela força hercúlea da sua musculatura. Para comprovar o prodígio, o rei mandou chamá-lo, e quis conservá-lo consigo, mas Bexiga eximiu-se, alegando ter muitos filhos, família para cuidar.

O nome de Manuel Bexiga é devidamente anotado por Pinho Leal em *Portugal Antigo e Moderno*, o qual refere que, aquando do terramoto de 1755, ainda existiam dois filhos seus no povo de Boliqueime. Um deles, o padre Manuel Fernandes Bexiga, era também conhecido pela potência dos seus braços, graças à qual conseguiu resgatar com vida várias pessoas que, no dia do sismo, se refugiaram na igreja paroquial. O desabamento desta fez várias vítimas, diz-se que 99, tão-só

porque o pároco lhes asseverou que, no interior do templo, estariam a coberto das fúrias divinas. Escrevendo em meados/finais do século XIX, Pinho Leal referiu que, no Povo Velho de Boliqueime, que à época tinha 650 fogos (em 1757, eram 560) ainda existiam várias ruínas de edifícios destruídos pelo abalo de terra.

Sobre a igreja matriz há uma história curiosa, provavelmente lendária: começaram por construí-la, no serro de Diogo Neto, a 800 metros da povoação, mas, durante as obras, todos os dias, ao início da jornada de trabalho, a ferramenta dos pedreiros aparecia num lugar diferente, pelo que o povo entendeu, não se sabe se bem se mal, que era aí que o orago S. Sebastião queria que se edificasse a igreja, o que se fez.

Não foi este, obviamente, o único melhoramento que os séculos produziram na terra, bem longe disso. Um deles, mais recente, ocorrido pouco depois de Aníbal aí ter nascido, deitou abaixo a casa natal onde viu a luz, sita no cruzamento preciso da EN 125 com a estrada que liga a sede da freguesia à estação de caminho-de-ferro. O pai comprou outra casa, com muito espaço para armazém mas apenas dois quartos, que alojaram, além dos progenitores, o pequeno Aníbal António, então com cinco anos, Rogério, com nove, e a única menina, Rosário, de três. Três anos depois, aí nasceria o mais novo da família, António.

“É terra muito abundante de cereais, vinho, figo, azeite, amêndoas e alfarrobas (ou, como aqui dizem, farrobas)”, informava Pinho Leal, acrescentando que o vinho era temporão, e que em fim de Agosto já se vendia vinho novo de Boliqueime, e de outras terras do Algarve, na concorrida feira de Loulé. Mais esclareceu que toda a água de Boliqueime era proveniente de poços e que apenas para as bandas de Quar-

teira, no juncal do morgado de Vale de Reis, existiam três grandes olheiros de água doce – Olho da Mezugueira, Fonte do Ulmo e Fonte do Bordalo –, os quais, além de pejados de sanguessugas, eram tão fundos que, quando o gado por lá caía, jamais saía com vida.

No ritmo lento do velho Portugal rural, o universo em que Cavaco nasceu e cresceu, em finais dos anos 1940, princípios dos anos 1950, não andava muito longe do descrito por Pinho Leal em obra saída em 1873. Nesse quase século de diferença, houve decerto mudanças, como é óbvio, mas o essencial da vida da família, com os avós agricultores e o pai comerciante de frutos secos, permanecia ligado à terra e ao que esta dava, consoante o vaivém das estações do ano e a variação dos humores do clima.

Na sua *Autobiografia Política*, escrita após ter exercido as funções de primeiro-ministro, Aníbal Cavaco Silva diz ter tido “uma meninice típica de uma família de fracos recursos, onde não faltava o essencial, mas pouco mais havia”. Um meio social, portanto, que não era o da pobreza extrema, nem o da absoluta incultura, já que ambos os pais eram alfabetizados; mas, seguramente, uma família que não era abastada, nem sequer para os padrões da terra, podendo caracterizar-se como da pequena, pequeníssima, burguesia de uma região do país que também não era rica, antes marcada por uma economia de subsistência. Em todo o caso, e o ponto é mais importante do que parece, nem o pai nem os avós de Cavaco Silva eram assalariados, mas pequenos proprietários rurais e, no caso de Teodoro, o pai, pequenos comerciantes.

A este respeito, e muito mais do que a *Autobiografia Política* de Cavaco Silva, são assaz esclarecedoras as memórias do seu irmão António, praticamente desconhecidas, que afirmam,

logo nas primeiras páginas, “na casa dos meus pais a única cultura que nascia todos os dias, logo bem cedo pela manhã, era a do trabalho. A grande preocupação deles era arranjar dinheiro para que nada faltasse em casa. Muito perto de nós, a pobreza vivia com muitas dificuldades e o meu pai tinha conhecido, bem de perto, essa realidade quando era jovem”.

Conta-nos ainda António Cavaco Silva num outro texto, este inédito, que, depois de fazer a tropa – e de uma ida a salto para trabalhar em França, quando tinha dezassete anos –, o seu pai Teodoro decidiu ir para Faro, abrir uma casa para vender comida, negócio que correu mal, pelo que regressou a Boliqueime. Aqui, falou com um dos homens ricos da terra, Damião Faísca, perguntando-lhe se queria alugar uma casa que tinha no Largo da Fonte, para aí abrir uma venda para a feira de Outubro. E assim foi:

Com o dinheiro que conseguiu amealhar enquanto estive a trabalhar em França, comprou directamente aos fornecedores garrações de vinho, sacos de batatas e barricas de atum salgado, para confeccionar a comida que iria ser vendida durante os dias da feira. Depois de o atum ser demolido, a minha Mãe, com a ajuda da irmã mais velha, a Cavaquinha, e de uma mulher contratada, prepararam pratos de atum com batatas que eram ornamentados com rodela de cebola e regados com azeite antes de serem servidos. Este era um prato que era muito apreciado pelos feirantes pois o sabor do sal do atum chamava pelo vinho como a secura chama pela água. Naqueles dias não havia tempo para descansar. Os feirantes eram muitos e não tinham tempo para esperar pois, no largo da feira, havia muito negócio que tinha de ser feito. As mesas para

comer estavam sempre ocupadas. Mal uma estava para vagar já havia gente à espera que dava para encher dias. Foi assim durante os três dias da feira.

No último dia da feira, a mãe entrou em trabalho do parto, enquanto Teodoro prosseguia na azáfama do negócio. Assim nasceu o primogénito, Rogério, que viu a luz em plena festa de Outubro do ano de 1935, aquela em que Teodoro conseguiu o dinheiro para iniciar um comércio de compra e venda de alfarroba, de amêndoa, de figos. Segundo o testemunho do filho António, a sua fama de homem honesto fazia com que os agricultores preferissem vender-lhe a ele os produtos da sua terra, que Teodoro – ou Teodoro da Fonte, como era chamado – ia depois transacionar com os grandes comerciantes de Faro. Saía de casa de madrugada, numa carroça puxada por um macho, indo com tanto sono que por vezes tombava sobre os sacos da alfarroba, enquanto o animal, que já conhecia o caminho, prosseguia pela estrada fora. Com o dinheiro amealhado, começou a negociar outros produtos, cevada, aveia, milho. Enquanto isso, o negócio da venda prosseguia, sempre com clientela. Por vezes, em dias de feira, passava por lá António Aleixo, este ocupado num outro comércio, o da venda das suas quadras.

O nascimento de Aníbal não foi diferente do de Rogério. Viu a luz em casa, como nos conta o seu irmão António:

Estávamos em meados de Julho quando a minha Mãe deu à luz o segundo filho. O meu Pai ficou muito satisfeito por ter mais um filho. (...) Ao novo elemento da família foi dado o nome de Aníbal. Passados dois dias do nascimento do novo filho, já a minha Mãe passava os dias

na mercearia. Levava o recém-nascido ao colo, embrulhado numa mantinha, e colocava-o dentro de uma caixa, que tinha preparado, quando necessitava de atender os clientes. O berço estava no quarto. Era o mesmo que tinha sido comprado para o Rogério.

O bebé era a atracção de todo o pessoal que ia às compras. Embora a mãe fosse uma figura de estatura média, mais magra do que gorda, o novo habitante daquela casa era gordinho e comprido. A mãe olhava para ele com ternura e sorria com as expressões que ele fazia no rosto. Estava feliz. A tia Cavaquinha fez para ele um bibe, azul da cor do céu, a transbordar de luminosidade, com dois passarinhos bordados no peito. (...)

A Marta (a tia Martinha) e o marido (o tio António Cruz) iam muitas vezes à Fonte visitar os meus pais. Foi ele o convidado para padrinho daquele que tinha nascido no mês de Julho de 1939. Ele chamava-se Aníbal e não hesitou em pôr no afilhado o mesmo nome. Era costume na época os padrinhos porem o seu nome nos afilhados.

Tal como tinha acontecido com o primeiro filho, o meu Pai preocupava-se mais com aquilo que tinha para fazer do que com o novo herdeiro. Quando almoçava em casa ia sempre vê-lo ao berço, e perguntava se estava tudo a correr bem, mas não gastava mais do que cinco minutos com esta conversa. Descansava na mulher.

Não registando doenças ou outros sucessos trágicos, muito típicos da época, as descrições da infância de Aníbal Cavaquinho Silva resumem-se a muito pouco: as idas a pé para a escola primária, sita no centro da terra, frente à igreja, em cujo adro jogava ao pião e ao berlinde, o exame da quarta classe, feito

em Loulé, no dia do seu aniversário, e a decisão tomada pelos pais, à última hora, de o inscreverem para fazer o exame de admissão à Escola Técnica Elementar Serpa Pinto, em Faro, para prosseguir os estudos do ciclo preparatório, um nível de ensino que, note-se, Teodoro e Maria do Nascimento não tinham frequentado.

Aos 11 anos, começou uma etapa nova, precocemente independente. Às cinco e meia da madrugada, Aníbal, sozinho, apanhava o comboio-correio que ligava o Barreiro a Vila Real de Santo António, rumo a Faro, onde permanecia o dia inteiro, até ao regresso às seis da tarde. No ano seguinte, passou a ter a companhia de Teófilo Carapeto Dias, quatro meses novo do que ele, que o seguirá pela vida fora.

Deu-se então um episódio decisivo, porventura o primeiro e mais relevante que Cavaco quis gravar na sua biografia oficial, apresentando-o como o *turning point* no seu modo de encarar a vida, até aí caracterizado pela despreocupação e pela meninice ou, nas suas palavras, pela “vivacidade e irrequietude” próprias de uma criança da sua idade. Após ter concluído o ciclo preparatório com uma classificação mediana, mas aceitável, de 12 valores, no primeiro ano do Curso Geral de Comércio da Escola Comercial e Industrial de Faro, falou mais alto a atracção da bola e dos matraquilhos, com o resultado trágico de um valente chumbo.

Aníbal tinha acabado de fazer 14 anos, e a sua carreira académica poderia ter terminado ali. Mesmo atendendo à imprevisibilidade da vida, que atrás se referiu, não é arriscado dizer-se que, nesse cenário, Portugal e a sua História seriam hoje diferentes. Na decisão de Teodoro Silva, sem que este se tenha apercebido disso (o que torna tudo ainda mais maravilhoso), jogou-se o destino de um país e de milhões dos

seus cidadãos, a esmagadora maioria dos quais nem sequer tinham nascido à data destes minúsculos sucessos.

Segundo parece, e ante o fracasso do filho, Teodoro zangou-se menos do que aquele esperava. Preferiu, ao invés, a pedagogia do exemplo, tirando-lhe as férias de Verão e mandando-o trabalhar na pequena propriedade do avô, situada no Morgado de Quarteira, actual Vilamoura. A propriedade chamava-se Comenda, e nela mourejou Aníbal um mês inteiro, na rega do milho e da batata-doce, em lugar de ir estanciar, como era hábito, na praia dos Olhos d'Água, de que adiante se falará.

Seria fácil e óbvio dizer que a Comenda serviu de emenda, mas o facto é que, se lermos as primeiras páginas da autobiografia de Aníbal Cavaco Silva, ou algumas entrevistas de vida que concedeu ao longo dos anos, encontraremos, repetidas como um *mantra*, expressões como “fortíssima vontade de lutar por um futuro diferente”, “a minha vontade de vencer”, “vontade de ir mais além nos estudos”, “forte vontade de lutar para vencer”, ou “trabalhar com afinco para dar resposta aos desafios e alcançar os objectivos”.

No primeiro volume de *Quintas-Feiras e Outros Dias*, o relato dos seus dez anos em Belém, vai ainda mais longe, enaltecendo o trabalho como chave primordial do sucesso: “Por muito inteligente, talentoso ou criativo que alguém possa ser, é minha convicção profunda que, para ter sucesso de forma honesta, é necessário muito trabalho. Foi assim comigo, quer como estudante, quer na vida profissional, quer na vida política”.

Palavras com que, naturalmente, e como sempre sucede nos testemunhos memorialísticos, Aníbal Cavaco Silva quis compor a sua *persona* pública e legá-la à posteridade. Contu-

do, de tão insistentemente reiteradas, elas integram decerto a visão que tem de si próprio e do seu trajecto. E, evidenciam, por outro lado, e mais decisivamente, uma concepção laboriosa da vida política, a que alguns chamam “tecnocrática”, nos termos da qual, bem vistas as coisas, a política se confunde, em larga medida, com administração – ou, ser quisermos, com um trabalho de gestão dos assuntos públicos –, o que talvez nos ajude a perceber, desde logo, que este perfil não se ajustava ao de um líder partidário na oposição, pelo que, entre outras venturas que teve na sua vida pública, Cavaco Silva foi bafejado pelo curto lapso de tempo que mediou entre a sua ascensão à liderança do PSD, no Congresso da Figueira, em Maio de 1985, e o triunfo eleitoral nas legislativas de Outubro desse ano. Nos mais de dez anos em que dirigiu os destinos sociais-democratas, só esteve escassos meses fora do governo, sendo difícil concebê-lo nas vestes de chefe da oposição, a bradar no parlamento. A sua concepção laboriosa da política projectar-se-ia, de igual sorte, no modo como exerceu as funções de Presidente, que, logo nas primeiras páginas de *Quintas-Feiras*, descreve como uma jornada começada todos os dias às 10 da manhã, terminado perto das oito da noite e ainda com trabalho para casa.

Sobre aquela viragem da sua existência, quando ainda era um miúdo, é um facto de que ela faz parte da forma como o próprio nos apresenta a sua biografia, oficial ou oficiosa. Não há razões, contudo, para duvidar da veracidade do seu relato, ante a objectividade dos resultados obtidos: em face da possibilidade de interromper os estudos e de, no fundo, repisar os passos dos avôs e do pai no *piccolo mondo* de Boliqueime e terras limítrofes, Cavaco, nas suas palavras, “agarrou-se aos livros”. Em Outubro de 1953, voltou às aulas em Faro, com

o apoio da mãe, nunca mais reprovou na Escola Comercial. Terá sido em Faro, porventura, que sentiu pela primeira vez o peso das distinções sociais, menos evidentes no ambiente da sua terra natal. Na rivalidade entre os alunos da Escola Comercial e os meninos do liceu, de maiores posses, os primeiros eram os “costelas” e os segundos eram os “bifes”, epítetos com que se mimoseavam mutuamente, sem que, ao que se saiba, tenham resultado danos de maior, para uns e para outros, dessa juvenil luta de classes.

Entretanto, os negócios do pai tinham começado a melhorar, e Teodoro decidira construir uma casa nova, com umas bombas de gasolina que, muitos anos depois, passaram a ser citadas em todas as narrativas de Aníbal Cavaco Silva enquanto jovem. A par do abastecimento de combustíveis, o patriarca da família manteve, e expandiu, o comércio de frutos secos e outros produtos. Apesar de continuar a estudar, o filho auxiliou-o em muitas dessas tarefas, as quais, de resto, faz questão de enumerar: “servente de pedreiro, na construção da nova casa na Fonte de Boliqueime; apanhador de amêndoas, figos e alfarrobas, nas pequenas propriedades herdadas dos meus avós; ajudante, nos camiões que transportavam sacos de alfarroba triturada na moagem anexa à casa de habitação; escriturário; atendedor de clientes; cobrador de facturas”.

O Algarve da sua infância desconhecia ainda o turismo, como o próprio faz questão de frisar nas memórias, em que refere que, nos Olhos d’Água, onde estanciava durante o Verão, não havia luz, correio ou telefone, nem sequer acessos por estrada. “Para lá ia-se de carroça, de burro ou a pé. Levavam-se os colchões, o fogão, os tachos e os candeeiros a petróleo. Enfim, tudo!”.

Por sorte, uma tia sua era casada com o chefe do posto da Guarda Fiscal, em cuja casa albergava os sobrinhos, filhos do irmão Teodoro. Quanto ao mais, comia-se carne muito raramente, nem sequer rádio havia, a trintena de jovens que lá se reunia, vindos do Barreiro, do Algarve ou de Lisboa, tinha divertimentos castos, próprios da idade e da época: bailari-cos, serenatas ao luar, corridas no areal, a apanha das conqui-lhas, récitas amadoras, organizadas por Adelina Gião.

Entre os participantes, Maria Alves da Silva, uma jovem que Aníbal descreve como a “mais bonita e inteligente do grupo” e que, segundo assevera, desvanecido, muitos achavam parecida com Audrey Hepburn. Ficara órfã de mãe à nascença, vivia já em Lisboa, com uns tios, ele funcionário da Carris. Nas férias, contudo, regressava a casa de uma tia, em Boliqueime, onde vivera em criança. E, naturalmente, frequentava as praias de Armação de Pêra e dos Olhos d’Água.

Anos depois, em Julho de 1972, num episódio pouco conhecido da existência de Boliqueime, até porque foi clandestino, as Brigadas Revolucionárias de Carlos Antunes e Isabel do Carmo fizeram um roubo espectacular de mais centenas de quilos de explosivos numa pedreira próxima. As versões apresentadas pelos membros das Brigadas, já após o 25 de Abril, são algo contraditórias, tanto falando em 300 quilos como em duas toneladas de material bombástico, e ora numa pedreira, ora numa cimenteira. Numa coisa, porém, são coincidentes: como era timbre das acções das BR, houve a preocupação de não causar vítimas e, pese ter sido amarrado, o guarda-vigia da pedreira foi tratado com desvelo. Puseram-lhe até uma almofada à cabeça, para aguardar com conforto a vinda das autoridades.



# ANTES DE ABRIL

**E**m Setembro de 1956, com 17 anos, Aníbal Cavaco Silva partiu para Lisboa, onde se instalou para prosseguir os seus estudos no Instituto Comercial.

Já conhecia a capital enquanto estudava em Faro, ainda que de uma forma *sui generis*: nos tempos de férias, o pai deixava-o ir a bordo, sentado entre o motorista e o ajudante, dos camiões carregados dos géneros que comerciava: sacos de ervilhas ou cabazes de tomate, destinados aos mercados do Rego ou da Ribeira; alfarroba triturada, para as fábricas de rações de Xabregas e de Alverca; sacos de figos para uma destiladora de Torres Novas.

A expansão destes negócios permitiu a Maria do Nascimento convencer o marido a custear as despesas dos estudos do filho, agora mais longe da terra de origem. Aníbal instalou-se numa pensão de segunda, no Largo da Trindade, em quarto partilhado com dois companheiros do Algarve, um de Faro, outro de Albufeira, mas mudou-se logo a seguir para uma outra, da mesma categoria, na Rua da Misericórdia,

a dois passos do Instituto Comercial, na zona do Calhariz. Dois anos depois, foi viver para Campo de Ourique, bairro a que a sua futura mulher estava ligada desde há muito e que se converteu na sua morada pela vida fora. Há quase 60 anos reside numa artéria nas imediações desse bairro, a Travessa do Possolo, hoje mais conhecida como “a rua da casa do Cavaco”, a da marquise histórica, do que pela dinastia de mercados italianos que desde 1882 lhe deu o nome, em substituição das suas antigas designações: Travessa dos Burros, primeiro; Travessa da Boa Morte, depois.

Depois de concluir o Curso de Contabilista, no Instituto Comercial, Cavaco abalçou-se a mais altos voos, o da licenciatura no então denominado Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF), mais tarde Instituto Superior de Economia e que hoje se chama Instituto Superior de Economia e Gestão ou, num registo provinciano, ISEG – Lisbon School of Economics & Management, mas que para sempre ficará crismado com o nome que já detinha nos tempos de Cavaco, “o Quelhas”.

Para lá chegar, teve de realizar, no Liceu D. João de Castro, como aluno externo, o exame do 7.º ano de Filosofia e, em 1959, com 20 anos, matriculou-se no Curso Superior de Finanças do ISCEF. Iniciou-se, então, a etapa lisboeta da sua trajectória, a estudar às mesas dos cafés de Campo de Ourique, o Canas e o Ruacaná, na companhia de alguns colegas, Moisés Cardoso, Abdool Vakil, Salim Issá. As notas, que até aí tinham sido medianas, ou relativamente boas (acabara o curso de contabilista com 15 valores), começam agora a atingir patamares mais elevados, dando ensejo a que sonhasse com voos mais altos, até com uma carreira na Universidade.

Dos tempos de estudante universitário, e à parte as apostas no Totobola, para as quais acreditava ter encontrado um método infalível que, contudo, jamais produziu resultados visíveis, não existem as referências típicas nas memórias biográficas, seja sobre as leituras que fazia ou os livros que o marcaram, seja sobre idas ao teatro ou aos cineclubes, seja, enfim, sobre aquilo que pensava sobre o seu país e o mundo.

São também muito escassas, quase nenhuma, as alusões ao seu ideário político, que provavelmente não estava ainda sedimentado na altura, ou a envolvimentos em actividades cívicas no combate à ditadura. O mais que se sabe, a este respeito, é que participou, como tantos outros, na crise académica de 1962, fazendo greve às aulas e indo à manifestação na Cidade Universitária e que, graças à prática do atletismo, conseguiu correr mais rápido do que os polícias que o perseguiram. Sempre que ia a caminho do Quelhas, e ao passar em São Bento pela residência de Salazar, atravessava para o outro lado da rua, pois aquele era, nas suas palavras, o “símbolo de um regime que eu não apreciava”.

Um dia, chegou mesmo a ter um azar com as autoridades, o qual, pese não revestir-se de conteúdo político, é digno de ser narrado: ao princípio da tarde, quando ia com Maria a caminho das aulas, ele no Instituto Comercial, ela na Faculdade de Letras, no Convento de Jesus, o afoito Aníbal decidiu apanhar um eléctrico no Largo da Estrela, atleticamente pendurado no estribo exterior. Ao passar pela Calçada da Estrela, na esquina oposta à casa de Salazar, não conseguiu desviar-se a tempo de um candeeiro de iluminação pública que lá existia – e existe – com o qual colidiu, partindo a respectiva campânula. Um polícia deteve-o, levou-o para a esquadra das Francesinhas, de onde só saiu ao final da tarde, com as costas

doridas, após ter conseguido reunir os 200 escudos necessários a pagar a campânula estilhaçada...

Quanto ao mais, numa fase mais tardia e já casado, frequentava a Capela do Rato, ouvia a música de Zeca Afonso, conheceu Malangatana em Moçambique, votou na CEUD de Mário Soares nas legislativas de 1969. Não foi, porém, um opositor activo e, menos ainda, um “antifascista”, mas também, e ao contrário de muitos, nunca se fez passar por tal. As palavras que dedica ao pós-25 de Abril mostram também que, pese ter aderido sem dúvidas ao novo regime, as conturbações revolucionárias, sobretudo na universidade, atormentaram o seu espírito disciplinado e metódico.

Não foi, pois, um “vira-casacas” de 1974, como aqueles que João Abel Manta desenhou num *cartoon* famoso, desde logo porque, no anterior regime, não desempenhara cargos de relevo que justificassem actos de contrição nem manifestações públicas de adesão ao governo nascido no dia inteiro e limpo.

Tudo indicia, a este propósito, que a sua politização foi lenta ou, se preferirmos, que a política, tanto no plano teórico como no domínio prático, não ocupou lugar central no horizonte das suas preocupações, desde logo porque as suas prioridades se concentravam em concluir o curso e, depois, arranjar meios de sustento para a família que fundara ou estava prestes a fundar. A estada em Inglaterra, de que adiante se falará, teve papel determinante na sua conversão à democracia, feita, segundo se crê, menos pela leitura de obras teóricas de filosofia política do que pela observação empírica do que era um viver num regime livre, com eleições, partidos e uma imprensa vigilante.

Neste como em muitos outros domínios, Maria, a mulher com quem se casou em 20 de Outubro de 1963, na Igreja de

São Vicente, em Lisboa, parece ter exercido um papel determinante. Mais politizada do que o marido, um *nerd* de Finanças, Maria Cavaco Silva mostrara já, nas eleições de 1958, simpatias pelo “general sem medo”, a ponto de lhe chamarem “delgadinha”. Era natural do Algarve, como ele, conheciam-se de Boliqueime e dos Olhos d’Água, não sendo essa, de modo algum, a única afinidade electiva que os uniu pela vida fora. Também ela tivera um percurso agreste, marcado pela morte precoce da mãe quando tinha um ano de vida. Em resultado disso, veio morar para Lisboa, para casa de uns tios, no Bairro de Campo de Ourique, e aqui fez, sem dramas nem sobressaltos, a sua carreira escolar, até se licenciar em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras, em 1960, e começar a dar aulas no Liceu Passos Manuel.

Tudo clássico e previsível, portanto. Um outro aspecto, porém, merece ser mencionado, que é o facto de, como também era frequente em muitos casais da altura, a formação de Maria em Letras ter contribuído não pouco para alargar os horizontes culturais do marido, sobretudo em áreas que este não dominava, a literatura e as artes, sobretudo a primeira.

Ao longo da carreira política de Aníbal, Maria Cavaco Silva foi alvo de ataques tão grandes ou maiores do que os do marido, centrando-se aqueles, num registo misógino hoje tido por imperdoável, em questões ou facetas que os seus críticos entendiam ser como tipicamente “femininas”: a aparência física e o modo de vestir ou de estar, a ousadia ou o inusitado dos gestos, por alguns considerados pouco próprios do lugar secundário ou do papel servil que a mulher de um primeiro-ministro ou uma primeira-dama da República é suposto desempenhar. Com excepção de Maria Barroso, poupada a este tipo de contestação, a um tempo estética,

a outro bastante machista, todas as mulheres dos presidentes da República foram questionadas, impugnadas, fustigadas, e, note-se, sempre com argumentos idênticos, plasmados nas caricaturas de Augusto Cid sobre Manuela Eanes e o estilo dos seus penteados, no boneco do Contra-Infamação de Maria José Ritta, figurada como autoritária ante um Sampaio fraco e obediente ou, enfim, sobre Maria Cavaco Silva, a quem Paulo Portas chamou, num assomo não raro de snobismo, “pequena ou média intelectual”.

É uma tendência que vem de trás, bastando lembrar que, nos tempos do Estado Novo, Gertrudes e Natália Thomaz, a mulher e a filha do vetusto almirante Américo, foram dos principais alvos da derisão oposicionista. Tendência que, como está bem de ver, mereceria por certo a atenção das feministas, uma vez que, em todos os casos citados, tratou-se de mulheres sem formação, vocação ou ambição para a política, que acabaram colocadas no centro desta – e sob os holofotes da imprensa – apenas e tão-somente por, num passado mais ou menos remoto, se terem apaixonado e casado com homens que posteriormente ocuparam cargos de relevo na condução dos destinos da nação. Nas críticas que lhes são feitas, além de bastante crueldade, há, pois, uma grande dose de injustiça.

Aníbal e Maria casaram, como se disse, em 20 de Outubro de 1963, onze dias antes de o primeiro ter de embarcar no *Infante D. Henrique*, rumo a Lourenço Marques, no cumprimento do serviço militar. No ano anterior, recebera a notícia de que o seu pedido de adiamento fora indeferido e que, como tal, deveria apresentar-se em Santarém, na Escola Prática de Cavalaria, para realizar a recruta. Tratou-se, diria ele, de um “murro no estômago”, já que a ida à tropa, ademais por

um longo período de dois anos, colocava seriamente em risco aquele que era o seu maior desígnio, a conclusão do curso de Finanças, no qual era já um dos alunos mais destacados. Eis um episódio que, para os saudosistas do “antigamente”, demonstra sem qualquer equívoco o que era ser jovem nos tempos de Salazar. Sem padrinhos nem cunhas que o livrassem da comissão militar em África, Aníbal Cavaco Silva, aos 23 anos, esteve na iminência de perder tudo aquilo por que tinha lutado ao vir para Lisboa, ficando tão-só, e na melhor das hipóteses, com o diploma de contabilista e uma perspectiva de carreira nessa profissão, tida por desinteressante e cinzenta.

Em Moçambique, e Cavaco não o esconde, teria a ventura de não conhecer os horrores da guerra, confinado que ficou à “tropa de alcatifa” (ou “guerra dos papéis”) do quartel-general e das repartições de contabilidade. Nas suas memórias de Lourenço Marques, não há registo de mortos ou feridos, nem sequer notícia dos “turras”. Em contraste, abundam as descrições idílicas da vida colonial, os fins de tarde passados numa tertúlia do café Jambu, a explosão dos jacarandás em flor na quadrícula da cidade, os passeios de automóvel pelo litoral, em praias de areia branca a perder de vista, ou em contacto com os animais da selva, em modo *África Minha*.

Com a ajuda de colegas da universidade, que lhe mandavam os apontamentos de Lisboa, e a complacência dos seus superiores hierárquicos, continuou a estudar e, em Outubro de 1964, viajou até à metrópole para realizar os exames que lhe deram a ambicionada licenciatura em Finanças.

Não muito depois, e quando ainda estava em Lourenço Marques, o antigo professor de Finanças III, Carlos Alves Martins, convidou-o para seu assistente e, mais tarde, pro-

pôs-lhe ser bolsheiro do Centro de Economia e Finanças da Gulbenkian, de que era director. Concluída a bolsa, entrou para o quadro de investigação do Centro e, em 1966, começou a dar aulas no Quelhas e a publicar os primeiros textos académicos, um artigo sobre a média de Dow-Jones na Bolsa de Nova Iorque, e o livro *O Mercado Financeiro Português em 1966*. Nesse mesmo ano, nasceu a primeira filha, Patrícia, e, logo no ano seguinte, o filho, Bruno.

Com o apoio de Alves Martins, decidiu abalançar-se ao doutoramento, feito na Universidade de Iorque, em Inglaterra, que, anos volvidos, e em mais um momento de elitismo anticavaquista, Maria Filomena Mónica qualificaria como “uma instituição que, por ser recente, não tinha prestígio”.

Ao fim de dois anos, e sob a supervisão de Sir Alan Peacock, tinha concluída a tese, *A Contribution to the Theory of the Macroeconomics Effects of Public Debt*, defendida em provas públicas, em Novembro de 1973, e publicada, anos depois, em Londres e em Nova Iorque, pela editora Martin Robertson.

Meses depois, em Abril de 1974, meteu a família e os haveres no automóvel, um BMW branco comprado há pouco, e rumou a Lisboa e à Travessa do Possolo. Chegou a 15, dez dias antes da revolução.

# DA REVOLUÇÃO À FIGUEIRA

**P**or uma ironia da História, dos quatro primeiros Presidentes da República eleitos após o 25 de Abril, nenhum participou nos festejos da revolução: Ramalho Eanes estava em Angola, Soares no exílio de Paris e Jorge Sampaio e Cavaco Silva decidiram permanecer nas suas casas, cumprindo as ordens do MFA.

Depois, e como é natural, todos terão celebrado a liberdade, cada qual à sua maneira e de acordo com o envolvimento político que então detinha, muito intenso no caso de Sampaio e sobretudo no de Soares, indiscutivelmente menor com Eanes e com Cavaco (este dirá que “explodiu de alegria” com a notícia da rendição de Marcelo no Quartel do Carmo).

Não há razões, todavia, para duvidar da adesão e do comprometimento de Aníbal Cavaco Silva com o novo regime, patente na sua inscrição como militante n.º 850 do PPD, logo em Maio de 1974, a convite de Alfredo de Sousa, seu colega na universidade.

O ponto, de tão óbvio, nem careceria de ser sublinhado, não se desse o caso de ainda há pouco, em 2019, três anos depois ter cessado funções como Presidente da República, ainda se discutir, nos meios de grande informação, se Cavaco Silva teria sido, ou não, informador da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a polícia política de Salazar.

Desde meados de 2010, segundo o jornal Polígrafo, circula na Internet, inclusive, uma imagem de um cartão da PIDE, com data de 1961 e a assinatura do director da corporação, Armando Silva Pais, onde figura uma fotografia antiga de Aníbal Cavaco Silva e a indicação da respectiva categoria funcional, “Informador”.

A falsificação é grosseira e básica, um claro exemplo de *fake news*, mas a circunstância de ter circulado em massa, instilando a dúvida entre os mais crédulos, será porventura a prova de que, para muitos, ou alguns, Aníbal Cavaco Silva justifica um tipo particular de demonização, aquele que, aberta ou veladamente, o associa à ditadura do Estado Novo e à figura de Salazar. Alguns ensaios académicos sustentam que foi no período dos seus governos que se desenvolveu o *revisionismo histórico* sobre a revolução de Abril e, em consequência, sobre o regime anterior e, entre os seus detractores mais à esquerda, Aníbal Cavaco Silva é, não raras vezes, comparado ao ditador de Santa Comba. Num certo sentido, e sem receio de exageros, pode concluir-se, pois, que teve de lidar com dois preconceitos patrimoniais, o daqueles que, à direita, o consideravam um intruso num “sistema” feito de oligarquias e de castas e o dos que, à esquerda, tinham a memória de Abril como reduto e baluarte de uma só área política.

Sobre tudo isto, o que haverá a dizer não vai muito além do óbvio: Cavaco Silva saudou, como democrata, a queda

do anterior regime, mas afastou-se dos excessos do PREC, a ponto de, no calor da revolução, ter pensado abandonar o país e ir trabalhar para o estrangeiro. Participou na fundação do PPD, no lugar discreto que então detinha, o de professor universitário e técnico da Gulbenkian, esteve como cidadão anónimo na Fonte Luminosa, apoiando Mário Soares, sem imaginar decerto que, anos volvidos, conviveriam juntos noutra qualidade, ele como chefe do governo, o outro como chefe de Estado.

Já admirava Francisco Sá Carneiro desde os tempos deste na “ala liberal” e, no pós-25 de Abril, quando o viu falar na televisão, desabafou para a mulher que aquele lhe parecia ser “um político inteligente e sensato”. Encontraram-se pouco depois, Cavaco aderiu ao partido, e participou em reuniões do seu gabinete de estudos, então dirigido por Alfredo de Sousa e António Pinto Barbosa, do qual fazia parte, e não tardou muito para que passasse a integrar o grupo informal de especialistas que o líder social-democrata ouvia em matéria económica.

Esteve no primeiro comício do PPD, no Pavilhão dos Desportos, contribuiu com textos para a elaboração do programa da nova força política, mas, por um impedimento pessoal (o funeral no Algarve do pai da sua mulher), não pôde comparecer no primeiro congresso, realizado também no Pavilhão dos Desportos, em Novembro de 1974.

Nos momentos fundadores do PPD, teve o papel de um militante de base, ainda que dos mais qualificados, e participou em sessões de esclarecimento ou reuniões políticas, algumas das quais com ministros do governo provisório. Recusou, porém, o convite para integrar as listas dos candidatos à Constituinte, dando primazia, como sempre, à sua carreira

académica. Foi em nome dela, aliás, que resistiu inicialmente ao convite feito por Sá Carneiro, em Outubro de 1979, para ser ministro das Finanças do seu governo, se acaso a Aliança Democrática, que havia sido formada no Verão desse ano, viesse a ganhar as eleições de Dezembro.

Na altura, já pertencia aos quadros do Banco de Portugal, para onde entrara em Setembro de 1977, como director do Departamento de Estatística e Estudos Económicos, a convite do então governador, José da Silva Lopes, e do vice-governador, Vítor Constâncio (em mais um dos encontros da História, nos quais o Portugal paroquial é fértil, Cavaco vencê-lo-ia nas legislativas de 1987 e, um pouco mais tarde, Constâncio abandonaria a liderança dos socialistas e a vida política activa).

Entretanto, na Universidade, e poucas semanas depois de ter entrado para o Banco de Portugal, foi designado vogal da comissão instaladora da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, onde, em Novembro de 1979, prestou provas públicas para professor de Economia Pública. Abandonara o Quelhas, com mágoa, em Maio de 1978, e, entretanto, começara também a dar aulas na Universidade Católica Portuguesa, à Palma de Cima.

Por essa altura – ou, mais precisamente, em Outubro de 1978, no n.º 3 da revista *Economia* –, daria à estampa um breve artigo, intitulado “Políticos, burocratas e economistas”, que muitos consideram ser o condensado perfeito do seu modo de encarar a acção pública. O texto era quase uma beatificação dos economistas, dizendo que estes, munidos dos seus “instrumentos de análise”, conseguiam demonstrar cabalmente que certas soluções, por serem as economicamente mais eficientes e, como tal, deveriam ser as escolhidas pelo sector público. Tal não sucedia, ou não sucedia com a fre-

quência devida, porque entre as cristalinas conclusões dos economistas e as decisões finais do Estado se interpunham os malfadados políticos, os quais tomavam opções “na base do seu próprio bem-estar e não no interesse da sociedade como um todo”. Mais do que isso, os políticos tendiam a “favorecer a escolha de alternativas em que predominam benefícios directos, imediatos e de fácil percepção”, em detrimento de outras mais benéficas para a sociedade no seu todo. E, decisivamente, escrevia Cavaco Silva que “o horizonte temporal dos políticos é mais curto do que o da sociedade, porque a duração dos seus mandatos é breve (geralmente 3 a 5 anos) e o seu interesse principal é serem reeleitos de modo a permanecerem no poder”. Talvez resida aqui a chave do futuro apreço de Cavaco Silva pela estabilidade política – e pelas maiorias absolutas... –, pois só ela, em seu entender, permitia libertar os decisores políticos, ao menos em parte, da obsessão com o curto prazo e o imediato. E talvez aqui resida, também, a explicação para a reiterada proclamação de que não era “político”, ao menos naquela acepção do termo.

Em face de tudo isto, é mais do que plausível que Aníbal Cavaco Silva, como o próprio afirmou, não tenha aceitado de imediato o repto de Sá Carneiro para ser seu ministro das Finanças. A sua trajectória nos primeiros anos da revolução e do pós-revolução confirma, de facto, que não sentia especial atracção pela política nem aproveitou, ao contrário de muitos, o vazio de poder então criado para se alcandorar a altos lugares no Estado ou nas empresas nacionalizadas. Tudo indicia, contudo, que a actividade político-partidária, se não o entusiasmava a ponto de por ela deixar a carreira académica, despertou-lhe curiosidade, até por se tratar de um mundo novo, para ele como para quase todos os outros.

Não possuía, porém, vocação nem instintos de tribuno, como de resto abertamente confessa nas suas memórias, onde refere os receios que teve nas primeiras vezes em que, como ministro, teve de intervir no hemiciclo de São Bento. A timidez, um dos traços mais marcantes do seu carácter, acompanhá-lo-ia toda a vida, quer nos tempos de chefe de governo, quer nos de Presidente, podendo dizer-se – e este é um dos tópicos mais singulares do seu percurso – que antes de vencer eleições e conquistar o país, Aníbal Cavaco Silva teve de vencer-se a si próprio, de debelar a pulsão interior que o impelia para refugiar-se nos ambientes em que se movia mais facilmente: a família, desde logo, e obviamente; um pequeno círculo de amigos íntimos, muitos dos quais vindos dos tempos de juventude; um punhado de próximos, que com ele se cruzavam nos corredores da universidade ou noutras instituições de elite, e, enfim, o trabalho solitário de gabinete, no exercício de funções que conhecia e dominava. Quando, em ocasiões reiteradas, afirmou ter saudades ou desejo de uma vida privada não estava decerto a mentir, e a brincar menos ainda, já que todo o seu trajecto público foi feito, com o inestimável apoio da mulher, em luta contra si mesmo e com uma visceral aversão pelo desconhecido e pelo improvisto.

Nisto, como em muitos outros planos, não poderia ser mais diferente de Sá Carneiro ou de Mário Soares. A imagem que projectou para o exterior, que a muitos pareceu altiva, ou distante, era fruto daquela insegurança íntima, ultrapassada através de uma preparação meticulosa, e ao milímetro, de todas as suas intervenções públicas.

O carisma de Francisco Sá Carneiro, aliado ao facto de ter sido fundador do PPD, à sua meteórica carreira política e,

sobretudo, às circunstâncias trágicas da sua morte, ainda hoje alvo de controvérsia, converteram-no numa figura totémica para os sociais-democratas, da qual todos os líderes ou aspirantes a líder pretendem retirar o seu quinhão de legitimidade ou de autoridade. Aníbal Cavaco Silva não fugiu a essa regra, como ficou patente, desde logo, no discurso de encerramento do congresso da Figueira, que em Maio de 1985, o sagrou como líder do partido fundado por Sá Carneiro. Invocá-lo-ia vezes sem conta e, ainda recentemente, voltou a reconhecer que aprendera com Sá Carneiro a forma de dirigir um governo, designadamente na condução dos conselhos de ministros, e que foi também ele, mais do que leituras teóricas, que o iluminou nos caminhos da social-democracia.

Para irritação dos seus críticos, tanto à esquerda como à direita, Cavaco Silva afirmou-se sempre como social-democrata de cepa e, ainda recentemente, disse ter recusado, nos seus tempos de primeiro-ministro, aquela distinção ideológica, “uma velha divisão totalmente ultrapassada”. Talvez seja excessivo o diagnóstico de que a diferença entre a direita e a esquerda esteja obsoleta, como os tempos actuais vêm mostrando, mas o facto é que a ideia do “fim das ideologias”, muito em voga nos seus tempos de governo, assentou-lhe como uma luva e permitiu-lhe alargar significativamente a sua base eleitoral de apoio.

Cavaco Silva teve também a sagesa de jamais ter querido disputar a Sá Carneiro, e à sua memória, o lugar que o antigo primeiro-ministro detinha na história do seu partido ou na História de Portugal, uma vez que tal lugar pertence ao domínio do mítico, ou do místico, e, portanto, do intangível (e do inatingível). A Sá Carneiro deveu e deve muito, não apenas o início da sua carreira pública – e o convite para

ministro das Finanças – como o primeiro contacto com um líder e um modelo de liderança. Entre Sá Carneiro e Cavaco Silva, todavia, há diferenças substanciais, radicais, na forma de estar na política: no primeiro, um evidente gosto por muito daquilo que a política encerra, no que esta tem de lúdico e aparatoso, mas também de apaixonado e emocional. Aníbal Cavaco Silva, ao invés, guardou as emoções para a sua esfera íntima, familiar, e, em comparação com Sá Carneiro, até porque os tempos já eram outros, teve uma trajectória mais cerebral e pensada, cartesiana, pautada por menos ruptura e drama, mas, em direitas contas, mais consequente nos resultados.

Outra diferença entre os dois, essa ainda mais evidente, prende-se com o facto de Sá Carneiro ter não só gosto, como orgulho, na política, a ponto de dizer aos seus ministros, como Cavaco recorda, que todos eles eram obviamente “políticos”, desde logo por exercerem as mais altas funções da governação do país. Aníbal Cavaco Silva, pelo contrário, sempre procurou figurar-se como “não-político”, ou mesmo como “antipolítico”, fazendo disso, de resto, um dos seus principais trunfos ou argumentos na hora de conquistar o eleitorado.

O êxito que obteve nessa empresa deve-se, em boa medida, à conjuntura histórica em que ela teve lugar. Pelas suas características, inclusive pessoais, Aníbal Cavaco Silva jamais poderia ter-se afirmado como líder nos tempos quentes do pós-revolução, ademais como líder de um partido tão composto e heterogéneo como então era o PPD. Em contrapartida, com a democracia mais consolidada, com o povo cansado das crispções e dos extremismos revolucionários, e também mais fatigado pela instabilidade crónica da nova República,

e após duas intervenções do Fundo Monetário Internacional, o seu perfil de liderança era aquele por que muitos suspiravam, e que devidamente compensaram na hora do voto.

Sá Carneiro e Cavaco Silva foram, portanto, e em suma, dois homens e dois líderes muito distintos, mas cada qual ajustado ao seu tempo, ou àquilo que o tempo impunha.

Aníbal Cavaco Silva foi ministro pouco tempo, cerca de um ano, e diz, sobre a experiência, não ter tido “vida fácil”. Tendo como chefe de gabinete Manuela Ferreira Leite, sua eterna devota, e como secretários de Estado Silveira Godinho, Miguel Cadilhe, Tavares Moreira e Figueiredo Lopes, e Rui Carp como subsecretário de Estado, Aníbal Cavaco Silva foi titular das Finanças de um governo de coligação instável, o da Aliança Democrática de Sá Carneiro, do PPD/PSD, de Freitas do Amaral, do CDS, e de Gonçalo Ribeiro Teles, do PPM.

Sobre aquilo que então fez, deixou um escrito desenvolvido, *A Política Económica do Governo de Sá Carneiro*, publicado em 1982. Mais do que a recensão das medidas tomadas, matéria que interessará sobretudo aos especialistas, é sintomático o gesto de ter dado à estampa, dois anos depois da tragédia de Camarate, um balanço da sua colaboração com Sá Carneiro, gesto que, naturalmente, tinha um óbvio conteúdo político, sobretudo porque tomado numa altura em que se avolumavam os sinais de desagregação da Aliança Democrática e dos governos do seu líder, Francisco Pinto Balsemão.

É também sintomático que, na sua autobiografia política, e ao descrever o seu escasso ano como ministro das Finanças, Cavaco tenha dito que, a dado passo, já se mostrava cansado e com saudades do remanso da universidade: “A intensidade do trabalho como ministro das Finanças e a dificuldade sentida em manter a orientação que eu considerava correcta para a

estabilização e a modernização da economia portuguesa, apesar da simpatia com que os outros ministros me tratavam, foi produzindo em mim um certo cansaço e saudades da actividade docente e do Gabinete de Estudos do Banco de Portugal”.

No final do Verão de 1980, manifestou a Sá Carneiro a intenção de sair, mas este segurou-o o mais que pôde. Em Outubro, escreveu-lhe uma longa carta, aceitando que a sua demissão poderia causar problemas ao governo, dispondo-se a permanecer até depois das presidenciais de Dezembro, mas impondo diversas condições, a que chamou “exigências” (entre aspas...), para o fazer. Queixava-se, não da falta de apoio do primeiro-ministro, que sempre sublinhou e agradeceu, mas da hostilidade de alguns ministros, que, na defesa das suas pastas, mostravam incompreensão perante os esforços de rigor e contenção orçamental que, em seu entender, a situação do país exigia.

No dia 4 de Dezembro, a quinta-feira fatídica, Cavaco Silva reuniu em São Bento com o primeiro-ministro Sá Carneiro, com o ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, e com as altas chefias militares para discutirem o orçamento das Forças Armadas, um dos assuntos mais complexos que teve de gerir na sua passagem pelo Terreiro do Paço. A reunião, segundo ele, “não correu bem”, e no final da mesma ficou ainda um tempo a conversar com Amaro da Costa nos jardins da residência oficial do primeiro-ministro.

Depois foi para casa e, como não se sentia bem, foi observado por um médico amigo. Ao final da tarde, deslocou-se ao Ministério, onde esteve pouco mais de uma hora. Por volta das nove da noite, quando se preparava para jantar em casa, foi surpreendido pela televisão, como milhões de outros portugueses, com a notícia vinda de Camarate.

---

**ANÍBAL TINHA ACABADO DE FAZER  
14 ANOS. A SUA CARREIRA ACADÊMICA  
PODERIA TER TERMINADO ALI. MESMO  
ATENDENDO À IMPREVISIBILIDADE DA  
VIDA, NÃO É ARRISCADO DIZER-SE QUE,  
NESSE CENÁRIO, PORTUGAL E A SUA  
HISTÓRIA SERIAM HOJE DIFERENTES.**

---



# UM CITRÖEN EM RODAGEM

**N**uma das fotografias que Cavaco Silva publicou na sua *Autobiografia Política*, vemo-lo a sair de um automóvel, algo desajeitado, com a chaves do carro na mão, fazendo jus ao dito de Mota Pinto, que dizia trazê-las sempre na algibeira, em sinal do seu desapego ao poder. O local da imagem é o Pátio dos Bichos, no Palácio de Belém, e a viatura um Citroën BX 16 TRS, matrícula JB-63-45.

O automóvel, então novinho em folha, bem merecia estar agora conservado num museu, pois, a par da chaimite “Bula”, é um dos veículos mais importantes da história da nossa democracia: a “Bula” criou-a, fê-la nascer; o Citroën consolidou-a, deu-lhe maturidade.

O automóvel ganhou foros de lenda, e faz hoje parte da mitologia do cavaquismo, pelo único e singelo motivo de o seu legítimo possuidor ter dito, em mais do que uma ocasião, que a rodagem da viatura foi um argumento decisivo para, num belo dia de Maio de 1985, ter decidido fazer-se à estrada, rumo à Figueira da Foz.

De lá sairia líder de um partido, e com a rodagem do automóvel feita, espera-se, já que, não muito depois, o dono seria obrigado a mudar de transporte, fazendo-o agora nas viaturas oficiais do Estado, enquanto primeiro-ministro.

O Citroën foi falado por Cavaco Silva não para dizer que tinha ido à Figueira fazer a rodagem do automóvel, o que seria deveras inverosímil, mas para afirmar, como o faz na sua autobiografia, que chegou a pensar nem ir sequer ao congresso do seu partido. Disse à mulher que iriam num dia e viriam no outro à Figueira, apenas para marcar presença, aproveitando de caminho para rodar o novo automóvel, o que já parece mais plausível (ainda que, como é óbvio, não totalmente convincente).

Sobre o que se passou na Figueira – ou até, em termos mais amplos, sobre o que se passou entre a morte de Francisco Sá Carneiro e a ascensão de Aníbal Cavaco Silva à liderança do PSD – há testemunhos contraditórios, por um lado, e alguns relatos jornalísticos, por outro.

Nas suas memórias, o sucessor de Sá Carneiro, Pinto Balsemão apelida Cavaco Silva de “activo e destrutivo”, atribuindo-lhe, e a outros, responsabilidades graves na deterioração da AD e na queda do seu governo. Cavaco, de seu lado, apresenta uma versão mais edulcorada dos acontecimentos, dizendo que recusara o convite de Balsemão para continuar como ministro e que decidira afastar-se da vida partidária, nela permanecendo, contudo, como “observador atento”.

As perspectivas de Balsemão e de Cavaco são tão díspares entre si, e, num caso e noutro, tão comprometidas com os acontecimentos, que dificilmente permitirão fixar uma versão consensual e credível para ambas as partes. O que parece evidente é que, ao declinar o convite de Balsemão, Cavaco

não pensou no imediato no seu próprio futuro político ou, se quisermos, não se posicionou para alcançar a liderança do PSD. Desde há muito que pedira para sair do governo de Sá Carneiro e, quando este morreu, apoiou inequivocamente Balsemão como sucessor, contrariando aqueles que advogavam outras soluções, como Freitas do Amaral ou o próprio Cavaco Silva. É impossível, por outro lado, assacar a Cavaco a responsabilidade pela destruição da AD, a qual chegou ao fim por motivos vários, o mais óbvio dos quais foi a impossível tarefa que recaiu sobre Pinto Balsemão, a de suceder a Sá Carneiro nas circunstâncias dramáticas em que tal sucedeu, evidenciadas, entre o mais, nas impressionantes exéquias fúnebres do falecido primeiro-ministro, em 6 de Dezembro de 1980. Por estranho que pareça, ou talvez não, o principal adversário de Balsemão acabou por ser, ao cabo e ao resto, Sá Carneiro e o seu mito, a aura de tragédia em que a sucessão ocorreu.

Aquilo que se disse serem as “debilidades” da liderança de Balsemão pode decorrer das suas características pessoais, sem dúvida, mas também do singelo facto de, como na tragédia da Dinamarca, todos perderem sempre na comparação com um fantasma. Além da desagregação interna da sua base de apoio, os governos de Balsemão viram-se também confrontados com a abertura de um grave conflito institucional com Belém, com um agravamento dos dissídios já evidentes no tempo de Sá Carneiro, mas agora levados ao ponto de, num célebre e triste episódio da história da nossa democracia, o Presidente Eanes ter imposto que as suas conversas semanais com o primeiro-ministro ficassem registadas em cassetes áudio, para garantia absoluta da veracidade sobre o que cada qual tinha dito nesses encontros.

Entre as muitas peripécias do Congresso da Figueira – comuns, de resto, aos vários partidos democráticos – e além da rodagem do automóvel e de assinaturas forjadas por Alberto João Jardim (que reconheceu mais tarde ter assinado por vários delegados madeirenses, quando estes já se encontravam a dormir), há um momento que ressalta, a intervenção do candidato mais bem posicionado, João Salgueiro, o qual afirmou, a dado passo, “entre o louco e o personagem real não é o grau de convicção que os distingue. Só que num caso a realidade é uma e, no outro, é uma ilusão. De Napoleões falsos estão cheios muitos hospícios”.

Muitos anos depois, ao ser entrevistado pela jornalista Lilliana Valente, para uma peça do *Observador* sobre o Congresso da Figueira, Salgueiro esclareceria que não quis, de modo algum, chamar louco ao seu adversário, Aníbal Cavaco Silva.

A alusão ao imperador francês pode, todavia, ter cabimento num outro sentido, já que Cavaco foi bafejado por aquilo que Napoleão mais valorizava nos seus generais: a sorte. O próprio o reconheceria quer após ter cessado funções como primeiro-ministro, quer no final da sua carreira política, escrevendo, nas suas memórias de Presidente: “Costumo dizer que tive sorte. Mas há vários passos para que, em termos de balanço, não tenha qualquer razão para me queixar da vida que até agora me foi dado viver”.

No Congresso da Figueira, usaria uma fórmula diferente, mas convergente no propósito e no sentido, ao referir-se ao “fado ou destino” para explicar a circunstância de ter sido eleito presidente do PSD contra todas as probabilidades e, segundo ele, pouco ou nada tendo feito para isso. “Chamamos-lhe destino ou fado. Eu, que durante 30 anos tinha lutado por uma carreira como economista e como professor

universitário, era agora o líder do segundo maior partido português”, assim descreve Cavaco Silva, na sua *Autobiografia Política*, a sua ascensão à presidência dos sociais-democratas.

Neste caso, a sorte ou, se quisemos, o fado, manifestou-se na circunstância de, quer nos tempos de Balsemão, quer nos do seu sucessor, Carlos Mota Pinto, terem surgido diversos focos de contestação interna sem que nenhum conseguisse formular uma alternativa credível e consistente às lideranças em funções. Praticamente desde a morte de Sá Carneiro e até ao Congresso da Figueira, ou seja, entre Dezembro de 1980 e Maio de 1985, o PSD viveu dilacerado por questões intestinas, sem que nenhuma das várias forças em contenda tivesse capacidade de se opor às demais. Chegados a 1985, havia ainda uma outra questão decisiva, a da escolha do candidato às presidenciais do ano seguinte.

Enquanto primeiro-ministro do governo do “Bloco Central”, resultante da coligação entre PS e PSD, Mário Soares contava decerto com o apoio dos sociais-democratas na corrida a Belém, mas as coisas complicaram-se quando Mota Pinto se demitiu da liderança do partido, e do cargo de vice-primeiro-ministro, em Fevereiro de 1985. Mais ainda, a escassos dez dias do Congresso da Figueira, que, ao que tudo indicia, poderia, segundo muitos, marcar o seu regresso à liderança do partido, Carlos Mota Pinto faleceu trágica e subitamente.

Adensou-se, assim, a incógnita sobre quem iria ser o próximo presidente social-democrata. Nas vésperas do Congresso da Figueira, e mesmo durante os seus momentos iniciais, o favorito era João Salgueiro, que tinha sido ministro das Finanças de Balsemão, entre 1981 e 1983, mas perfilava-se

também um outro candidato, Rui Machete, que substituíra Mota Pinto no cargo de vice-primeiro-ministro do governo do “Bloco Central”.

Neste contexto, a *trouville* de Cavaco, e dos que o apoiaram, foi ter encontrado uma solução para o impasse que o PSD vivia quanto à escolha do seu candidato presidencial: ao invés de dar o seu aval a uma potencial candidatura de Mário Soares, o que poderia diluir a prazo o PSD no PS, ou de buscar afanosamente o nome de um militar, como Firmino Miguel (Cavaco diz que chegou a pensar que o melhor seria o partido recandidatar Soares Carneiro, o derrotado de 1980), Aníbal Cavaco Silva propôs que os sociais-democratas negociassem o apoio ao nome de Diogo Freitas do Amaral.

A sua plataforma política – e, em conformidade, a mensagem principal das intervenções que fez na Figueira – centrava-se na questão presidencial e no nome de Freitas do Amaral, relativamente ao qual, contudo, Cavaco não advogava um apoio incondicional e sem reservas, como, aliás, foi obrigado a esclarecer no Congresso. Antes sequer de sair de Lisboa, ao volante do Citroën BX, já tinha em mente o apoio a Freitas, com quem conversara pouco antes durante um almoço no Sheraton.

Apoiado por uma frente heterogénea, que ia dos irrequeitos jovens da “Nova Esperança” (Santana Lopes, Marcelo Rebelo de Sousa, José Manuel Durão Barroso, José Miguel Júdice, etc.) a nomes ligados a Mota Pinto, como Fernando Nogueira, além de Eurico de Melo, Dias Loureiro, Amândio de Azevedo, Montalvão Machado, Fernando Ribeiro da Silva ou Fernando Brochado Coelho, entre outros, Aníbal Cavaco Silva acabaria por obter uma vitória escassa sobre João Salgueiro, por meros 57 votos.

Na reunião do grupo parlamentar do PS com o primeiro-ministro Mário Soares, realizada logo a seguir ao Congresso da Figueira, os socialistas pressentiram o óbvio, que o governo do “Bloco Central” estava definitivamente comprometido a prazo, o mesmo sucedendo a um eventual apoio social-democrata à candidatura presidencial de Soares.

Este terá dito, no *meeting* dos socialistas, e depois de ter invocado o seu passado de resistente a Salazar e a Caetano, e a Cunhal e a Vasco Gonçalves: “quem pensa que ele que é, esse ‘professor’ vindo não se sabe de onde?”

O tempo encarregar-se-ia de o esclarecer. Mas, por ora, ainda faltava o desenlace final, o fim do “Bloco Central”.

Este ficou pressagiado logo no primeiro encontro que Soares e Cavaco tiveram, na residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento, uma conversa tensa que, na reminiscência de Cavaco Silva, terminou com Mário Soares dizendo “apesar do meu ar um pouco bonacheirão, não pense que me vem moldar às suas exigências ou que lhe vou fazer jeitos”. Pouco depois, e numa subtil alfinetada, como Cavaco tivesse dito que a sua reunião com os dirigentes do PS, a 24 de Maio de 1985, iria ser um encontro de trabalho e não uma “cimeira de flores”, a delegação social-democrata tinha a aguardá-la, na sede do PS, na Rua da Emenda, um edifício coberto de ramos floridos...

“No final da reunião, a minha impressão era de que o PS tinha já concluído que a ruptura da coligação era inevitável e eu começava a pensar o mesmo”, refere Cavaco Silva na sua *Autobiografia Política*. Na verdade, em 3 de Junho de 1985, a comissão política nacional do PSD decidiria, apenas com duas abstenções, as dos representantes dos Açores e da Madeira, que não havia condições para manter o “Bloco Central”.

Nesse cenário, de alto risco, Cavaco preferia eleições antecipadas, e o CDS de Lucas Pires também. Entretanto, com um novo partido em gestação, o Partido Renovador Democrático, Ramalho Eanes hesitava quanto à dissolução do parlamento. Chegou a pensar-se num executivo de compromisso PS/PSD para preparar as eleições, e aventaram-se até possíveis nomes para o liderar, como Alfredo Nobre da Costa, Ferrer Correia, Rui Alarcão, Azeredo Perdigão ou Jorge Figueiredo Dias. No final, Eanes decidiu por eleições, marcando-as para 6 de Outubro.

# A CHEGADA AO PODER

Um terramoto político.

Nas eleições de 6 de Outubro de 1985, o Partido Socialista, liderado por Almeida Santos, desceu para uns humilhantes 20,8%, ficando com 57 deputados, menos 44 do que nas legislativas anteriores. O PSD conseguiu um feito histórico: goradas que foram as conversações para uma eventual aliança com o CDS de Lucas Pires, os sociais-democratas venceram pela primeira vez, sozinhos, umas eleições, tornando-se o maior partido português. A vitória, todavia, não só não foi retumbante como estava longe, muito longe, de uma maioria parlamentar: 29,9% e 88 deputados.

A grande surpresa, porém, foi o novel partido ligado a Ramalho Eanes, o Partido Renovador Democrático, que alcançou 44 deputados com uma votação de 18%, a rasar os socialistas.

A fragmentação parlamentar ficava ainda mais evidente se pensarmos que a Aliança Povo Unido, formada pelo PCP, pelo MDP/CDE e, pela primeira vez, pelos “Verdes”, tivera

15,5% e o CDS de Lucas Pires obteve 10% e 22 deputados. Era, portanto, um parlamento compósito aquele que Cavaco tinha de enfrentar. Ramalho Eanes, por sua vez, encontrava-se em fim de mandato, com as presidenciais agendadas para Janeiro de 1986 – e os poderes substancialmente diminuídos, sobretudo no que concerne à demissão do governo, pela revisão constitucional de 1982, porventura o maior legado dos tempos da AD de Balsemão e de Freitas.

Para muitos, o primeiro executivo de Cavaco Silva, minoritário, lidando com um parlamento fragmentado, foi o melhor dos seus governos, pois ao ímpeto reformista não teve os vícios associados a uma excessiva concentração de poder, típica de todas as maiorias absolutas. O elenco obedecia a uma meticulosa composição política, com ministros do norte, para valorizar essa região do país e, segundo o próprio, para compensar as origens algarvias de Cavaco, com Eurico de Melo como ministro de Estado e da Administração Interna, Fernando Nogueira como ministro-adjunto e para os Assuntos Parlamentares. Na Defesa, Leonardo Ribeiro de Almeida, Pires de Miranda nos Estrangeiros e, nas Finanças, Miguel Cadilhe, que já tinha sido secretário de Estado de Cavaco quando este fora ministro de Sá Carneiro. Mário Raposo na Justiça, Valente de Oliveira no Plano e Administração do Território, Álvaro Barreto na Agricultura e Pescas, Santos Martins na Indústria, João Oliveira Martins nas Obras Públicas e Transportes, Mira Amaral no Trabalho e Segurança Social e, na Saúde, Leonor Belezza. Poderá tratar-se de um erro de perspectiva, de um anacronismo escusado, baseado nas carreiras que muitos deles viriam a ter depois, mas é difícil negar, sobretudo para os tristes padrões de agora, que era, em termos gerais, uma verdadeira equipa de luxo.

Afirmar que se tratou do “melhor governo de Cavaco” é, ainda assim, uma tese problemática, pois se não está em causa a competência dos ministros e a dinâmica do executivo, ele padecia de um mal congénito, a minoria escassa em que se apoiava. “Poucos dias após as eleições de Outubro, concluí que iria chefiar um governo minoritário do PSD e não um governo de coligação, com apoio parlamentar maioritário”, escreve Cavaco nas suas memórias, acrescentando uma aritmética decisiva: caso tivesse optado por uma coligação com o CDS, o aliado preferencial, os votos que este tivera não chegavam para formar maioria, com o PSD com 88 parlamentares e o CDS com 22 deputados.

A ideia de uma coligação com o PRD não o “entusiasma-va”, disse mais tarde, pelo que foi com alívio que recebeu a notícia, trazida por Hermínio Martinho, que aquele partido não só recusava participar no governo como rejeitava um acordo de incidência parlamentar.

A circunstância de o PRD não aceitar ir para o governo foi, segundo Cavaco Silva, um dos maiores erros que aquele partido cometeu, porventura só comparável, de facto, à moção de censura com que, mais tarde, se iria autoimolar politicamente. Na verdade, para um partido acabado de nascer, e com aspirações de poder, a entrada para o governo seria um importante de consolidação e credibilização, não tendo sido este, contudo, o entendimento dos estrategas renovadores democráticos. Com isso, ficaram a ganhar o PSD e Cavaco, que manifestou disposição para o diálogo, mas acabou a governar sozinho, como sempre quis. Num outro golpe de sorte, o PS, à semelhança do PCP, decidiu apresentar uma moção de rejeição do programa do governo, que acabou inviabilizada devido à abstenção do PRD e do CDS. Os reno-

vadores democráticos, como Cavaco bem intuiu, precisavam de tempo, enquanto aguardavam que Eanes saísse de Belém para os poder liderar – e a prazo conquistarem um espaço que era o do PSD, aniquilando-o. Por isso, e por força da abstenção, o partido de Ramalho Eanes, então liderado por Hermínio Martinho, permitiu a entrada em funções do primeiro governo (minoritário) de Aníbal Cavaco Silva.

Tratou-se da primeira vez, mas não da última, em que Cavaco foi favorecido pelo Partido Renovador Democrático. Em Março de 1987, os sociais-democratas foram bafejados por aquilo que, não sem ponta de ironia, Cavaco Silva classificaria de “a benesse da moção de censura”. Foi, com efeito, dos mais desastrados e suicidários gestos da história da nossa democracia, um monumental erro de cálculo ou *faux pas* político ainda hoje lembrado, ainda que não aprendido: insensíveis às lições da História, o PCP, “Os Verdes” e o Bloco de Esquerda, bem como os partidos de direita, chumbaram em Outubro de 2021 o Orçamento do Estado para 2022, o que precipitou a dissolução do parlamento e a queda do governo de António Costa, que, num *remake* perfeito do que em 1987 sucedera a Cavaco, obteve maioria absoluta nas legislativas seguintes.

Para além do *timing* erróneo, a moção de censura do PRD teve a motivá-la um pretexto ridículo, incompreensível para a esmagadora maioria dos cidadãos, o “caso da Estónia”, a programada visita a esse Estado de uma delegação de parlamentares portugueses chefiada pelo presidente da Assembleia, Fernando Amaral, o que colidia com a nossa posição diplomática, de não reconhecimento da anexação dos países bálticos pela então URSS. A delegação acabou por cancelar a viagem, mas, no seu regresso a Lisboa, Fernando Amaral

criticou severamente o governo. Na leitura de Cavaco Silva, o PRD apresentou a moção de censura para marcar terreno perante o PS. O líder dos socialistas, Vítor Constâncio, escrever-lhe-ia uma carta, propondo um entendimento para evitar uma crise política, coisa que o PSD, naturalmente, recusou.

Fizeram-se então eleições, que o PSD ganhou com maioria absoluta, 50,22% dos votos, a primeira da nossa História.



# MAIORIA ABSOLUTA

“O PPD/PSD de Cavaco Silva foi absolutamente arrasador ao obter a primeira absoluta da sua história, conseguindo mais de 50% dos votos e 148 dos 250 deputados”, é assim que a Wikipédia hoje descreve o sufrágio de 19 de Julho de 1987.

O PS de Constâncio até subiu ligeiramente face ao desastre anterior de Almeida Santos, mas ficou-se pelos 22%. A CDU decresceu e o PRD, então, volatilizou-se, descendo para pouco mais de 4% e sete deputados apenas. À direita, outra hecatombe: reduzido a quatro deputados, o CDS de Adriano Moreira passou a ser conhecido como o “partido do táxi”, já que todo o seu grupo parlamentar cabia num carro de praça.

Terminava, assim, e de forma inglória e quicá injusta, a carreira político-partidária de António Ramalho Eanes, pessoa com quem Aníbal Cavaco Silva, ao contrário de Sá Carneiro e Pinto Balsemão, sempre manteve uma relação cordial e de respeito mútuo, talvez porque ambos partilhassem algumas afinidades de percurso, dois homens de origens

humildes vindos de fora de Lisboa – e que imprevisivelmente se viriam guinados ao exercício das mais altas responsabilidades –, além de terem noções muito próximas sobre a política, o serviço ao Estado e a rectidão na vida privada. Além do institucionalismo e do estilo formal, por ambos cultivado, que muitos tomavam por demasiado rígido ou até hierático, Cavaco e Eanes tinham também, pelo menos, uma inimizade em comum, Mário Alberto Nobre Lopes Soares. Este reciprocava, ainda que, ao que tudo indica, fossem distintos os sentimentos que tinha, vendo em Eanes um inimigo e em Cavaco um adversário.

É sintomático que, na narrativa do seu primeiro governo – o minoritário, de 1985-1987 –, Aníbal Cavaco Silva se ocupe longamente da política externa, das suas rondas pelas capitais europeias, da vinda de Jacques Delors a Portugal, do processo de paz em Angola, das idas a Espanha e aos EUA ou, enfim, da questão de Macau com a China. Do ponto de vista interno, refere ao de leve a política anti-inflacionária de Miguel Cadilhe, a crise social então vivida, com especial repercussão no distrito de Setúbal, o aumento em 22% das pensões de reforma e pouco mais.

Em face disto, talvez possa especular-se um pouco, interrogando-nos sobre se, apesar de hoje ser considerado por muitos “o melhor governo de Cavaco”, como atrás se disse, este, devido à sua condição minoritária, ter centrado a sua aposta na frente externa, mais pacífica e consensual, mais remuneradora no imediato.

O destaque dado à política externa pode dever-se também, o que aliás é mais provável, às diversas frentes em que Portugal então se envolvia: os primeiros passos da adesão à Europa, a cooperação com os países de África, as negociações com

a China sobre o futuro de Macau. Quando observamos tudo isso à distância, é irreprimível a sensação de que o país tinha então mais relevância do que agora, o que pode tratar-se de um erro de perspectiva, mas também de uma triste constatação dos factos: antes da queda do Muro e dos alargamentos a Leste, Portugal e Espanha eram os benjamins das Comunidades Europeias, ademais vindos de ditaduras e com dois bem-sucedidos processos de transição para a democracia. Em África, por sua vez, éramos interlocutores acreditados, sobretudo porque, ao contrário das duas grandes potências, os EUA, de um lado, e a União Soviética, do outro, não carregávamos o estigma do neocolonialismo, nem tínhamos dimensão nem escala para surgir como ameaça. Por fim, o facto de ainda administrarmos um minúsculo território no Oriente colocava-nos lado a lado com a Grã-Bretanha, também ela envolvida num processo de transferência pós-colonial para o antigo Império do Meio, agora um colosso comunista.

Seja ou não verdade que Cavaco Silva apostou em especial na frente externa, o facto é que, no plano interno, os portugueses parecem ter apreciado o seu governo minoritário, tanto que o premiaram com aquela que, até então, se considerava ser uma meta inalcançável num sistema eleitoral proporcional, a maioria absoluta de um só partido. No juízo dos cidadãos pode ter pesado também, é certo, uma apreciação negativa da atitude obstrucionista das forças de oposição, coisa que ao certo nunca se saberá. O que se sabe, porque a maioria absoluta seria posteriormente renovada, é que no comportamento eleitoral dos portugueses de meados dos anos 1980 e inícios dos anos 1990 não é difícil descortinar um desejo profundo de acalmção e de estabilidade política: até à chegada de Cavaco ao poder, em 1985, e ao fim de pou-

cos anos de democracia, o país conheceu já nove governos constitucionais e seis governos provisórios. É fácil fazer as contas: em treze anos de existência, a Terceira República teve quinze executivos, à média de mais de um por ano.

Se a isso juntarmos a situação económica, com duas intervenções traumáticas do Fundo Monetário Internacional, uma em 1977 e outra em 1983, bem como, naturalmente, a situação social, perceberemos, com facilidade, que os portugueses ansiavam por “paz política” ou, se preferirmos, estavam muito predispostos a acolher aquela que sempre foi a grande mensagem que Aníbal Cavaco Silva lhes trouxe: *a estabilidade política como condição de crescimento económico; o crescimento económico como condição de uma maior justiça social.*

Foi com base nestas verdades simples e chãs, cristalinas, que sempre norteou a sua acção. Se o conseguiu ou não, fica ao critério e ao juízo de cada qual, mas, para o ponto que interessa, o da caracterização do biografado, aquilo que importa ser dito é que Aníbal Cavaco Silva foi sempre um homem de verdades simples ou, se quisermos, de desígnios bem recortados, que perseguiu com um tal grau de determinação que para muitos se confundiu com teimosia, obstinação ou mesmo autoritarismo. Chegou a ser-lhe atribuída a frase “nunca me engano e raramente tenho dúvidas”, que o próprio nega a pés juntos, reconhecendo, já no final da sua carreira, que por várias vezes se equivocou, como sucedeu, por exemplo, nas presidenciais de 1986, em que teve como certa a vitória do seu candidato, Diogo Freitas do Amaral. O dito, todavia, colou-se-lhe como uma segunda pele pois tinha fumes de verosimilhança e quadrava, ao menos em parte, com a sua imagem pública. Cavaco Silva, aliás, estava consciente do facto, dizendo, logo a propósito do seu primeiro governo:

“ganhei fama de teimoso e alguns me chamaram autoritário”. Justifica-se, imediatamente a seguir, falando da “força das convicções” e do “primado do interesse nacional, avalizado em eleições livres”, mas a explicação mais cabal talvez seja a atrás referida: um homem de verdades simples e de desígnios precisos. Foi assim toda a vida, de resto: vir estudar para Lisboa, fazer o curso para melhorar a existência, subir ao cume impensável de um grau de doutoramento. Quantos aos desígnios colectivos, esses cingiam-se ao que atrás foi dito, fazer crescer o país em ambiente de estabilidade política para dessa forma poder melhorar a vida dos seus concidadãos.

A esta luz, é um pouco secundário tentar defini-lo sob o prisma das ideologias. Recusou o epíteto de liberal, afirmou-se sempre como social-democrata, mas, obviamente, o conceito de social-democracia possui várias *nuances* e matizes, sobretudo num país em que, na época, dois partidos reclamavam esse património ideológico, a ponto de terem ambos disputado a entrada na Internacional Socialista... Nesse confronto, não há dúvidas de que Cavaco se aproximou de uma visão menos estatizante da social-democracia e que, por via da sua acção, não só muitos sectores económicos foram liberalizados ou abertos à concorrência privada como se procedeu, em 1989, e em cooperação com o PS de Constâncio, à segunda revisão da Constituição, aquela que versou sobre a parte económica da nossa Lei Fundamental.

A circunstância de, sob a sua égide, ter sido iniciado, e concluído, o processo de privatizações, ou de se ter posto termo às nacionalizações e à Reforma Agrária, tornou-o um alvo predilecto de muitos sectores da esquerda ou da extrema-esquerda. Esquecem-se estes, no seu transe, que, fosse com Cavaco ou com outro, aquelas mudanças sempre have-

riam de ocorrer, quer por razões internas, ligadas ao fim do PREC, quer, sobretudo, por razões externas, decorrentes da nossa adesão às Comunidades Europeias. Neste particular, portanto, o da defesa das “conquistas de Abril”, Cavaco Silva foi chamado a exercer, digamos, o trabalho (sujo ou limpo, consoante as opiniões) iniciado por Mário Soares. Se acaso o governo fosse do PS, poderiam ter existido diferenças de ritmo e de forma, mas, na substância das coisas, tudo se passaria como se passou.

Quanto às verdades simples, ou aos desígnios precisos, é qualidade típica dos grandes líderes, aqueles que atingem o patamar de estadistas. Também Soares a possuía, visando a democracia, por um lado, e a Europa, por outro. Ou, talvez mais precisamente, uma *democracia europeia*, tal qual as do Velho Continente. Repare-se, pois, como, neste sentido, Aníbal Cavaco Silva foi o autêntico sucessor de Soares, o mais real dos seus delfins: o primeiro desbravou caminho, liderando, ao lado dos militares moderados, uma frente ampla que permitiu as eleições para a Constituinte, a instauração da democracia e, mais tarde, a cerimónia dos Jerónimos, de assinatura do tratado da nossa adesão às Comunidades; o segundo, já com a democracia consolidada, tratou de desmantelar os últimos vestígios do Verão Quente e, de caminho, gerir a primeira década da nossa pertença à Europa da moeda única.

O trabalho de um e o do outro foram, pois, complementares – e mais mutuamente vantajosos do que à primeira vista parecem. As relações entre o primeiro-ministro Cavaco e o Presidente Soares, sobretudo no segundo mandato de ambos, tendem a ser descritas como de conflitualidade, patente ou encapotada, e, de facto, foram tantos os desencontros que

acabaram por gerar farpas famosas, como a “tudo faremos para que do dr. Mário Soares termine o seu mandato com dignidade”, que, mais de vinte anos depois, António Costa glosou, com evidente gozo, em Julho de 2015: “O professor Cavaco Silva está no fim da sua carreira política já bastante longa. Devemos aliviá-lo dos problemas e ajudá-lo a terminar o mandato com dignidade e não lhe criar problemas acrescidos”.

Se ultrapassarmos, nem que seja por momentos, estas visões agonísticas, talvez possamos concluir que a relação entre Mário Soares e Cavaco Silva foi mais simbiótica do que julgamos, mesmo quando foi conflitual ou até, se quisemos, foi simbiótica precisamente por ter sido conflitual. Soares ajudou a travar os ímpetus, ou até excessos, que fatalmente derivavam de uma experiência inédita na história da democracia, a de um governo de maioria. Cavaco, de seu lado, ao trazer os portugueses satisfeitos, com as novas autoestradas e os hipermercados, permitiu que Soares tivesse uma presidência tranquila, ao menos do primeiro mandato, e se entregasse a deslocações pelo país quase majestáticas ou a viagens com tartarugas, absolutamente impensáveis se os tempos fossem de crise. A dada altura, parecia que o país era regido por um monarca dos tempos do constitucionalismo, que gozava a vida e as delícias do cargo, enquanto o seu ministro seco e austero tratava de arrumar as contas e os orçamentos. Parecia um casamento perfeito, sobretudo porque os súbditos andavam contentes, quer os do povo, quer os da elite – a económica, regressada aos seus lugares de origem ou devidamente indemnizada, e a intelectual, ou cultural, inebriada pelas crónicas de Esteves Cardoso, por uma sensação indizível de festa, por estarmos finalmente em sintonia com aquilo

que acontecia em Nova Iorque ou Paris. Numa feliz conjunção dos astros, o planeta inteiro parecia alinhar pelo mesmo diapasão, o da alegria sem limites, a ponto de, tempos depois, o afamado economista Joseph Stiglitz ter designado os “loucos anos 90” como “a década mais próspera do mundo”.

Aquilo a que se assistiu representava, no fundo, e no que ao Ocidente tange, o culminar do modelo das *democracias de conforto*, na expressão do historiador Simon Sebag Montefiore, um contrato político entre governantes e governados em que a confiança nas virtudes do regime democrático se acha indissociavelmente associada a elevados padrões de bem-estar. A dada altura, julgou-se que esse modelo era exportável para outras paragens do mundo e que o consumo em massa acabaria com as ditaduras, universalizando a crença no liberalismo. Acreditou-se até no “fim da História” trazido pela queda do Muro, acontecimento que, do ponto de vista dos nossos interesses egoístas, e enquanto beneficiários líquidos dos dinheiros comunitários, viria a revelar-se catastrófico para Portugal no médio prazo, ao abrir o continente a novas centralidades e cobiças geoestratégicas que não passavam, em definitivo, por um país de escala média da periferia da Europa. Os tempos de Cavaco Silva situaram-se um pouco antes destes grandes movimentos tectónicos, ou, ao menos, da irrupção avassaladora dos seus principais efeitos, e, por isso, foram anos tranquilos, felizes, mesmo que na altura não o soubéssemos.

Não deve, contudo, ceder-se à fácil tentação de fazer comparações com actualidade, bem mais vertiginosa e perigosa. Na perspectiva da época, e pese a existência de maioria, a década de Cavaco Silva não foi isenta de escolhos nem sobressaltos e, se acompanharmos as suas memórias, são muito

mais as páginas dedicadas à gestão de crises e ao combate dia-a-dia do que aquelas em que se registam triunfos e calmarias. O balanço global, feito em jeito de relatório ou inventário de sucessos, consta de *As Reformas da Década*. Na *Autobiografia Política*, ao invés, o que temos são problemas atrás de problemas, constantes dores de cabeça.

Desde logo, a génese do primeiro governo maioritário, para onde transitaram os ministros do executivo anterior, excepção feita aos da Defesa (Leonardo Ribeiro de Almeida), da Justiça (Mário Raposo), da Indústria e Comércio (Santos Martins) e dos Negócios Estrangeiros (Pires de Miranda). No rearranjo efectuado, Eurico de Melo ascendeu a vice-primeiro-ministro, ficando com a pasta da Defesa, Fernando Nogueira ocupou o Ministério da Presidência, com Luís Marques Mendes como seu secretário de Estado, os Assuntos Parlamentares foram para António Capucho, os Negócios Estrangeiros para João de Deus Pinheiro, que saiu da Educação, para onde entrou Roberto Carneiro. Nas Finanças, Miguel Cadilhe. Na Justiça, Fernando Nogueira. No Planeamento e Administração do Território, Valente de Oliveira. Silveira Godinho na Administração Interna, Álvaro Barreto na Agricultura e Pescas, João Oliveira Martins nas Obras Públicas, Transportes e Comunicações. Joaquim Ferreira do Amaral ocupou a pasta do Comércio e Turismo, Leonor Beleza, a única mulher ministra, continuou na Saúde. No Emprego, Silva Peneda substituiu Mira Amaral, que transitou para a Indústria e Energia. Como ministro Adjunto e da Juventude, António Couto dos Santos. De fora do elenco governativo, e com o partido a cargo, como seu secretário-geral, ficou Manuel Dias Loureiro, que, segundo as memórias de Cavaco Silva, não terá apreciado a exclusão.

Entre o anterior governo e este, como se disse, foram poucas as caras novas, quase nenhuma. Pelo que se depreende das suas memórias, Aníbal Cavaco Silva, para quem qualquer remodelação ministerial era um tormento, gostava de equipas estáveis e coesas, como, aliás, sucederia mais tarde nos tempos da Presidência, onde, ao longo de dez anos, teve sempre os mesmos chefes da sua Casa Civil e da Casa Militar. Talvez existam razões psicológicas para tanta quietude – a timidez no relacionamento interpessoal, a repulsa pelo imprevisto e pelo desconhecido, a preferência pela habitualidade nos métodos de trabalho –, mas, muito provavelmente, foram maiores as razões políticas. Na visão que Cavaco Silva tinha da acção dos diversos ministérios – política, sem dúvida, mas também com uma forte componente técnica – a estabilidade era importante, fundamental.

Aqui, como vemos, avultava, como sempre, a faceta do académico, por vezes expressa num tom professoral e pedagógico que, no parlamento e fora dele, irritava sobremaneira os seus adversários. Ao que é dado inferir do seu relato autobiográfico, Aníbal Cavaco Silva valorizava diversas qualidades nos seus ministros (o dinamismo, a intuição política, a capacidade de gestão das máquinas estatais a seu cargo), mas dava relevo, antes e acima de tudo, ao conhecimento que cada governante tinha sobre os assuntos do seu ministério. A política era feita noutro lado, num *inner circle* composto por Eurico de Melo, Fernando Nogueira, Dias Loureiro, Marques Mendes, Durão Barroso e, mais tarde, António Capucho, justificando-se Cavaco da importância que dava à competência técnica dos seus ministros com as limitações da máquina do Estado: “Ser ministro em Portugal não era o mesmo que sê-lo em Inglaterra ou em França. Dadas as limi-

tações da administração pública portuguesa, quanto à preparação das decisões políticas, não era possível dispensar a um ministro sectorial a aquisição de um razoável conhecimento técnico das matérias do seu ministério. A nossa administração, contrariamente ao que acontecia noutros países europeus, não estava habituada nem preparada para submeter à apreciação e escolha dos ministros as políticas alternativas, devidamente estudadas e fundamentadas”.

A esta luz, a estabilidade política não era apenas a que decorria de uma maioria sólida no parlamento; era também, e até talvez principalmente, a que resultava da continuidade da acção governativa, assente na manutenção do mesmo corpo ministerial ou, no mínimo, das mesmas figuras-chave. Nesta visão gestionária ou administrativa da acção do executivo poderão alguns procurar paralelos com outros governantes do passado, com Salazar à cabeça, e, de facto, não foram poucas as vezes que Cavaco Silva foi cotejado com ele, seja na humildade das origens e no modo como subiu na sua existência, graças à academia, seja na proclamação de não ser político, seja na aversão ao ruído da vida mundana ou, segundo muitos, à menorização a que votou os demais partidos e a actividade do parlamento. Em versões mais extremadas, o paralelo foi levado ao ponto de lhe apontarem tiques autoritários, ou mesmo ditatoriais, algo que o próprio não se incomodou em excesso por desmentir, ciente que estava de que a sua legitimidade era democrática, inconfundível com a de um autocrata. As privatizações que operara no sector económico, e sobretudo a liberalização que fizera da comunicação social, até então estatizada, foram por si aduzidas como concludente argumento de que não aspirava ao mando absoluto.

Perante a sua aversão à mudança do rosto dos ministros, compreende-se o abalo sentido quando, de forma absolutamente imprevista e inopinada, Eurico de Melo decidiu demitir-se em 28 de Dezembro de 1989, abrindo uma semana *horribilis* para Cavaco Silva, que este diz ter sido, e cita-se, dos dias “mais difíceis e angustiantes da minha vida como primeiro-ministro”. “Tinha a sensação de que o céu estava a desabar sobre a minha cabeça”, refere, o que, tendo em conta o seu proverbial apreço pela ordem e o seu horror ao inesperado, facilmente se compreende. A demissão do número dois do governo, alegando mágoas acumuladas, mormente um conflito com o ministro das Finanças sobre o novo sistema remuneratório das Forças Armadas, obrigaram o primeiro-ministro a precipitar uma remodelação que, de acordo com os seus planos, só deveria ocorrer mais tarde, a meio da legislatura. Saíram, além de Eurico de Melo, Álvaro Barreto da Agricultura, entrando para o seu lugar Arlindo Cunha, Miguel Cadilhe das Finanças, substituído por Miguel Beza, Leonor Beza da Saúde, sucedida por Arlindo de Carvalho, Silveira Godinho da Administração Interna, dando lugar a Manuel Pereira. A pasta da Defesa passou para Carlos Brito, que a ocupou por pouco tempo, sendo substituído por Fernando Nogueira. Como novidade, a criação do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais, entregue a Fernando Real, o qual teve como secretário de Estado José Macário Correia, uma das figuras emblemáticas do cavaquismo, alvo de mil e um ataques classistas por banda de *O Independente*, de que um dos responsáveis por este jornal, Miguel Esteves Cardoso, viria a arrepender-se e a pedir desculpas, anos depois.

A substituição de Leonor Beza e de Miguel Cadilhe deveu-se, tão-só, ao desgaste, político e pessoal, que ambos ti-

nham sofrido com sucessivas manchetes de *O Independente*. Além da questão do pagamento da sisa na compra de um andar nas Amoreiras, que Cadilhe esclareceu cabalmente, o nome do titular das Finanças chegou a ser vilmente envolvido numa onda de boatos e de falsidades ocorrida por ocasião de um dos maiores escândalos sexuais do Portugal democrático, a revelação, por um magazine de sarjeta, de fotografias íntimas do então arquitecto da moda, Tomás Taveira. Ante a gravidade do sucedido, o primeiro-ministro chegou a fazer uma comunicação ao país, mas o mal estava feito e mal feito, e Miguel Cadilhe acabou por abandonar o governo.

Nesta fase, o executivo *laranja* já tinha marcado vários pontos – a reforma fiscal, com a introdução do IRS e do IRC; a revisão da legislação laboral; a transformação das empresas públicas em sociedades de economia mista; as leis do arrendamento rural e florestal; a lei da gestão hospitalar; a lei orgânica do Ministério da Defesa; a revisão constitucional de 1989, negociada com o PS de Constâncio –, mas enfrentara outros tantos dissabores, como uma greve geral, em Fevereiro de 1988; derrotas no Tribunal Constitucional (a propósito do “pacote laboral”); controvérsias com a Ordem dos Médicos, então dirigida por Machado Macedo; o regresso de Freitas do Amaral à liderança do CDS, na qual se revelou um incisivo crítico do governo do PSD; a famosa manifestação de polícias no Terreiro do Paço, em Abril de 1989, conhecida por “secos e molhados”, já que muitos dos manifestantes, que se apresentaram fardados, acabaram aspergidos pelos jactos de água lançados pelos seus colegas.

O governo enfrentou ainda, em Outubro de 1989, uma moção de censura, apresentada pelo novo líder do PS, Jorge

Sampaio, e por fim, mas não por último, uma derrota nas autárquicas de Dezembro de 1989, com o PS a conquistar 37 câmaras face às eleições de 1985, ficando com 116 câmaras, entre as quais Lisboa (vitória de Jorge Sampaio, aliado ao PCP, sobre Marcelo Rebelo de Sousa) e Porto (triunfo de Fernando Gomes sobre Carlos Brito).

O desaire nas autárquicas de Dezembro de 1989 somava-se a um resultado pouco entusiasmante nas europeias de Junho desse ano, em que o PSD, tendo António Capucho como cabeça de lista, obtivera 32,75%, muito perto dos 28,54% do PS, encabeçado por João Cravinho.

Dois anos antes, de resto, nas europeias de 1987, que coincidiram com as legislativas da maioria absoluta, o PSD, encabeçado por Santana Lopes, tivera 37% dos votos, e o PS, em lista liderada por Maria de Lourdes Pintasilgo, 22,48%. Ou seja – e é importante notá-lo –, no preciso dia em que premiaram Cavaco Silva com uma maioria absoluta, 19 de Junho de 1987, os portugueses souberam separar o voto, dando ao PSD uma votação bem menos expressiva. Talvez isto infirme a tese, bastante paternalista, aliás, de que um país inteiro andava narcotizado pelos fundos europeus e pelas autoestradas, mostrando também, de caminho, que o futuro de Cavaco e do seu governo não ia ser fácil, de modo algum.

Não o foi, de facto. Por volta de 1989, a renovação da maioria absoluta estava muito longe de se encontrar garantida: além de um socialista em Belém, o PSD perdera as duas principais cidades do país, entre outros desastres, e descera nas europeias, de 37 para 32 por cento. A remodelação ministerial, feita num *timing* indesejado, sacrificara ministros no altar dos *media* e, em algumas áreas, especialmente na da Defesa, pasta então muito sensível, não surtira os efeitos de-

sejados, pelo contrário. Ao fim de escassos dois meses, Carlos Brito demitia-se, sendo substituído *in aperto* por Fernando Nogueira, bombeiro das horas difíceis. Nos Açores, prosseguia a guerra de Mota Amaral e do PSD regional contra o ministro da República, general Rocha Vieira, a qual só seria serenada com a substituição deste por Mário Pinto, em Abril de 1991, escassos seis meses antes das legislativas de Outubro desse ano. Tempos difíceis, como se vê.

\*\*\*

O PSD renovaria a maioria absoluta nas eleições de 6 de Outubro de 1991, derrotando o PS de Jorge Sampaio, que obteve 29,13%, a coligação PCP-PEV, que se ficou pelos 8,8%, e o CDS de Freitas do Amaral, cujos 4,43% levaram à sua demissão da liderança dos centristas e ao abandono da política activa (manteve-se, contudo, como deputado até 1993). Também entre os socialistas, o resultado das eleições de Outubro de 1991 faria com que, no X Congresso do PS, realizado em Fevereiro de 1992, Sampaio fosse substituído por António Guterres como secretário-geral do partido.

As maiorias de Cavaco tiveram o efeito colateral, e previsível, de provocar uma contínua sucessão de líderes – Almeida Santos, Vítor Constâncio, Jorge Sampaio, António Guterres –, enquanto os sociais-democratas se juntaram em unísono em torno de Aníbal Cavaco Silva, o “talismã” que lhes dera três vitórias consecutivas em sufrágios parlamentares.

Há muitas, dezenas, de explicações para este sucesso: uma conjuntura internacional favorável, só perturbada pela guerra do Golfo; o optimismo com o processo de construção europeia e os seus feitos – o Acto Único, o Plano Delors,

o Tratado de Maastricht, o projecto da moeda única –, que, no plano interno, nem as vozes eurocéticas de direita, nem a “inimizade à Europa” por parte do PCP, conseguiam pôr em causa; alguns triunfos diplomáticos de grande impacto, com destaque para a assinatura dos acordos de paz em Angola, celebrados em Bicesse, no Estoril, em Maio de 1991.

Na frente interna, os números não enganavam: a produção nacional crescia mais de 5% ao ano, em média, de 1986 a 1991; a inflação baixou de 20%, em 1985, para 11%, em 1991; criaram-se cerca de 500 mil postos de trabalho. Pouco antes das eleições, no Verão de 1991, foi assinado o acordo para a construção da fábrica da Ford/Volkswagen em Palmela e, em Setembro desse ano, Cavaco e o seu ministro-estrela das Obras Públicas, inauguravam a conclusão da autoestrada Lisboa-Porto, trinta anos depois (!) da inauguração do primeiro troço, Lisboa-Vila Franca de Xira. Por sua vez, outro dos ministros-estrela de Cavaco, pese o seu perfil mais discreto, Luís Valente de Oliveira, lançava as primeiras sementes do ordenamento do território, muitas vezes em confronto com os autarcas, como sucedeu com o famoso PROTAL – Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve. Foi também dele a ideia de construir o Centro Cultural de Belém, porventura a mais emblemática das obras do cavaquismo, cujas dimensão e localização geraram críticas ao tempo, mas que o tempo se encarregou de desvanecer, quando não de desmentir.

Para quem viveu esses anos, e seja qual for a opinião que deles tenhamos, a sensação dominante era a de que, nas percepções e nas representações dos cidadãos, aqueles eram governos que faziam, que mostravam “obra feita” num plano material e palpável. Não admira, assim, que os críticos ten-

tassem minorizá-la, ora falando numa excessiva aposta no “betão” em detrimento de reformas menos visíveis, ora atribuindo os sucessos aos fundos vindos da Europa, ora falando em eleitoralismo e em vistas curtas, ora, enfim, referindo, no plano político, os riscos de “mexicanização” do regime e de eternização do PSD no poder, com toda a teia de redes e de compadrios que uma maioria absoluta monopartidária sempre implica.

O certo, porém, é que a ideia de que uma maioria – e uma maioria monopartidária ou, pelo menos, em coligação assimétrica – é o melhor antídoto contra a instabilidade acabou não só por fazer curso como por ser cultivada por aqueles que no passado a fustigaram.

A História, ou a noção que dela temos, regista também que os dois principais factores de flagelação e desgaste do cavaquismo foram as manchetes de *O Independente*, por um lado, e a acção de Mário Soares, por outro. Quer dizer, em suma, e muito curiosamente, aos partidos da oposição, e em especial ao PS, não são creditados méritos no combate aos governos de Cavaco Silva, o que talvez seja uma injustiça, daquelas em que a História é fértil.

O conjunto de metáforas então usado, “homem do leme”, “pelotão da frente”, “bicicleta”, “comboio da Europa”, parece ter calado fundo no imaginário cidadão, mesmo suscitando o desprezo, ou até o escárnio, de uma parte significativa dos bem-pensantes. Cavaco respondeu-lhes na mesma moeda, porventura subestimando o peso que estas tinham, e efectivamente tiveram, na formação e na conformação da opinião pública, num movimento que, começado a partir de cima, nas redacções dos jornais, nos bares do Bairro Alto e nos corredores de Belém, começou a pouco e pouco a alastrar

para baixo, contaminando parcelas cada vez mais vastas da população, ainda que ao certo não se saiba qual a sua real dimensão.

Provando que em política nada é secundário, o desgaste do cavaquismo teve como sintomas não grandes questões ou opções de fundo, daquelas que decidem a vida e o futuro das pessoas, mas acidentes ou incidentes em torno de questões só aparentemente menores, como a não inclusão de um livro de Saramago, por sinal *O Evangelho Segundo Jesus Cristo*, numa candidatura a um prémio literário europeu, a atribuição de pensões por “altos e assinalados serviços à Pátria” a dois antigos agentes da polícia política do Estado Novo, em contraste com a denegação da mesma a Fernando Salgueiro Maia ou a supressão, em 1988, de um programa humorístico de Herman José, o “Humor de Perdição”, por causa de um *sketch* anódino sobre figuras da nossa História.

Quando se fala em “cansaço” ou “desgaste” do cavaquismo – ou, para usar as palavras do seu protagonista, da chegada do “tempo de partir” –, é importante ter presente uma dimensão geralmente pouco falada, a pessoal. De facto, sendo aquela governação tão personalizada em torno de um homem, que não hesitava em qualificar em entrevistas os secretários de Estado como “ajudantes de ministros”, nem desdenhava o rótulo de “homem do leme”, tal qual a música dos Xutos de 1985, sendo essa governação tão personalizada, dizíamos, é óbvio que o cansaço físico e anímico de Aníbal Cavaco Silva pesou, e muito, no declínio da maioria *laranja*, culminado na vitória de Guterres em 1995, com 43,76%, quase dez pontos acima do PSD de Fernando Nogueira, com 34,12%. Além de razões estritamente pessoais, ou individuais, para o cansaço de Cavaco contribuíram também motivos familiares, mor-

mente quando os passos dos seus próximos passaram a ser analisados e escrutinados à lupa, num processo de devassa que passou, inclusive, pela infiltração em sua casa, disfarçados de operários das obras, de repórteres de um jornal sensacionalista. Foi notícia, por outro lado, que a família Cavaco pretendia mudar-se para um apartamento de luxo, algo que, nada tendo de ilegal e moral, pouco quadrava com o perfil austero do primeiro-ministro. Sendo falsa, a notícia, ou outras como ela, acabaria por provocar o efeito desejado, ao ferir o visado no seu ponto mais fraco e sensível, a defesa da honra e da integridade pessoais.

Não deixa de ser curioso observar, a este propósito, que Aníbal Cavaco Silva, que se jactava de só dedicar escassos minutos por dia à leitura da imprensa lusa, que manifestava uma indiferença olímpica à maioria das críticas que lhe eram feitas no plano político, revelasse uma tão grande sensibilidade aos reparos feitos quanto ao seu carácter ou à sua honorabilidade. Escreveu, a propósito de Miguel Cadilhe, que este fora ferido “naquilo que havia de mais sagrado nos direitos de um homem – o direito ao bom nome, à dignidade e à honra”, retrato que bem poderia aplicar-se a si próprio, e à visão que tinha do mundo, estribada em noções antigas de pundonor e de lisura nos negócios, tanto públicos como privados. Em contraste com a maior flexibilidade de Soares nestes domínios, que à rectidão dos princípios sempre preferiu outros valores de conduta, como os da amizade e da lealdade pessoais, a ponto de ter recebido na Tunísia um antigo primeiro-ministro italiano e correligionário socialista, Bettino Craxi, fugido à justiça do seu país, Aníbal Cavaco Silva mostrou-se pouco ou nada pragmático e racional em questões de honra. Sempre que esta era posta em causa, como sucedeu nos tempos de primeiro-

-ministro e, mais tarde, em debates televisivos nas eleições presidenciais, perdia a cabeça e o domínio de si, respondendo com uma rispidez e um descontrolo que não eram típicos de um político tão astuto e tão experiente.

Não tardou muito que os adversários percebessem que esse era o seu calcanhar de Aquiles, e que a sua declarada aversão aos “políticos” radicava, no fundo, numa repulsa moral, acima de tudo moral, por aquilo que julgava ser uma característica inelutável daqueles, a venalidade. Os que dizem que Boliquite nunca saiu de Cavaco, pensando em razões estéticas ou numa visão limitada do mundo, falham o alvo, de novo: é neste sentido, o do atavismo da honra, que Boliquite nunca saiu dele. E se é certo que as diversas tentativas de o atacar nesse plano fracassaram sempre, inclusive as que surgiram anos depois, relacionadas com a compra e venda de acções da Sociedade Lusa de Negócios ou com o pagamento do IMI de uma casa em Albufeira, na Praia da Coelha, alguns dos que lhe eram próximos acabariam envolvidos em escândalos e problemas de indiscutível relevo, como sucedeu com o antigo líder parlamentar *laranja*, Domingos Duarte Lima, com o seu antigo ministro dos Assuntos Parlamentares e da Administração Interna, Manuel Dias Loureiro, e com o seu antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, José de Oliveira Costa. É difícil avaliar que impacto tudo isso teve na imagem pública de Aníbal Cavaco Silva, mas por certo não terá sido menor do que o estrago provocado na de Mário Soares pelas revelações feitas por um antigo correligionário e homem de confiança, Rui Mateus, num livro bombástico de 1996, *Contos Proibidos – Memórias de um PS desconhecido*, ou pelas acusações feitas a um antigo ministro seu e ex-governador de Macau, Carlos Melancia.

Curiosamente, este último ocupara nos governos de Soares, e entre outras pastas, a do Ministério do Mar, que Cavaco Silva iria recriar na composição do seu terceiro governo, o XII Constitucional, empossado por Mário Soares em 31 de Outubro de 1991. Dele constavam Fernando Nogueira, como ministro da Presidência e da Defesa, António Couto dos Santos (ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares), João de Deus Pinheiro (nos Negócios Estrangeiros), Jorge Braga de Macedo (Finanças), Álvaro Laborinho Lúcio (Justiça), Luís Valente de Oliveira (Planeamento e Administração do Território), Manuel Dias Loureiro (Administração Interna), Arlindo Cunha (Agricultura), Luís Mira Amaral (Indústria e Energia), Diamantino Durão (Educação), Joaquim Ferreira do Amaral (Obras Públicas, Transportes e Comunicações), Fernando Faria de Oliveira (Comércio e Turismo), Arlindo de Carvalho (Saúde), José Silva Peneda (Emprego e Segurança Social), Carlos Borrego (Ambiente e Recursos Naturais), Eduardo Soares (Mar).

Ao longo da legislatura iriam ocorrer diversas mudanças, tendo sido este, porventura, o mais volátil executivo de Cavaco no que tange à permanência dos ministros nos seus lugares. Em Novembro de 1992, cerca de um ano depois de o XII Governo tomar posse, João de Deus Pinheiro foi substituído como ministro dos Estrangeiros por José Manuel Durão Barroso. Em Março desse ano já Diamantino Durão cedera o seu lugar na pasta da Educação a António Couto dos Santos, e, nessa mesma data, Luís Marques Mendes ascendera de secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros a ministro Adjunto.

Na dança das cadeiras, na Defesa Fernando Nogueira seria substituído por Figueiredo Lopes e, no Mar, Eduardo

Soares por António Duarte Silva, em 1995. Antes disso, em 1993, Braga de Macedo passara a pasta das Finanças a Eduardo Catroga, Arlindo de Carvalho fora substituído na Saúde por Paulo Mendo, Silva Peneda cedera o Emprego a Falcão e Cunha, e Carlos Borrego, vitimado por uma infeliz anedota, fora substituído no Ambiente por Teresa Patrício Gouveia. Na Educação, e também em 1993, Couto dos Santos cederia o lugar a Manuela Ferreira Leite. Em 1994, Arlindo Cunha seria substituído no Ministério da Agricultura por António Duarte Silva.

Do executivo que tomou posse em Outubro de 1991, só completaram a legislatura o ministro da Justiça, Laborinho Lúcio, o da Administração Interna, Dias Loureiro, o do Planeamento, Valente de Oliveira, o da Indústria, Mira Amaral, o das Obras Públicas, Ferreira do Amaral, e o do Comércio e Turismo, Faria de Oliveira.

Esta (relativa) instabilidade ministerial, nos antípodas do que era o ideal de Cavaco, estendia-se às secretarias de Estado. As mudanças, no entanto, nem sempre implicavam a entrada de nomes novos ou um refrescamento político. Em vários momentos, os ministros transitavam para outras pastas, no que talvez seja um sinal do falado “cansaço” da maioria.

Apesar dessa fadiga, Aníbal Cavaco Silva mostraria uma capacidade de resistência – ou de “resiliência”, como agora se diz – muito superior à dos seus sucessores, bastando lembrar que António Guterres se demitiu ao fim de seis anos de governação, em 2001, pouco depois de ter ganho as legislativas, em 1999. Com esse gesto, alegou, pretendia evitar que o país caísse num “pântano político”, em face da derrota do PS nas autárquicas de Dezembro. Por outro lado, e ainda, o cansaço da maioria social-democrata, ou talvez mais do seu chefe,

não impediu a prossecução da acção governativa, evidenciada, como sempre, em algumas obras emblemáticas, a saber: a organização da Expo 98, a construção da Ponte Vasco da Gama, a Barragem do Alqueva, a introdução do gás natural, o novo aeroporto da Madeira e a introdução do comboio na Ponte 25 de Abril.

Seria nesta última que, em 24 de Junho de 1994, teve lugar aquela que, o então assessor de imprensa do primeiro-ministro, Fernando Lima, descreve como a “mais grave crise vivida pelos governos de Cavaco Silva”. Na verdade, é indesmentível que, naquele Verão Quente de 1994, estava montada a tempestade perfeita: ao fim de vários anos de governação, a maioria PSD acusava indisfarçáveis sinais de desgaste; em Belém, no seu segundo mandato, Soares mostrava-se cada vez mais interventivo, colmatando aquilo que julgava serem as debilidades da oposição socialista, liderada por um Guterres desejoso de dar provas das suas capacidades de liderança. Por outro lado, e tirando partido da natureza mais institucional e circunspecta da televisão pública, os canais privados pressentiram o potencial do momento, a sua espectacularidade imagética, fazendo directos até às cinco da madrugada e debates castigadores para o governo, com destaque para o “Praça Pública”, na SIC, com Júlia Pinheiro.

Para agravar as coisas, as habituais trapalhadas lusitanas: o aumento das portagens fora decidido em Conselho de Ministros cinco meses antes, mas arrastou-se pelos gabinetes ministeriais e a portaria só acabou publicada no jornal oficial a 3 de Junho, surpreendendo tudo e todos, Cavaco inclusive; pior ainda, a portaria era equívoca quanto ao dia da sua entrada em vigor, suscitando declarações desencontradas de Álvaro Magalhães, secretário de Estado das Obras Públicas,

e Rangel de Lima, presidente da Junta Autónoma das Estradas. Além de um *timing* desastroso, a menos de duas semanas das eleições europeias, a portaria não fora acompanhada de nenhum esforço pedagógico ou comunicativo e quando, com o arraial montado, Ferreira do Amaral tentou explicar-se, dizendo que se tratava de um “actualização”, não de um “aumento”, ninguém percebeu a *nuance*, cuja subtilidade esbarrava com o facto evidente de as portagens estarem efectivamente mais caras.

Ao início, os protestos fizeram sentir-se de modo mais tímido, com os automobilistas em marcha lenta ou a pagarem a portagem com notas de valor estratosférico, para atrasar e dificultar o troco, isto enquanto iam vitimando os tímpanos dos portageiros com apitadelas incessantes. No dia 24 de Junho, uma sexta-feira, era feriado municipal em Almada, havendo, pois, uma enorme massa de gente disponível para lutar contra as portagens ou apenas para ir até à Ponte ver quem o fizesse. Com Cavaco Silva ausente em Corfu, numa cimeira europeia, Fernando Nogueira tornou-se o homem do leme, no que contou com o auxílio de Marques Mendes e dos assessores do primeiro-ministro, tarefa de que Nogueira saiu airoso, pese os percalços da praxe: o ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, aterrou de helicóptero Puma na zona da confusão, mas, após ter falado com os manifestantes, regressou sem solução à vista; a GNR não dispunha de equipamentos para rebocar os camiões monstruosos e, quando se pediu o poderoso Rechover M-88 ao Regimento de Engenharia Santa Margarida, suscitou-se uma crucial dúvida jurídica, a de saber se a Lei de Defesa Nacional permitia o recurso a meios militares naquelas circunstâncias. Obtida a resposta afirmativa, os militares de Santa

Margarida decidiram apagar da viatura todos os elementos que indicavam que a mesma era pertença do Exército e, na vinda da máquina para Lisboa, seguindo instruções superiores, pararam em Alpiarça para um merecido e descansado almoço. Alcançaram Lisboa já a meio da tarde e o M-88, como é óbvio, nem chegou a ser usado, tanto mais que, entretanto, os camionistas, que transportavam brita e areia de Sesimbra para Lisboa, ameaçaram despejá-las ao chão do Pragal, bloqueando a capital.

O governo acabaria por recuar em parte, prometendo cartões pré-comprados, anunciando descontos para os motociclistas e suspendendo as portagens nos meses de Julho e Agosto, não sem antes se terem verificado graves incidentes entre os manifestantes e a GNR, dos quais, além de um ex-fuzileiro agredido, resultou um ferido grave, um jovem ajudante de pedreiro de 18 anos, vítima de uma bala perdida, que ficou paraplégico: Luís Miguel Figueiredo pediria uma indemnização ao Estado, em acção na qual foi representado por advogado Tiago Crisóstomo Teixeira, após o processo-crime ter sido arquivado, por nunca se ter provado que a bala fora disparada pela polícia. Convertidos em celebridades instantâneas, os irmãos camionistas Jaime e Mário Pinto foram rapidamente ultrapassados pelos acontecimentos, que, como é evidente, cedo deixaram de se centrar nas portagens para assumirem contornos políticos mais amplos. Na noite de 30 de Agosto, Pedro Abrunhosa & Os Bandemónio davam o mote para novos protestos, convertendo a música “Não Posso Mais” num hino de contestação ao cavaquismo, bisado no ano seguinte com a faixa “Talvez Foder”, do álbum *F*.

Na *reentré* de Setembro, regressou o caos. Em Belém, o assessor presidencial Vítor Ramalho recebeu os manifestantes

da Ponte e, num colóquio sobre direitos humanos, Soares usaria uma expressão célebre, o “direito à indignação”, palavras que Guterres considerou justas, mais do que legítimas, mas que passavam em claro o facto de, em 1983, o governo do Bloco Central ter aprovado uma resolução em que autorizava o uso da força para impedir os cortes das estradas e das comunicações, coisa que o PSD logo lembrou nos jornais, para irritação de Soares.

Em Outubro, anunciou-se uma gigantesca caravana automóvel na Ponte, apoiada por 58 notabilidades, entre as quais Manuel Alegre, Helena Roseta, Francisco Louçã, José Saramago e Baptista-Bastos. Na caravana, destacar-se-iam dois deputados socialistas, Armando Vara e Crisóstomo Teixeira, enquanto Guterres proclamava que o aumento das portagens era ilegal, que o governo deveria ceder aos protestos e que eram ilegítimas as portagens nas regiões suburbanas. À direita, curiosamente, ou talvez não, Manuel Monteiro, líder do CDS, radicalizou ainda mais, instando o Presidente da República a convocar uma reunião extraordinária da Assembleia para discutir a questão das portagens e da violência policial, proposta que acabou sendo apoiada pelo PS e pelo PCP, mas a que Soares, obviamente, não deu seguimento. Na bancada *laranja*, Duarte Lima liderava a difícil defesa das posições do governo, dando as táticas aos ministros mais precisados, com destaque para Ferreira do Amaral, que por duas vezes tentou demitir-se.

Os ânimos acabaram por serenar, surgiu o “tabu” de Cavaco Silva, Guterres venceu Nogueira, e, uma vez chegado ao poder, o governo do PS informou, através do ministro da Presidência, António Vitorino, que, afinal, não iria abolir as portagens na Ponte 25 de Abril. Por um azar dos Távo-

ras, 25 deputados socialistas tinham apresentado, em Julho de 1994, no calor do “buziã”, um requerimento para que o Tribunal Constitucional declarasse a inconstitucionalidade da portaria de Ferreira do Amaral: em Novembro de 1995, o Tribunal decidiu, por unanimidade, que a portaria não era inconstitucional, coisa que já nem mereceu destaque nos *media*, mas que foi uma bênção para o novo governo do PS, cujo primeiro-ministro, António Guterres, informou não ter agenda para receber a associação de utentes criada por uma figura também surgida na altura, Aristides Teixeira, que logo no ano a seguir se candidatou a Belém, voltando a fazê-lo, curiosamente, em 2025.

\*\*\*

O período final do cavaquismo coincide com o agudizar das relações com Mário Soares, num processo que começou a desenhar-se desde a tomada de posse deste para um segundo mandato como Presidente da República, cargo para o qual foi eleito, note-se, com o apoio do PSD de Aníbal Cavaco Silva, após este ter concluído que a popularidade conquistada por Soares no seu primeiro mandato tornava inviável a apresentação de uma candidatura alternativa. O vaticínio mostrou-se correcto: nas presidenciais de 13 de Janeiro de 1991, Mário Soares esmagou a concorrência com 70,35% dos votos, deixando a léguas o candidato centrista, Basílio Horta, com 14,16%, e o comunista Carlos Carvalhas, com 12,92%.

Além dos conflitos com Soares, e vice-versa, o tempo foi também caracterizado por algumas expressões célebres que, desde então, passaram a integrar o património linguístico do cavaquismo: “deixem-nos trabalhar”, “forças de bloqueio” e

“tabu”. Nem o inegável sucesso da presidência portuguesa das Comunidades, no primeiro semestre de 1992, nem alguns trunfos conquistados na cena internacional, nem a excelência dos indicadores económicos, jamais repetidos na nossa história recente, conseguiriam iludir uma sensação de cerco e de declínio em torno da maioria social-democrata.

“Não houve propriamente um momento em que eu tenha tomado a decisão de não me recandidatar a primeiro-ministro nas eleições legislativas de Outubro de 1995. Foi uma ideia que se foi formando e consolidando e que, em meados de 1994, estava instalada definitivamente na minha cabeça”, escreve Cavaco Silva na sua *Autobiografia Política*. Afirma, depois, que logo em 1991, ao ganhar a segunda maioria, tivera a noção que aquela seria a última vez que se iria candidatar a primeiro-ministro.

À primeira vista, os dados não são coincidentes, pois tanto apontam para que Cavaco decidiu o seu “tabu” logo em 1991 como indiciam que o fez apenas em meados de 1994. Tudo sugere, contudo, que se tratou de um *work in progress*, sedimentado pela crescente convicção de que o país não voltaria a dar-lhe uma terceira maioria, condição que considerava agora ser fundamental e inegociável para permanecer em funções. A isso juntavam-se, como atrás se viu, circunstâncias pessoais e familiares, assentes numa progressiva e cada vez mais funda repulsa pela vida partidária e pela avidez dos *media*, os quais foram ao ponto de escrever ao gabinete do primeiro-ministro perguntando pelo valor de umas pequenas obras que aquele fizera em sua casa.

É curioso pensar, a este respeito, que se alguma imprensa mais vocacionada para o escândalo, com destaque para *O Independente*, mas não só, provocou significativos danos na

maioria de Cavaco ou na imagem de Soares (com o caso do “fax de Macau”), tal forma de jornalismo acabou por entrar numa espiral autofágica, já que, mesmo com o maior esforço, era impossível encontrar um “caso” que fizesse manchetes a cada semana. A dada altura, o director do jornal, Paulo Portas, teve mesmo de andar fugido, ou quase, dormindo em paradeiro incerto para fugir às notificações dos processos contra si intentados por difamação ou ofensa à honra. Não muito depois, provaria do seu próprio veneno, ao ver o seu nome envolvido no “caso Universidade Moderna”, numa polémica sobre a aquisição de submarinos, enquanto ministro da Defesa, e até num vendaval de acusações torpes sobre a sua vida mais íntima e mais privada. Quanto a *O Independente*, conheceria vários directores, Constança Cunha e Sá, Isaías Gomes Teixeira, Inês Serra Lopes, Miguel Esteves Cardoso e, de novo, Inês Serra Lopes, que acabou acusada, e condenada, pela prática de um crime de favorecimento pessoal no âmbito do “processo Casa Pia”, no qual o seu pai intervinha como advogado do arguido Carlos Cruz. Depois de ter sido uma saudável pedrada no charco no cinzentismo da imprensa portuguesa da época, e de ter congregado uma plêiade brilhante dos mais talentosos cronistas e criadores da altura, *O Independente* acabaria por ir à falência e fechar portas em Setembro de 2006, poucos meses depois de Cavaco Silva ter tomado posse como Presidente da República, naquilo que representou uma curiosa ironia ou vingança da História.

Na sua *Autobiografia*, Cavaco Silva desmente à outrance que, com a decisão de não se recandidatar à presidência do PSD, pensava já em mais altos voos, os da chefia do Estado. Na ausência de dados que confirmem ou infirmem tal suposição, fiquemo-nos pelo relato dos factos: em 23 de Janeiro

de 1995, numa histórica conferência de imprensa, Aníbal Cavaco Silva anunciou que não se iria candidatar de novo à liderança dos sociais-democratas, afirmando, do mesmo passo, que continuaria em funções como primeiro-ministro.

A saída de cena da sua figura tutelar, do homem que lhes dera duas maiorias absolutas e governara o país durante dez anos, deixou os *laranjas* na incerteza e no pânico. Cavaco, para mais, não designara um delfim, dando azo a que tanto se dissesse que preferia Fernando Nogueira, como se afirmasse que apostava no novo rosto de Durão Barroso, os dois rivais em confronto no congresso social-democrata realizado em Fevereiro de 1995 no Coliseu dos Recreios, em Lisboa. Nogueira saiu vencedor, mas perderia as legislativas desse ano, que puseram termo a uma década de governação do PSD, abrindo caminho ao regresso ao poder do PS, com António Guterres.

Na sequência dessa derrota, Aníbal Cavaco Silva anunciou a sua candidatura à Presidência da República no dia 10 de Outubro de 1995, no Hotel Meridien, em Lisboa, onde regressaria no dia 14 de Janeiro do ano seguinte, para reconhecer a vitória de Jorge Sampaio, por 53,8% dos votos, contra os seus 46,2%.

Aníbal Cavaco Silva conhecia assim, e pela primeira vez, o amargo sabor da derrota, para mais uma derrota pessoal, toda centrada em si. No passado, é certo, o seu partido já tivera desaires, mas o resultado das presidenciais de Janeiro de 1996 não pôde deixar de ser visto, a começar pelo próprio, como um juízo negativo sobre a sua pessoa ou, pior ainda, sobre os seus dez anos como primeiro-ministro. O tempo se encarregaria de desmentir esta impressão. Cavaco diz que se candidatou por “uma questão de responsabilidade cívica,

quase um dever moral”, após o PSD ter perdido as legislativas. É possível que estivesse a pensar na célebre teoria dos cestos e dos ovos e que alimentasse esperanças de ser o escolhido pelos portugueses. Mas também é bem possível que soubesse à partida que tinha escassas probabilidades de vitória, sobretudo depois de Jerónimo de Sousa, o candidato dos comunistas, ter desistido a favor de Sampaio. Em qualquer dos casos, o certo é que arriscou – e perdeu.

Não querendo sair da História com esse estigma, aguardou dez anos, pacientemente, refugiou-se na academia, dando ocasionais sinais de vida em artigos de jornal que, por revelarem uma prudente e habilíssima gestão da palavra e do silêncio, tiveram sempre um profundo impacto. Num deles, “O Monstro”, publicado em Fevereiro de 2000, alertava para a dimensão alarmante da despesa pública. Noutro, “Os Políticos e a Lei de Gresham”, saído em Novembro de 2004, durante o governo de Santana Lopes, advertia para a degradação da qualidade dos agentes políticos.

No entretanto, deu conferências, recebeu prémios, palestrou em Portugal e no estrangeiro. Publicou dois livros sobre questões europeias, *Portugal e a Moeda Única*, de 1997, e *União Monetária Europeia*, de 1999. Além dos balanços da sua acção como primeiro-ministro, feitos em *As Reformas da Década*, logo de 1995, e nos dois volumes da sua *Autobiografia Política*, de 2002 e de 2004, deu à estampa uma colectânea de artigos de opinião, *Crónicas de uma Crise Anunciada e Outros Textos*, de 2002.

Em 20 de Outubro de 1995, no Centro Cultural de Belém, anunciou a sua candidatura à Presidência da República.



# BELÉM

Com desarmante candura, ou suma perfídia, Aníbal Cavaco Silva confessa sem problemas que a sua vitória nas presidenciais de Janeiro de 2006 teve para si um sabor duplo: por um lado, porque ganhou, e logo à primeira volta, com 50,64% dos votos e contra um leque de pesos-pesados: Manuel Alegre, Mário Soares, Jerónimo de Sousa e Francisco Louçã; por outro lado, porque Soares, o seu rival dos anos 90, ficou num humilhante terceiro lugar, bastante atrás de Manuel Alegre, que, como independente, teve 20,70% dos votos.

Soares ficou-se pelos 14,35%, não sendo este o primeiro desaire que sofreu após sair de Belém em glória: em 1999, candidatara-se à presidência do Parlamento Europeu, tendo perdido para a francesa do Partido Popular Europeu Nicole Fontaine, a quem acusou, num imperdoável assomo de misoginia, de ter “um discurso de dona de casa”.

Neste particular, e ao contrário do que sucedeu com Mário Soares ou Freitas do Amaral, Aníbal Cavaco Silva parece ter

sabido gerir melhor as suas travessias do deserto e os regressos à vida política. Em vez de, por exemplo, ter tentado um retorno à liderança do seu partido, no decénio em que Sampaio era Presidente, optou por uma longa espera, que veio a revelar-se frutuosa. De igual modo, quando saiu de Belém não mais se envolveu directamente na política activa, e na partidária menos ainda, mantendo-se, contudo, um observador atento da vida do seu país, sobre a qual se pronuncia em ocasiões milimetricamente escolhidas, e com intervenções quase sempre causadoras de sensação e estrondo.

No confronto com Soares ou com Freitas, poderá também falar-se de sorte, ou da acção do imponderável: Cavaco pôde terminar a sua carreira política em beleza, no mais alto cargo do Estado, sem ter conhecido de novo o amargo travo da derrota. A sorte, porém, ter-lhe-á faltado no tempo da Presidência, onde se viu confrontado com um governo de maioria absoluta de um primeiro-ministro de outra área política, ademais chamado José Sócrates, com um resgate financeiro e uma intervenção externa, iniciados pelo mesmo Sócrates mas concretizados nos tempos de Passos Coelho, e, por fim, com uma coligação entre o PS e as esquerdas extremas, no consulado de António Costa. Ao contrário de Mário Soares ou de Jorge Sampaio, que tiveram a ventura de sair da Presidência com governos da sua família política, Cavaco abandonou Belém com o executivo da “geringonça” e o PSD de Passos Coelho a clamar pela “ilegitimidade” daquela fórmula governativa. Mais ainda: o facto de Soares e de Sampaio terem terminado os seus mandatos com governos socialistas no poder permitiu-lhes fazerem esquecer, ou colocar na penumbra, decisões que haviam tomado contra a sua área política: a dissolução da Assembleia da República por Soares, em Abril de 1987, dan-

do a maioria absoluta ao PSD de Cavaco Silva; a convocação de eleições por Sampaio, em 2001, contra a vontade de Ferro Rodrigues, secretário-geral do PS, de que resultou a vitória do PSD de Durão Barroso; e, mais tarde, também por Jorge Sampaio, a nomeação de Santana Lopes como sucessor de Durão Barroso, o que provocou a demissão do líder do PS Ferro Rodrigues, seu amigo e companheiro de décadas.

Aníbal Cavaco Silva não teve dissabores como este, desde logo porque não fez amizades na política. Em rigor, desconhece-se o círculo dos seus íntimos, tão restrito e reservado ele é. Fala-se de uma relação especial com Manuela Ferreira Leite, mas, mesmo nesse plano, é tudo muito vago e difuso. Ao contrário de Mário Soares e de Jorge Sampaio, desde sempre conhecidos pelas suas *côteries*, Cavaco não tinha um “grupo” com quem partilhasse, além de afinidades políticas, os mesmos trajectos e percursos, os mesmos gostos ou prazeres da vida, de resto pouco conformes à sua imagem austera e distante. É sintomático que Ramalho Eanes, igual a ele, tenha sido presidente da comissão de honra das suas candidaturas presidenciais vitoriosas, em 2006 e em 2011.

A falta de um círculo íntimo, aliada ao distanciamento, que sempre cultivou, em relação aos jornalistas e aos *opinion makers*, fez com que recaísse sobre os seus ombros, e apenas neles, o *trabalho de memória* dos seus dois mandatos, quer como primeiro-ministro, quer como chefe do Estado. Estranhamente, ou talvez não, não existe uma biografia de Aníbal Cavaco Silva, o político de mais sucesso – e que mais tempo esteve no poder – na história da democracia portuguesa. Cavaco preencheria essa lacuna por si próprio, dando à estampa quatro volumes sobre a sua trajectória pública, sendo essa a principal fonte, praticamente a única, sobre tempos funda-

mentais da nossa história política recente. Terá sido essa a forma que encontrou de, à *narrativa da popularidade*, que lhe é deveras desfavorável (segundo uma sondagem da Católica, saiu de Belém, em 2015, com uma avaliação de 48%, contra os actuais 72% de Marcelo), opor uma narrativa-outra, assente no registo minucioso das múltiplas ocasiões em que serviu o superior interesse nacional, mesmo que em detrimento da estima dos seus concidadãos.

Em relação a esta última, Aníbal Cavaco Silva não se afastou daquilo que é o ciclo de vida normal, quase fatal, dos chefes de Estado do (nosso) semipresidencialismo: (1) grande expectativa e estado de graça iniciais, com algum cepticismo na área dos derrotados (no seu caso, dizia-se, por exemplo, que iria incumprir a Constituição ou que tinha um perfil demasiado “executivista” para um cargo representativo); (2) relação cordial e cooperante com o governo do dia, seja qual for a sua cor política, segundo muitos motivada pelo desejo de reeleição (quer Cavaco, quer Marcelo foram criticados pela sua tolerância para com Sócrates e António Costa); (3) tomada de decisões desagradáveis para a base inicial de apoio (*v.g.*, algumas tomadas de posição de Cavaco contra certas medidas do governo de Passos Coelho); (4) conclusão do mandato a olhar para a História, mas em registo de fadiga e desgaste, com os portugueses a aguardarem pelo sucessor; (5) com o passar dos anos, passagem a um patamar mais consensual, por vezes nas raias do unanimismo, o que, se não sucedeu com Cavaco, foi paradigmático com Eanes, mesmo que à custa de algum revisionismo histórico e do apagamento de incidentes pretéritos (*v.g.*, os conflitos com os governos da AD de Sá Carneiro e de Balsemão; o lançamento e apadrianhamento de um partido político, o PRD, a partir de Belém).

Na Presidência da República, e como já se disse, Aníbal Cavaco Silva, fiel ao seu estilo e ao seu temperamento, manteve durante dez anos os mesmos chefes da Casa Civil e da Casa Militar, José Nunes Liberato e general Carvalho dos Reis. A equipa de colaboradores, em que o autor destas linhas foi modesto cúmplice, caracterizou-se também por uma grande estabilidade, salvo a transferência de funções de um dos seus assessores mais próximos, Fernando Lima, na sequência do episódio das “escutas de Belém”, e da saída de dois antigos e distintos governantes, Armando Sevinate Pinto e Vítor Martins, por terem subscrito um manifesto, sem comunicação prévia, defendendo a reestruturação da dívida pública portuguesa. Este último episódio foi, segundo o próprio, o momento mais difícil dos seus dez anos em Belém, o que, se juntarmos ao que antes dissera sobre os tempos de primeiro-ministro, e a penosa remodelação de finais de 1989/inícios de 1990, talvez nos dê um elemento interessante para a caracterização do seu perfil psicológico, não só sobre a aversão à mudança e ao imprevisto, mas também, ou sobretudo, sobre a necessidade de, em política, tomar decisões pessoalmente ingratas.

Nas suas memórias da Presidência, *Quintas-Feiras e Outros Dias*, saídas em 2017 e em 2018, Cavaco vai ao detalhe, quase em discurso directo, das conversas havidas com os sucessivos primeiros-ministros. Já no tempo de primeiro-ministro, e como nos conta na *Autobiografia Política*, tinha por hábito, logo que regressava das audiências com Soares em Belém, passar a limpo os apontamentos que aí tirara, guardando desse modo o seu registo para a História. Agora, na Presidência, os talentos de estenografia, que aprendera no curso comercial, valeram-lhe para reproduzir, com impecável e impla-

cável fidedignidade, os diálogos travados com José Sócrates, Pedro Passos Coelho e António Costa. Nenhum deles, ao que se sabe, contestou a veracidade dos ditos, ou a sua autenticidade, contestando apenas, no caso de Sócrates, a sua parcialidade e o trabalho de *editing*.

Em Belém, Cavaco não prescindiu – e, pelo contrário, utilizou-o com grande afincio – do modelo das “presidências abertas” de Mário Soares, uma das maiores e mais geniais *trouvailles* do seu consulado político. Com o seu apurado faro político, Soares intuiu ser necessário romper com a clausura de Belém, muito típica dos mandatos de Ramalho Eanes, mas imprópria para os novos tempos, mais exigentes de presença na rua e comunicação externa. De caminho, as “presidências abertas” permitiam-lhe marcar a agenda político-mediática nos *timings* mais ajustados e num tom e numa forma adequados à mensagem pretendida, ora de natureza conciliadora e “nacional” (a presidência aberta de Guimarães), ora claramente “de combate” de contestação ao governo (a da Grande Lisboa). Depois de Soares, e ainda que sob diversos modos (mais sistemático e planeado, no caso de Cavaco; mais espontâneo e quase anárquico, no de Marcelo), a saída de Belém e o contacto regular com o exterior tornaram-se obrigatórios para todos os presidentes. Cavaco Silva, como se disse, e como sempre, introduziu um *approach* metódico e planeado – anunciado no seu primeiro discurso na cerimónia do 25 de Abril, sob os aplausos de todos, ou quase todos –, o dos “Roteiros”. Ao todo, realizou seis: o Roteiro para a Inclusão, o Roteiro para a Ciência, o Roteiro para o Património, o Roteiro para a Juventude, o Roteiro das Comunidades Locais Inovadoras e o Roteiro para uma Economia Dinâmica. Além disso, abraçou outras causas, colocando-nos no fulcro da

agenda pública, com destaque para a do Mar, à conta da qual viajou até às Selvagens, em Julho de 2013, em plena crise política motivada pela demissão “irrevogável” de Paulo Portas, o número dois do governo da coligação Portugal à Frente, que geriu os destinos nacionais nos tempos da intervenção da *troika*.

Num gesto prenhe de significado, Cavaco recusou receber em Belém os representantes das instituições nossas credoras, o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, com isso evidenciando que, apesar de ter apoiado o célebre Memorando de Entendimento, não prescindia da sua qualidade de garante da soberania e da independência nacionais. A natureza das delegações, compostas somente por técnicos, fazia com que, em seu entender, um Presidente não lhes devesse conferir um estatuto a que talvez aspirassem, mas que não era o seu.

No exercício do seu *pouvoir d'empêcher*, travou diversas medidas de Sócrates, ou minorou-lhe os seus efeitos, como sucedeu, desde logo, com uma proposta de Estatuto Político dos Açores que o Tribunal Constitucional se encarregou de destruir. Nas suas memórias de Presidente, refere que se recusou a assinar a carta, que lhe foi apresentada pelo primeiro-ministro, de apoio à candidatura portuguesa ao Mundial de Futebol de 2018, argumentando para o efeito com o desastre financeiro do Euro 2004, projecto que Sócrates liderara. Entre outras questões, a da Fundação Berardo e a da localização do novo aeroporto, que o primeiro-ministro e o ministro Mário Lino insistiam dever ser na Ota. A sua intervenção mais significativa terá sido, porventura, a que levou à aprovação *in extremis* da proposta de Orçamento do Estado para 2011, ano em que, e atenta a crise que já se desenhava no

horizonte, conseguiu reunir no Palácio de Belém, por ocasião do 25 de Abril, os seus três antecessores.

Nas eleições de 2009, o PS de Sócrates perdeu a maioria absoluta e o governo que então surgiu, sob os ventos da crise financeira de 2008 e com o peculiar perfil do primeiro-ministro, pouco predisposto ao diálogo, acabaria por se demitir na sequência da reprovação, no parlamento, do Programa de Estabilidade e Crescimento, o famoso “PEC-IV”.

Convocadas eleições para 5 de Junho de 2011, o PSD de Passos Coelho ganhá-las-ia de forma concludente, com mais de dez pontos percentuais acima dos socialistas de Sócrates: 38,66% contra 28,05%. Graças à votação que obteve, o CDS-PP de Paulo Portas entrou para o governo após a assinatura de um acordo de coligação. No termo da legislatura, o PSD e o CDS-PP concorrerem coligados à legislativa de 2015, onde, juntos, obtiveram 38,56% dos votos, ligeiramente abaixo daquilo que o PSD obtivera, sozinho, no sufrágio de quatro anos antes. Com 32,32%, o PS de António Costa acabou por formar um acordo com o BE de Catarina Martins, que registara uma espectacular subida de 137,5% face à votação anterior, obtendo 10,19%, e com o PCP de Jerónimo de Sousa, que obteve 8,25% dos sufrágios. Para a formação da “geringonça”, como então foi chamada, Cavaco Silva exigiu um acordo escrito aos partidos que a integravam, o PS, o PCP, o BE e o PEV, o qual viria a revelar-se, curiosamente, um elemento fulcral para a sedimentação desta experiência política inédita e para a estabilidade do governo que nela se apoiou.

Na sua candidatura à Presidência, em 2006, Cavaco prometera “cooperação estratégica” com o governo ou, mais precisamente, “cooperação estratégica em torno dos grandes desígnios nacionais”. Na candidatura ao segundo mandato,

em 2011, aditou um novo inciso, o da “magistratura activa”, propósito que ficou marcado logo no discurso da sua tomada de posse, em 9 de Março desse ano, no qual se entrevia bem que, dali em diante, a vida de Sócrates não iria ser nada fácil. Não por acaso, os socialistas criticariam duramente aquela alocução, talvez porque só então tivessem percebido que, com a legitimidade renovada que então adquirira, Cavaco Silva iria intensificar, e muito, a sua pressão vigilante sobre o executivo.

Pouco antes, durante o seu primeiro mandato, não faltou quem, à direita, o tivesse acusado de excessiva complacência para com o governo *rosa*, ou de não ter visto a tempo a verdadeira índole de Sócrates, do mesmo passo que, no segundo mandato, foi causticado por toda a esquerda pelo seu suposto apoio às medidas “austeritárias” do governo de Pedro Passos Coelho. As relações com este foram, porém, mais difíceis do que então se disse, como as memórias de Cavaco Silva eloquentemente demonstram. A crise aberta pela inopinada demissão de Paulo Portas, em 2 Julho de 2013, por causa da substituição de Vítor Gaspar por Maria Luís Albuquerque, na pasta das Finanças, exigiu uma intervenção activa de Aníbal Cavaco Silva, que para resolver o impasse avançou uma proposta de entendimento do PSD-CDS com os socialistas, o “Compromisso de Salvação Nacional”, que, ao fim de várias rondas de negociação, António José Seguro declinou subcrever.

\*\*\*

No dia 9 de Março de 2016, com a posse do seu sucessor, Aníbal Cavaco Silva cessou funções como Presidente da

República, abandonando, crê-se que em definitivo, a política activa.

À semelhança do que fizera após sair de S. Bento, dedicou-se à escrita de dois volumes de memórias dos tempos da Presidência. Instalado no seu gabinete, no antigo Convento do Sacramento, não longe da Travessa do Possolo, com o apoio de um assessor (Ademar Vala Marques) e de uma secretária (Maria Filomena Santos), continua um vigilante atento da vida pública do seu país, que observa com um distanciamento e, crê-se, uma tranquilidade que não conheceu nos tempos de ministro das Finanças, líder partidário, primeiro-ministro e Presidente da República. Goza agora, ao que parece, daquilo que mais prezou, o convívio com a família, composta pela mulher, dois filhos, um genro e uma nora, que lhe deram cinco netos, um dos quais já casou, imagine-se.

De vez em quando, intervém. Quando o faz, é quase sempre escutado, mesmo que o que diga não seja do agrado de muitos. A sua última declaração pública foi de apoio à candidatura de António José Seguro, na disputa à segunda volta das presidenciais com André Ventura. Do candidato socialista disse ser “uma pessoa honesta e educada”, qualidades que, pelos vistos, não encontrou no líder do Chega.

# EPÍLOGO: O OUTRO CAVACO

No dia 24 de Agosto de 2018, o jornal *Público* deu à estampa uma reportagem-perfil sobre Leonel Santos, antigo nadador-salvador da praia de Albufeira. Melhor dizendo, sobre Leonel *Cavaco* Santos, pois é, ou era, primo em segundo grau daquele que o *Público* definiu, na mesma peça, como “o homem que mais anos esteve à frente dos destinos do Portugal democrático”.

A mãe de Leonel era prima-irmã da mãe de Aníbal e conheceram-se desde tenra infância. Chegaram a partilhar um par de botas de futebol, modalidade em que Aníbal, segundo o primo, “tinha pouco jeito” (logo acrescenta, contudo, que ele era “bom no atletismo”).

Seguiram depois percursos diferentes: Aníbal foi para Lisboa estudar, chegou ao mais alto cargo da nação, ao qual cabe garantir, nos termos da Constituição da República, a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas. Leonel, em contrapartida, permaneceu no Algarve, fez a tropa nos fuzileiros,

tornou-se nadador-salvador, ganhou o epíteto de “Tarzan”, graças ao porte físico, à compleição atlética. Chamavam-lhe também por vezes “o Alemão”, pois tinha o cabelo loiro e os olhos da cor do mar. Dele salvou várias vidas – nove, pelo menos, incluindo a de um irmão –, dele tirou muita gente, um alemão em apuros, metido numa gruta, uma inglesa em alto-mar, esquecida pelo marido. Não admira, pois, que fosse por muitas mirado: “elas olhavam e não disfarçavam”. E mais não disse.

Também na política Aníbal e Leonel seguiram rumos distintos: o primeiro, o que se sabe; o segundo presidiu à primeira comissão de moradores dos Olhos d’Água e, durante 27 anos, foi autarca independente, eleito nas listas da CDU. Lembra-se de Zeca e de Adriano, entre outros, que estanciavam nos Olhos d’Água: “gostava muito dessa rapaziada, e fiz bons amigos”, diz, recordando que quando Michel Giacometti passou por aquelas bandas, para as suas recolhas da música do povo, ficou hospedado em casa de um tio seu.

Apesar das discrepâncias de trajecto, e das divergências políticas, considerava Aníbal “um amigo”, coisa que deveria servir de lição nos actuais tempos de tantas zangas e polarizações.

Aníbal poderia ter sido Leonel, se acaso não tivesse estudado. E, no sentido inverso, Leonel poderia ter sido Aníbal, chegado onde este chegou, assim o tivesse ordenado aquilo a que *chamamos destino ou fado*. Duas vidas bem diferentes, como salta à vista. Em ambos os casos, porém, há algo que as irmana, que as junta numa só vida. Esse algo é Portugal.

---

**EIS-NOS ASSIM, PORTANTO, EM FACE  
DE UM INTRIGANTE PARADOXO, O DE UM  
HOMEM QUE PREZAVA A ESTABILIDADE  
COMO A MAIS SUPREMA DAS VIRTUDES,  
TANTO NA VIDA COMO NA POLÍTICA,  
MAS QUE FOI, AO CABO E AO RESTO,  
UM GRANDE DESESTABILIZADOR.**

---



# CRONOLOGIA

---

**1939** Nascimento em Boliquireme, a 15 de Julho.

---

**1959** Após realizar estudos secundários em Faro, concluiu o curso de Contabilidade do Instituto Comercial de Lisboa.

---

**1962** Presta serviço militar, como oficial miliciano  
**1965** do Exército, em Lourenço Marques, actual Maputo, Moçambique.

---

**1963** Em 20 de Outubro, casa em Lisboa, na Igreja de São Vicente de Fora, com Maria Alves da Silva.

---

**1964** Licenciatura em Economia e Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF, actual ISEG).

---

**1966** Contratado como assistente do ISCEF.

---

- 1971** Doutora-se em Economia Pública na Universidade de York com a dissertação *A Contribution to the Theory of the Macroeconomic Effects of Public Debt*, publicada em livro em 1973.
- 
- 1977** Assume funções como director do Departamento de Estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal.
- 
- 1980** Toma posse como ministro das Finanças do VI Governo Constitucional.
- 
- 1981** Exerce funções como presidente do Conselho Nacional  
**1984** do Plano.
- 
- 1985** A 6 de Novembro, toma posse como primeiro-ministro do X Governo Constitucional.
- 
- 1987** A 17 de Agosto, toma posse como primeiro-ministro do XI Governo Constitucional.
- 
- 1991** A 31 de Outubro, toma posse como primeiro-ministro do XII Governo Constitucional.
- 
- 1995** A 23 de Janeiro, anuncia o abandono da liderança do PSD e que não será candidato nas eleições de Outubro desse ano.
- 
- Em 10 de Outubro, anuncia a sua candidatura à Presidência da República.
- 
- 1996** Em 14 de Janeiro, é derrotado por Jorge Sampaio nas eleições para a Presidência da República, obtendo 46,09% dos votos.
-

- 
- 2002** Publica o primeiro volume da sua *Autobiografia Política*.
- 
- 2004** Publica o segundo volume da sua *Autobiografia Política*.
- 
- 2005** Em 20 de Outubro, inicia a sua candidatura à Presidência da República.
- 
- 2006** A 22 de Janeiro, é eleito Presidente da República, com 50,64% dos votos, tomando posse a 9 de Março.
- 
- 2011** Em 23 de Janeiro, é eleito Presidente da República, com 52,95% dos votos.
- 
- 2016** A 9 de Março, cessa funções como Presidente da República.
- 
- 2017** Publica o primeiro volume de *Quinta-Feira e Outros Dias*, as memórias do seu tempo de Presidente.
- 
- 2018** Publica o segundo volume de *Quinta-Feira e Outros Dias*.
- 
- 2026** Designado, pelo Parlamento Europeu, como membro honorário da Ordem Europeia do Mérito.
-



# GUIA DE LEITURAS

Sendo o político que mais tempo esteve no poder na história da democracia portuguesa, é surpreendente, mas sintomático, que não exista uma biografia desenvolvida de Aníbal Cavaco Silva. Em contraste, Cavaco Silva foi o único Presidente da República do pós-25 de Abril que escreveu as suas memórias, seja as do tempo de primeiro-ministro (*Autobiografia Política*, volume I – *O percurso até à maioria absoluta e a primeira fase da coabitação*, Lisboa, Temas e Debates, 2002; volume II – *Os anos de governo em maioria*, Lisboa, Temas e Debates, 2004), seja as dos dois mandatos em Belém (*Quinta-Feira e Outros Dias*, volume I, Porto, Porto Editora, 2017; e volume II – *Da coligação à “geringonça”*, Porto, Porto Editora, 2018). Estão também reunidas, em vários volumes, as suas principais intervenções como primeiro-ministro e como Presidente da República, publicadas pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Da sua autoria, registem-se ainda, entre outros, os livros *A Política Económica do Governo de Sá Carneiro*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982; *As Reformas da Década*, Lisboa, Ber-

trand Editora, 1995; *Portugal e a Moeda Única*, Lisboa, Editorial Verbo, 1997; *União Monetária Europeia. Funcionamento e implicações*, Lisboa, Editorial Verbo, 1999; *Crónicas de uma Crise Anunciada e Outros Textos*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002; *Uma Experiência de Social-Democracia Moderna*, Porto, Porto Editora, 2020; *O Primeiro-Ministro e a Arte de Governar*, Porto, Porto Editora, 2023. Encontra-se em preparação, pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, a edição de *Obras de Aníbal Cavaco Silva*, projecto que compreenderá a publicação, em vários volumes, dos seus principais escritos económicos e académicos, e políticos e de intervenção cívica.

As obras que lhe são dedicadas têm um alcance e um valor muito desigual, podendo citar-se, por ordem cronológica de publicação: **João Costa Figueira**, *Cavaco Silva. Homem de Estado*, Lisboa, Livraria Popular Francisco Franco, 1987 (de que existe tradução francesa: *Cavaco Silva. Le Portugal nouveau*, Jouy-en-Josas, Édition de France – Portugal, s.d.); **Rui Paulo Figueiredo**, *Aníbal Cavaco Silva e o PSD (1985-1995). A pós-consolidação do regime democrático português*, prefácio de António Costa Pinto, Lisboa, Hugin, 2004; **Fernando Lima**, *O Meu Tempo com Cavaco Silva*, Lisboa, Bertrand, 2004; **Vítor Gonçalves**, *A Agenda de Cavaco Silva*, Cruz Quebrada, Oficina do Livro, 2005; **Adelino Cunha**, *A Ascensão ao Poder de Cavaco Silva, 1979-1985*, Lisboa, Edeline, 2005; **Frederico Duarte Carvalho**, *Cavaco versus Cavaco. Todas as polémicas e factos escondidos sobre o político mais influente da política portuguesa*, Amadora, Vogais, 2008; **Fernando Lima**, *Na Sombra da Presidência. Relato de 10 anos em Belém*, Porto, Porto Editora, 2016.

Para a apreensão do universo em que nasceu é interessante a obra de **Arménio Aleluia Martins**, *Gente de Boliqueime. Notas Biográficas*, Paderne, Edigarbe, 2012. E também, naturalmente,

as memórias do seu irmão: **António Cavaco Silva**, *Memórias Paixão de uma vida*, prefácio de Aníbal Cavaco Silva, coordenação de Joaquim Barona, fotografias de Lino Cardoso, Cascais, ALA – Academia de Letras e Artes, 2008.

Sobre Maria Cavaco Silva, veja-se **Alberta Marques Fernandes**, *As Primeiras-Damas. As mulheres dos presidentes da república em democracia*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011. As suas intervenções como primeira-dama encontram-se reunidas em **Maria Cavaco Silva**, *Outro Olhar, 2006-2016*, Lisboa, s.n., 2015.

Em contraste com a escassez de biografias de Aníbal Cavaco Silva, são já muito numerosas as obras de ou sobre protagonistas dos seus tempos como ministro das Finanças, como primeiro-ministro e como Presidente da República.

Assim, e sobre o PPD/PSD, **Maria José Stock**, *Elites, Facções e Conflito Intra-partidário. O PPD/PSD e o processo político português de 1974 a 1985*, dissertação de doutoramento em Sociologia Política apresentada à Universidade de Évora, policopiada, Évora, 1989; **Maritheresa Frain**, *PPD-PSD e a Consolidação do Regime Democrático*, tradução portuguesa, Lisboa, Editorial Notícias, 1998; **Marcelo Rebelo de Sousa**, *A Revolução e o Nascimento do PPD*, dois volumes, Venda Nova Bertrand, 2001; **Nuno Manalvo**, *PSD. A marca dos líderes*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001; **AA.VV.**, *40 Anos de Democracia. Cronologia*, prefácio de Francisco Pinto Balsemão, Lisboa, ed. PSD, 2014; **José Pacheco Pereira** e **Júlio Sequeira**, *Autocolantes do PPD. Catálogo, 1974-1976*, Lisboa, Tinta-da-china, 2015.

Sobre Francisco Sá Carneiro, **Maria João Avillez**, *Francisco Sá Carneiro. Solidão e Poder*, s.l., Cognition, 1982, com várias reedições; **José Miguel Júdice**, *O Pensamento Político de Sá Carneiro e Outros Estudos*, Lisboa, Editorial Verbo, 1982; **Miguel Pinheiro**, *Sá Carneiro. Biografia*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010.

Sobre Ramalho Eanes, **Manuela Goucha Soares**, *António Ramalho Eanes*, Lisboa, Museu da Presidência da República, 2006; **M. Vieira Pinto**, *O General Ramalho Eanes e a História Recente de Portugal*, Lisboa, Âncora Editora, 2014; **Isabel Tavares**, *Ramalho Eanes, o último general*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2017; **Fátima Campos Ferreira**, *Ramalho Eanes. Palavra que conta*, prefácio de Marcelo Rebelo de Sousa, posfácio de António Barreto, Porto, Porto Editora, 2024.

Sobre Mário Soares, a bibliografia é muito vasta, interessando particularmente, para o período do cavaquismo, o livro-entrevista de **Maria João Avillez**, *Soares. Democracia e Soares. O Presidente*, alvo de várias edições, a mais recente das quais pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2024. É também importante a obra de **Mário Soares**, *Um Político Assume-se. Ensaio autobiográfico, político e ideológico*, Lisboa, Temas e Debates, 2011. Ver ainda a biografia de **Joaquim Vieira**, *Mário Soares. Uma vida*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013. Mais recentemente, **Augusto Santos Silva**, *O Essencial sobre Mário Soares*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2025. É muito interessante a obra de **Estrela Serrano**, *As Presidências Abertas de Mário Soares. As estratégias e o aparelho de comunicação do Presidente da República*, Coimbra, Minerva, 2002 E, sobre as eleições presidenciais de 1986, **João Reis Alves**, *A Segunda Volta. 1986, as eleições que mudaram o país*, Lisboa, Contraponto Editores, 2026.

De **Freitas do Amaral**, e para o período que interessa, *Memórias Políticas*, volume II – *A transição para a democracia (1976-1982)*, Lisboa, Bertrand, 2008. Id., *Memórias Políticas*, volume III – *Um percurso singular (1982-2017)*, Lisboa, Bertrand, 2018.

Sobre Adelino Amaro da Costa, **Maria do Rosário Carneiro** e **Célia Pedroso**, *Adelino Amaro da Costa. Histórias de uma vida interrompida*, prefácio de Mário Soares, Alfragide, Casa das Le-

tras, 2010; **Filipe Ribeiro de Menezes**, *Adelino Amaro da Costa. Biografia parlamentar*, Lisboa, Assembleia da República, 2021.

Sobre Francisco Lucas Pires, **Edmundo Alves**, *Francisco Lucas Pires. O desafio da liberdade*, Lisboa, Assembleia da República, 2022; **Nuno Gonçalo Poças**, *O Príncipe da Democracia. Uma biografia de Francisco Lucas Pires*, Alfragide, Dom Quixote, 2024.

De **Adriano Moreira**, *A Espuma do Tempo. Memórias do Tempo de Vésperas*, Coimbra, Almedina, 2008. Id., *Memórias do Outono Ocidental. Um século sem bússola*, Coimbra, Almedina, 2013.

De **Francisco Pinto Balsemão**, *Memórias*, Porto, Porto Editora, 2021. Id., *Memórias. Expresso, 50 anos*, 3 volumes, Lisboa, 2023. E, sobre ele, **Joaquim Vieira**, *Francisco Pinto Balsemão*, Lisboa, Planeta, 2017; **AA.VV.**, *Um Homem à Frente do Seu Tempo. Francisco Pinto Balsemão. Democracia, Liberdade, Inovação*, Lisboa, Avenida da Liberdade Editores, 2025.

Sobre Carlos Mota Pinto, **João Pedro George**, *Mota Pinto. Biografia*, Lisboa, Contraponto, 2016.

Sobre Jorge Sampaio, a biografia definitiva é da autoria de **José Pedro Castanheira**, *Jorge Sampaio. Uma biografia*, dois volumes, Porto, Porto Editora-Nelson de Matos, 2012 e 2017, mas pode consultar-se igualmente **João Bonifácio Serra** (coord.), *Era Uma Vez Jorge Sampaio. Histórias e imagens...*, Lisboa, Tinta-da-china, 2022. Importa também ver alguns livros da sua autoria: *A Festa de um Sonho*, Lisboa, Inquérito, 1991; *Três Gerações de Políticos. Os grandes desafios no limiar do milénio*, Porto, Página a Página, 1994; *Um Olhar Sobre Portugal*, entrevista a Margarida Marante, Lisboa, Nomen, 1995; *Quero dizer-vos*, Lisboa, Notícias, 2000; *Com os Portugueses. Dez anos na Presidência da República*, Porto, Edições Afrontamento, 2005.

Sobre António Guterres, **Adelino Cunha**, *António Guterres. Os segredos do poder*, Lisboa, Alêtheia, 2013; **Pedro Lateiro** e

**Filipe Domingues**, *O Mundo Não Tem Que Ser Assim. Biografia de António Guterres*, Rio de Janeiro, Liser, 2024.

Sobre José Sócrates, **Eduarda Maio**, *Sócrates. O menino de ouro do PS*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008; **Rui Costa Pinto**, *José Sócrates. O homem e o mito*, Cascais, Exclusivo, 2009; **José Maria Rodrigues da Silva**, *A Crise Financeira e Económica e as outras: ideológica, identitária, cultural, ética, política do progresso, da justiça e da informação. Adenda: o 1.º Ministro José Sócrates e as crises*, Lisboa, Âncora Editora, 2010; **David Dinis** e **Hugo Filipe Coelho**, *Resgatados. Os bastidores da ajuda financeira a Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012; **Fernando Esteves**, *Cercado. Os dias fatais de José Sócrates*, Lisboa, Matéria-Prima, 2015; **António José Moraes**, *Sócrates, a Cova da Beira e a licenciatura. Verdades e mentiras*, Lisboa, Chiado Editora, 2015; **Rui Verde**, *Os Três Magníficos. Sócrates, Lula e José Eduardo dos Santos*, Cascais, Rui Costa Pinto Edições, 2016; **Felícia Cabrita** e **Joaquim Vieira**, *Caso Sócrates. O julgamento do regime*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2017; **João Miguel Tavares**, *José Sócrates. Ascensão, 1957-2005*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2025. Do próprio **José Sócrates**, *Só Agora Começou*, prefácio de Dilma Rouseff, Lisboa, Actual, 2021. Id., *Todos Contra Um. Crónica de um processo de ruptura*, Lisboa, Âncora Editora, 2025.

Sobre Pedro Passos Coelho, **Felícia Cabrita**, *Passos Coelho. Um homem invulgar*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011; **Sofia Aureliano**, *Somos o que Escolhemos. Biografia de Pedro Passos Coelho*, Lisboa, Alêtheia, 2015.

Sobre António Costa, do próprio, *Caminho Aberto. Textos de intervenção política*, Lisboa, Quetzal Editores, 2012; **Miguel Marujo** e **Octávio Lousada**, *António Costa. Os meios e os fins do líder socialista*, Lisboa, Matéria-Prima, 2015; **Bernardo Ferrão** e **Cristina Figueiredo**, *Quem Disse que Era Fácil? Os caminhos de*

*António Costa para chegar ao poder*, prefácios de António Lobo Xavier e José Pacheco Pereira, Alfragide, Livros d’Hoje, 2015; **Márcia Galvão e Rita Tavares**, *Como Costa Montou a Geringonça em 54 dias. Os bastidores do acordo histórico da esquerda*, prefácio de José Pacheco Pereira, Alfragide, Lua de Papel, 2016; **Inês Serra Lopes**, *A Geringonça*, Alfragide, Oficina do Livro, 2019.

Sobre Marcelo Rebelo de Sousa, a biografia mais completa é de **Vítor Matos**, *Marcelo Rebelo de Sousa. Biografia*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012. Para o período em apreço, veja-se **Conceição Monteiro, José Miguel Júdice, Marcelo Rebelo de Sousa e Pedro Santana Lopes**, *Contra o Bloco Central*, Lisboa, Cognition, 1983.

Alguns antigos governantes de Cavaco Silva publicaram memórias ou depoimentos. Destaca-se, pela sua vastidão e pormenor, a obra monumental de **Luís Valente de Oliveira**, *Trilhos. Memórias. Por vezes, quase um diário*, em doze volumes, publicados em 2022 e disponíveis *online* na página na Internet da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Além destas, **Miguel Cadilhe**, *Factos e Enredos. Quatro anos no Ministério das Finanças*, Porto, Asa, 1990; **Eduardo Catroga**, *Gestão, Política e Economia. Vivências e Reflexões*, prefácio de Aníbal Cavaco Silva, posfácios de António Mexia e de Paulo Teixeira Pinto, Lisboa, Bertrand, 2018; **Pedro Santana Lopes**, *Percepções e Realidade, 2004*, Lisboa, Alêtheia. Id., *Causas de Cultura*, Lisboa, Quetzal Editores, 2003.

Alguns dos seus ministros publicaram os seus discursos ou colectâneas de intervenções públicas. Assim, por exemplo: **João de Deus Pinheiro**, *Notas Sobre Questões Actuais da Política Externa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1989. Id., *Grandes Eixos da Política Externa no Portugal de Hoje*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1989. Id., *Mudanças no Centro e Leste da Europa*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1990.

Id., *Reflexões Sobre a (Nova) Construção Europeia*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1990; **José Manuel Durão Barroso**, *A Política Externa Portuguesa. Seleção de discursos, conferências e entrevistas do ministro dos Negócios Estrangeiros (1992-1993)*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1995; **Luís Mira Amaral**, *A Crise Económica Social do Distrito de Setúbal*, Lisboa, Ministério do Trabalho e Segurança Social, 1986. Id., *Coordenadas Políticas da Segurança Social. O caso português*, Lisboa, Ministério do Trabalho e Segurança Social, 1986. Id., *O Desemprego e as Políticas de Emprego em Portugal*, Lisboa, Ministério do Trabalho e Segurança Social, 1987. Id., *A Crise Política, Económica e Social do Estado-Providência e as Estratégias de Inovação no Domínio da Segurança Social*, Lisboa, Ministério do Trabalho e Segurança Social, 1987.

Sobre alguns dos seus antigos governantes ou protagonistas políticos, pode consultar-se **Carla Martins**, *Mulheres, Liderança Política e Média. Os casos de Maria de Lourdes Pintassilgo e de Manuela Ferreira Leite*, Lisboa, Alêtheia, 2015; **Sílvia de Oliveira**, *De Que Cor é o Medo. Biografia de Paulo Teixeira Pinto*, prefácio de Pedro Abrunhosa, posfácio de Paulo Teixeira Pinto, Lisboa, Bertrand, 2017; **Artur Teodoro de Matos, Guilherme d'Oliveira Martins, Peter Hanenberg** (coords.), *O Futuro ao Nosso Alcance. Homenagem a Roberto Carneiro*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2017; **Luís Rosa**, *Luís Marques Mendes. Uma vida política*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2025. De **Rui Rio**, veja-se *A Política in Situ*, prefácio de José Pacheco Pereira, Porto, Porto Editora, 2002; **Mário Jorge de Carvalho**, *Rui Rio. De Corpo e alma*, prefácio de Nuno Morais Sarmiento, posfácio de Fernando Neves de Almeida, Porto, Porto Editora, 2014; **Carlos Mota Cardoso**, *Rui Rio. Raízes de Aço*, Vila do Conde, Verso da História, 2015. Sobre outro dirigente social-democrata, **Nuno**

**Nogueira Santos**, *A Varinha Mágica de Valentim Loureiro. Méritos, truques e habilidades populistas*, Carcavelos, Prime Books, 2008. Sobre Duarte Lima, **António José Vilela**, *Apanhados. As investigações judiciais às fortunas escondidas dos ricos e poderosos*, Lisboa, Manuscrito Editora, 2017; **Carlos Santos**, *Rio Derradeiro. Toda a investigação a Duarte Lima no caso da morte de Rosalina Ribeiro*, Alfragide, Oficina do Livro, 2017.

Sobre algumas controvérsias do tempo de Cavaco Silva, **Bruno Paixão**, *O Escândalo Político em Portugal (1991-1993 e 2002-2004)*, Coimbra, Minerva, 2010; **Daniel Proença de Carvalho**, *O Processo contra Leonor Beza*, prefácio de Mário Soares, Publicações Europa-América, 1996; **Aristides Teixeira**, *Histórias da Desistência. Por que não fui Presidente da República*, Lisboa, Minerva, 1997; **Ana Drago**, *Agitar Antes de Ousar. O movimento estudantil «antipropinas»*, Porto, Edições Afrontamento, 2004; **Filipe Santos Costa e Liliana Valente**, *O Independente. A máquina de triturar políticos*, Lisboa, Matéria-Prima, 2015. Sobre o caso do BPN, **João Carvalho das Neves e Manuel Meira Fernandes**, *BPN. Estado a mais, supervisão a menos*, Lisboa, Actual, 2011; **Sílvia Freches**, *O Escândalo do BPN*, Lisboa, Gradiva, 2012; **Hugo Bragança Monteiro**, *Quem é Oliveira Costa? O furacão do BPN*, s.l., Bnomics, 2013. Sobre o caso BES, **José Poças Esteves e Avelino de Jesus**, *Caso BES. A realidade dos números*, Lisboa, Clube do Autor, 2015. Id., *Caso BES. O impacto da resolução na economia portuguesa*, prefácio de Eduardo Catroga, Lisboa, Clube do Autor, 2018; **Filipe S. Fernandes**, *As Vítimas do Furação Espírito Santo*, Alfragide, Oficina do Livro, 2014; **Maria João Babo e Maria João Gago**, *O Último Banqueiro, Ascensão e queda de Ricardo Salgado. 20 anos a liderar o banco de todos os regimes*, Alfragide, Lua de Papel, 2014; **Sílvia Caneco**, *As Conversas Secretas do Clã Espírito Santo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015. Sobre o

BANIF, **António José Vilela**, *A Teia do BANIF. Dos negócios da elite angolana à Lava Jato. Os planos secretos de um banco maldito*, prefácio de João Paulo Batalha, Porto, Casa das Letras, 2023.

Sobre alguns protagonistas da época, importa ainda atentar, entre outros, nas obras de **Manuel Jacinto Nunes**, *Memórias Soltas*, Lisboa, Alêtheia, 2009; **José Narciso Cunha Rodrigues**, *Memórias Improváveis. Os longos anos de um procurador-geral*, Coimbra, Almedina, 2020; **António de Almeida Santos**, *Virtuosa Sensaboria*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1985; Id., *As Notas do Futuro*, s.n., Coimbra, 1991; Id., *Os Mal Amados*, Lisboa, O Jornal, 1991; Id., *Civismo e Rebelião*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995; Id., *Até que a Pena me Doa...*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1995; Id., *Por favor preocupem-se!*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998; Id., *Do Outro Lado da Esperança*, prefácio de Mário Soares, Lisboa, Editorial Notícias, 1999; Id., *Quase Retratos*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999; Id., *Quase Memórias*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006; **Álvaro Cunhal**, *Fracasso e Derrota do Governo de Direita do PSD, Aníbal Cavaco Silva*, Lisboa, Edições Avante!, 2016; **Francisco Salgado Zenha**, *As Reformas Necessárias*, selecção, prefácio e anotações de Mário Mesquita, Lisboa, Reproscan, 1988; **Manuel Alegre**, *Memórias Minhas*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2024; **Alberto João Jardim**, *Relatório de Combate. Memórias*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2017; **Luís Bastos**, *João Bosco Mota Amaral, Fotobiografia*, s.l., Letras Lavadas, 2021; **Francisco de Sousa Tavares**, *Escritos Políticos*, 2 volumes, Porto, Mário Figueirinhas, 1996. Id., *Uma Voz na Revolução. Testemunhos e causas*, selecção de textos e introdução de Miguel Sousa Tavares, prefácio de António Barreto, Lisboa, Clube do Autor, 2014; **Luís Filipe Menezes**, *Sulista, Elitista e Liberal q.b.* Porto, Lello Editores, 2003. Id., *Coragem de Mudar*, Lisboa, Prime Books, 2007. Id.,

*O Dia a Seguir*, Lisboa, Chiado Books, 2019. Id., *Homo Líder. Histórias de homens comuns*, Lisboa, LisbonPress, 2021; **Pedro Vieira**, *Todos os Portos a Que Cheguei*. Vasco Rocha Vieira, prefácio de António Ramalho Eanes, Lisboa, Gradiva, 2010; **Manuel Monteiro**, *O Não com Razão*, Lisboa, O Espírito das Leis, 2005. Id., *Um Conservador à Moda do Minho*, Lisboa, Chiado Editora, 2009; **Zita Seabra**, *Foi Assim*, Lisboa, Alêtheia, 2007; **José António Saraiva**, *Confissões de um Director de Jornal. Nos bastidores do Expresso e do poder*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2003. Id., *Confissões. Os últimos anos do Expresso, o nascer do Sol e as conversas com políticos à mesa*, Cruz Quebrada, Oficina do Livro, 2006. Id., *Eu e os Políticos. O que não pude (ou não quis escrever até hoje). O livro proibido*, Lisboa, Gradiva, 2016; **Carlos de Azevedo**, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, Porto, Civilização, 2004; **Manuela Goucha Soares** (coord.), *Primeiras Páginas. Expresso, 25 Anos*, Lisboa, Expresso, 1998; **Daniel Proença de Carvalho**, *Justiça, Política e Comunicação Social. Memórias do advogado*, Lisboa, Bertrand Editora, 2022; **Maria João Avillez**, *Vitor Gaspar por Maria João Avillez*, posfácio de Guilherme d'Oliveira Martins, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2013; **Luís Rosa**, *O Governador. Carlos Costa, ex-líder do Banco de Portugal, e as revelações sobre os 10 anos mais críticos da história recente do país*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2022; **AA.VV.**, *Ernâni Lopes. Vida e pensamento*, Lisboa, UCP Editora, 2025; **Emílio Rui Vilar** e **Rita Bessone Basto** (orgs.), *João Salgueiro. Planeamento, política e economia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2026.

Quanto aos meios económicos e empresariais, veja-se: **José Freire Antunes**, *Champalimaud*, Lisboa, Temas e Debates, 1997. **Rui Ochoa** e **Maria João Avillez**, *António Champalimaud. 10 Anos depois*, Lisboa, Fundação Champalimaud, 2014; **Luís Osório**, *Jardim Gonçalves. O poder do silêncio*, prefácio de

António Ramalho Eanes, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2014; **Miguel Figueira de Faria, Carolina Peralta Trewinard e Paulo Fernandes**, *Banco Comercial Português. A primeira década, 1985-1995*, Lisboa, Inapa, 2001; **Filipe S. Fernandes**, *Fortunas & Negócios. Empresários portugueses do século XX*, Lisboa, Oficina do Livro, 2003. Id., *Os Excomungados de Abril. Os empresários na revolução*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2005. Id., *O Homem Sonae. A gestão segundo Belmiro de Azevedo*, Alfragide, Academia do Livro, 2008. Id., *Alexandre Soares dos Santos. Um empresário de sucesso num país em crise*, Lisboa, Matéria-Prima, 2014; **Miguel Figueira de Faria, José Manuel de Mello**. *A cultura da união*, Lisboa, Bertrand, 2018; **Helder Carita**, com fotografias de **António Homem Cardoso**, *Américo Amorim. 50 anos de trabalho*, Mozelos, Edição Sociedade Agrícola de Cortiças Floccor, S. A., 2002; **AA.VV.**, *Amorim. História de uma família*, dois volumes, Vila Franca de Xira, Grupo Amorim, 1997; **Manuela de Sousa Rama**, *Pedro Caldeira. Tempo de ser claro*, Lisboa, Editorial Notícias, 1996; **Francisco Louçã, João Teixeira Lopes e Jorge Costa**, *Os Burgueses. Quem são, como vivem e como mandam*, Lisboa, Bertrand, 2014; **Maria Filomena Mónica**, *Os Grandes Patrões da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990. Id., *Os Ricos. Da revolução de 1820 até hoje*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2018; **Pedro T. Neves**, *António Saraiva. Um certo perfil*, Lisboa, Guerra & Paz, 2025.

Sobre as campanhas eleitorais, **Miguel Pinheiro e Gonçalo Bordalo Pinheiro**, *A Máquina do Poder. Os bastidores dos três maiores partidos políticos em campanha: PS, PSD e CDS*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014; **Luís Paixão Martins**, *Como Perder Uma Eleição. Manual de comunicação eleitoral do consultor das maiorias absolutas*, Lisboa, Zigurete, 2023. Sobre algumas obras emblemáticas do cavaquismo, ou outras realizações, **Francisco**

**Santana e Rosa Honrado Calado**, *Ponte Vasco da Gama / Bridge*, Lisboa, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1999; **Domingos de Mendonça Raimundo**, *Centro Cultural de Belém. Aspectos significativos da construção*, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 1994; **António Luís Gomes**, *Centro Cultural de Belém. O sítio, a obra*, prefácio de Carlos Antero Ferreira, Lisboa, Centro Cultural de Belém, 1993; **João Paulo Martins**, *O CCB por Daciano Costa*, Lisboa, Tinta-da-china, 2023; **José Manuel das Neves**, *Serralves. A Fundação*, Porto, Asa, 2002; **Maria do Carmo Barradas**, *A Marca da Fundação de Serralves. Estudo de caso*, tese de mestrado em Gestão apresentada à Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa, 2 volumes, policopiado, Lisboa, 2009; **Leonor de Oliveira**, *Museu de Arte Contemporânea de Serralves. Os antecedentes, 1974-1989*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013; **Catarina Rosendo**, *Serralves. A história da colecção*, Porto, Serralves, 2016; **Maria Fernanda Rollo e Inês José**, *Parque de Serralves 100 anos de história*, Porto, Fundação Serralves, 2023; **Célia Regina Fulcher**, *Criação Arquitectónica versus Transformações Urbanas. Monografia sobre o Centro Comercial Colombo*, tese de mestrado em Cultura Arquitectónica Contemporânea e Construção da Sociedade Moderna, 2 volumes, policopiado, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 1998.

São ainda fundamentais, para a compreensão do cavaquismo e dos tempos da Presidência, os textos de alguns comentadores e cronistas dessas épocas, muitos dos quais reunidos em livro. Assim, entre muitos outros: **António Barreto**, *Tempo de Mudança*, Lisboa, Relógio d'Água, 1996. Id., *Sem Emenda*, Lisboa, Relógio d'Água, 1996. Id., *Uma Década. Retrato da semana, 1991-1999*, Lisboa, Relógio d'Água, 1999. Id., *Tempo de Incerteza*, Lisboa, Relógio d'Água, 2002. Id., *Novos Retratos do Meu País*,

1999-2003, Lisboa, Relógio d'Água, 2003. Id. *Anos Difíceis*, Lisboa, Relógio d'Água, 2009. Id., *Tempo de Escolha*, Lisboa, Relógio d'Água, 2017 (António Barreto é também autor, com colaboração de Clara Valadas Preto, da obra *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1996); **Marcelo Rebelo de Sousa**, *Um Ano em Exame*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1994; **Nuno Brederode Santos**, *Rumor Civil*, Lisboa, Relógio d'Água, 1990. Id., *Crónicas do Jornal Expresso*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Livros Cotovia, 2019; **Vítor Cunha Rego**, *Na Prática a Teoria é Outra. Escritos, 1957-1999*, prefácio de José Cutileiro, edição de Vasco Rosa e André Cuna Rego, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2018; **Alfredo Barroso**, *Janela Indiscreta. Diários, crónicas e retratos*, Lisboa, Quetzal Editores, 1994; **Vítor Ramalho**, *A Memória do Futuro*, prefácio de Mário Soares, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001; Id., *As Minhas Causas*, Lisboa, Guerra & Paz, 2022; **Mário Mesquita**, *A Regra da Instabilidade*, prefácio de Norberto Lopes, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987; Id., *O Estranho Dever do Cepticismo. Vinte anos de comentários de imprensa*, prefácio de Lídia Jorge, Lisboa, Tinta-da-china, 2013; **Maria Filomena Mónica**, *Visitas ao Poder*, Lisboa, Quetzal, 1993. Id., *Vida Moderna*, organização de Vasco Rosa, Lisboa, Quetzal, 1997. Id., *Cenas da Vida Portuguesa*, Lisboa, Quetzal, 1999. Id., *Os Sentimentos de uma Ocidental*, Lisboa, Quetzal, 2002. Id., *Confissões de uma Liberal*, Vila Nova de Famalicão, Quasi, 2008. Id., *Nós, os Portugueses*, Vila Nova de Famalicão, Quasi, 2008. Id., *Vidas. Biografias, perfis e encontros*, Lisboa, Alêtheia, 2010; **Vasco Pulido Valente**, *Às Avestas*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1990. Id., *Retratos e Auto-Retratos. Ensaios e memórias*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1997. Id., *Esta Ditosa Pátria*, Lisboa, Relógio d'Água, 1997. Id., *De Mal a Pior. Crónicas (1998-2015)*, compila-

ção de Miguel Pinheiro, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2016; **Leonardo Ferraz de Carvalho**, 1992, prefácio de Paulo Portas, Lisboa, O Independente, 1990. Id., *Vou Ali e Já Venho. Últimas crónicas, 1995-98*, organização de Vasco Rosa, Lisboa, O Independente, 1999; **Manuel José Homem de Melo**, *Radiografias Políticas e Outros Textos, 1981/1988*, prefácio de Mário Soares, Venda Nova, 1990. Id., *Páginas do Meu Diário, 1 de Janeiro-10 de Outubro de 1995*, prefácio de Daniel Proença de Carvalho, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995; **Henrique Monteiro**, *Cartas Abertas. Espólio do comendador Marques de Correia*, prefácio e selecção de textos de Irene Fialho, Lisboa, Bertrand, 2001; **Pedro Arroja**, *Cataláxia. Crónicas de Economia Política*, Porto, Vida Económica, 1993; **Vasco Graça Moura**, *Papéis de jornal. Crónicas e outros materiais*, Venda Nova, Bertrand, 1997; **José Pacheco Pereira**, *O Nome e a Coisa. Textos dos anos 80 e 90*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997. Id., *Vai Pensamento. Ensaios e outros textos*, Lisboa, Quetzal Editores, 2002. Id., *Quod erat demonstrandum. Diário das presidenciais (Julho 2005-Janeiro 2006)*, Lisboa, Alêtheia, 2006. Id., *O Paradoxo do Ornitorrinco. Textos sobre o PSD*, Lisboa, Alêtheia, 2007. Id., *Desesperada Esperança e Outros Textos*, Lisboa, Editorial Notícias, 1999. Id., *Crónicas dos Dias do Lixo. Da queda de Sócrates à “refundação do Estado” (2010-2013)*, Lisboa, Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2013; **José Miguel Júdice**, *Bastonadas*, Cruz Quebrada, Casa das Letras, 2006. *Portugalando. Olhares de um optimista preocupado*, prefácio de António Barreto, Vila Nova de Famalicão, Quasi, 2008; **Miguel Sousa Tavares**, *A História Não Acaba Assim. Escritos políticos, 2005-2012*, Lisboa, Clube do Autor, 2012; **João Carlos Espada**, *Liberdade e Responsabilidade Pessoal. 25 anos de crónicas políticas (1981-2006)*, prefácio de José Manuel Durão Barroso, Estoril, Principia, 2008; **Francisco Louçã** et all., *Malhas que a memória tece. Textos publi-*

cados na revista *Combate entre 1988-1998*, Lisboa, Combate, 2008. Id. e **Mariana Mortágua**, *A Dividadura: Portugal na crise do euro*, Lisboa, Bertrand, 2012; **Rui Miguel Peres Jorge**, *Os 10 erros da troika em Portugal. Austeridade, sacrifícios e empobrecimento: as reformas que abalaram o país*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014; **Luís Reis Marques**, *Da Troika à Geringonça*, prefácio de Luís Marques Mendes, Lisboa, Guerra & Paz, 2020; **Eduardo Paz Ferreira**, *Crónica dos Anos de Chumbo: 2008-2013*, Lisboa, Edições 70, 2013. Id. (coord.), *Troika ano II. Uma avaliação de 66 cidadãos*, Lisboa, Edições 70, 2013. Id., *Encostados À Parede. Crónicas de novos anos de chumbo*, Lisboa, Quetzal, 2015; **Maria João Avillez**, *Eu Estive Lá. 50 Anos em Conversas*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2024; **António Guerreiro**, *Zonas de Baixa Pressão. Crónicas escolhidas*, Lisboa, Edições 70, 2021. São também muito interessantes – e importantes –, até porque reveladoras do *esprit du temps*, as crónicas de **Miguel Esteves Cardoso**, *Independente Demente*, prefácio de Paulo Portas, posfácio de Miguel Esteves Cardoso, Lisboa, Bertrand, 2022.

Sobre os meios intelectuais ou alguns dos seus protagonistas, **Eduarda Dionísio**, *Títulos, Acções, Obrigações (A Cultura em Portugal, 1974-1994)*, Lisboa, Salamandra, s.d. **Miguel Real**, *O Romance Português Contemporâneo, 1950-2010*, Alfragide, Editorial Caminho, 2012. Os vários volumes do diário de **Vergílio Ferreira**, *Conta-Corrente*, editados pela Bertrand, ou os *Cadernos de Lanzarote*, de **José Saramago**, dados à estampa pela Caminho (e, sobre Saramago, a biografia de **Joaquim Vieira**, *José Saramago. Rota de vida*, Lisboa, Livros Horizonte, 2018); **Mário Dionísio**, *Passageiro Clandestino*, volume V, 1983-1989, Lisboa, Casa da Achada-Centro Mário Dionísio, 2025; **Eduardo Prado Coelho**, *Tudo o Que Não Escrevi. Diário*, Porto, Asa, 1992; **Manuel Maria Carrilho**, *Hipóteses de Cultura*, Lisboa, Presen-

ça, 1999. Id., *O Estado da Nação*, Lisboa, Editorial Notícias, 2001. *Política à Conversa*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003. Id., *Crónicas Intempestivas*, Lisboa, Temas e Debates, 2004. Id., *O Impasse Português*, Cruz Quebrada, Editorial Notícias, 2005. Id., *Sob o Signo da Verdade*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2006. Id., *E Agora? Por uma nova república*, Porto, Sextante, 2010. Id., *De Olhos Bem Abertos.*, Porto, Sextante, 2011. *Pensar o Mundo. Obras, 1982-2012*, Coimbra, Grácio Editor, 2012. *Pensar o Que Lá Vem. Para acabar com o Portugal pasmado*, Lisboa, Planeta, 2015; **Al Berto**, *Diários*, edição e apresentação de Golgona Anghel, Lisboa, Assírio & Alvim, 2012; **Vicente Jorge Silva**, *Conversas com Isabel Lucas*, Lisboa, Temas e Debates, 2013; **Jorge Silva Melo**, *Século Passado*, Lisboa, Livros Cotovia, 2007; **Pedro Paixão**, *Espécie de Amor*, Parede, Prime Books, 2014; **Marcello Duarte Mathias**, *A Memória dos Outros. Ensaios e crónicas*, Lisboa, Gótica, 2001. Id., *No Devagar Depressa dos Tempos*, volume II – *Os dias e os anos, 1970-1993*, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2010. Num campo semi-ficcional, são interessantes as obras de **Matthieu Garrigou-Lagrange**, *Le brutaliste*, Paris, Éditions de l'Olivier, 2021, sobre o arquitecto Tomás Taveira e o seu tempo, e de **Virgílio Castelo**, *Consumo Obrigatório. O escândalo e a ternura da autobiografia de toda uma geração*, Lisboa, Guerra & Paz, 2026.

Para uma reconstrução do ambiente sociocultural da época, pode ver-se **Joana Stichini Vilela e Pedro Fernandes**, *Lx80. Lisboa entra numa nova era*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2016; **António Araújo**, *Da Direita à Esquerda. Cultura e sociedade em Portugal, dos anos 80 à actualidade*, Porto Salvo, Saída de Emergência, 2016. Id., *Prova de Vida. Retratos do Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Tinta-da-china, 2024; **Nuno Markl**, *Caderneta de Cromos*, ilustrações de Patrícia Furtado, Carnaxide, Objectiva, 2010; **Pedro Boucherie Mendes**, *A Década Prodigiosa. Crescer*

em Portugal nos anos 80, Alfragide, Publicações Dom Quixote, 2024. Na perspectiva da cultura de massas, e entre outras obras, ver **Aristides Duarte**, *Memórias do Rock Português*, 2 volumes, Soito, edição de autor, 2006-2010; **Henrique Amaro** e **Ana Cristina Ferrão** (coords.), *Eu Estive Lá! Bilhetes de concertos em Portugal*, Lisboa, Tinta-da-china, 2022.

Num registo humorístico, além das obras de diversos caricaturistas (v.g., António, Augusto Cid), e da revista *O Cavaco*, publicada e dirigida por **José Vilhena** entre 1994 e 1995, cf., entre outros, **Paula Mascarenhas**, *Ser do Contra*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000; **Nuno Artur Silva et al.**, *Ao Serviço de Sua Majestade. Uma selecção de textos para Herman José 1992-1996*, Lisboa, TV Guia, 1996; **António Costa Santos**, *Herman, o Verdadeiro Artista*, com a colaboração de Herman José, prefácio de Mário Soares, Lisboa, Guerra & Paz, 2011; **António Ribeiro**, *D. Maria, a Empregada de Cavaco*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2012.

Considerou-se excessivo e dispensável enunciar as obras de conteúdo genérico, de ciência ou de história política, sobre os governos e o mandato presidencial de Cavaco Silva, bem como as obras sobre a política externa nesse período, com destaque para as questões europeias e o Tratado de Maastricht, África em geral e Angola em particular, Macau ou Timor-Leste. Além dos académicos, alguns diplomatas publicaram obras relevantes a esse propósito. Existem inúmeras obras sobre a nossa integração europeia, e com as mais variadas perspectivas. A título de balanço, pode consultar-se o estudo coordenado por **Augusto Mateus**, *25 Anos de Portugal Europeu. A economia, a sociedade e os fundos estruturais*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013, disponível em linha; e, do mesmo autor, também disponível em linha, *Três Décadas de Portugal Europeu. Balanço e perspectivas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2015.

Para uma panorâmica geral do período, de índole cronológica, deve consultar-se a obra, em vários volumes, de **Paulo Silveira e Sousa, António J. Ramalho e Octávio Gameiro**, *Cronologias do Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Círculo de Leitores-Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016. Para informação quantitativa, e além da disponibilizada por entidades oficiais (v.g., Instituto Nacional de Estatística, Banco de Portugal), pode consultar-se a PORDATA – Base de Dados de Portugal Contemporâneo, disponibilizada *online* pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, bem como a obra *25 de Abril. 40 Anos de Estatísticas*, editada pelo Instituto Nacional de Estatística em 2014 e disponibilizada *online*.

Para uma compreensão do ambiente internacional da época, vejam-se, por exemplo, **Joseph E. Stiglitz**, *Os Loucos Anos 90. A década mais próspera do mundo*, tradução portuguesa, Lisboa, Terramar, 2005; **James Brooke-Smith**, *Os Delirantes Anos 90. Uma história da última década do século XX*, tradução portuguesa, Lisboa, Objectiva, 2023; **Stuart Jeffries**, *Tudo a Toda a Hora em Todo o Lado. Como nos tornámos pós-modernos*, tradução portuguesa, Lisboa, Livros Zigate, 2024.

Além de monografias, é essencial consultar alguns jornais, como *Diário de Notícias*, *Expresso*, *Público* ou *O Independente*, ou, entre outras, a revista *Kapa*. É ainda fundamental percorrer os Arquivos da RTP e, com menor interesse, da SIC.

Não há um levantamento fotográfico do cavaquismo, mas é ilustrativo ver, para um período imediatamente anterior, **Joaquim Vieira** (dir.), *Portugal, Século XX. Crónica em imagens*, volume 8 – 1970-1980, Lisboa, Bertrand, 2006; **Mário Cabrita Gil**, *A Idade da Prata*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986; **Luís Pavão**, *Lisboa Frágil*, Lisboa, Documenta, 2024; **Álvaro Rosendo**, *Love Song*, Lisboa, Tinta-da-china, 2026;

**Daniel Blaufuks**, *Lisboa Cliché*, Lisboa, Tinta-da-china, 2021. E, neste contexto, o site Frágil: <http://fragil.luxfragil.com>. Para as imagens das campanhas presidenciais de Cavaco Silva, **AA.VV.**, *Perto dos Portugueses: Portugal maior. Campanha presidencial de Aníbal Cavaco Silva, Outubro de 2005-Janeiro de 2006*, com imagens de Rui Ochôa e Luís Filipe Catarino, Lisboa, Alêtheia, 2006; **AA.VV.**, *Acredito nos Portugueses. Campanha eleitoral de Aníbal Cavaco Silva. Presidenciais 2011*, com imagens de Luís Filipe Catarino, Luís Saraiva e Rui Ochôa, Lisboa, Alêtheia, 2011.

Os recursos electrónicos disponíveis não são muito abundantes, infelizmente, mas o Gabinete de Aníbal Cavaco Silva tem uma página oficial onde disponibiliza muita informação no endereço [www.gabinetesacramento.pt/pt/](http://www.gabinetesacramento.pt/pt/).

Deve também consultar-se o arquivo do Museu da Presidência da República, disponível em [www.museu.presidencia.pt/pt/conhecer/arquivo-dos-presidentes-mpr/](http://www.museu.presidencia.pt/pt/conhecer/arquivo-dos-presidentes-mpr/).

O arquivo de Aníbal Cavaco Silva como primeiro-ministro foi entregue por aquele à Direcção de Serviços de Documentação e Arquivo da Presidência da República, mas ainda não está acessível ao público.

António Araújo – jurista e historiador, professor universitário, autor de diversos livros e artigos sobre direito constitucional, ciência política e história política e cultural. Nesta colecção, já publicou biografias de Marcello Caetano e Humberto Delgado. Foi consultor para os assuntos políticos dos presidentes Aníbal Cavaco Silva e Marcelo Rebelo de Sousa, circunstância que, segundo crê, não comprometeu o distanciamento e independência deste escrito, redigido por iniciativa e a convite da revista *Sábado*.



## **RETRATOS POLÍTICOS**

### **BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES I**

- 01. ANTÓNIO OLIVEIRA SALAZAR POR JOAQUIM VIEIRA**
- 02. MARCELLO CAETANO POR ANTÓNIO ARAÚJO**
- 03. ÁLVARO CUNHAL POR ADELINO CUNHA**
- 04. FRANCISCO SÁ CARNEIRO POR JOÃO PACHECO**

### **BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES II**

- 01. HUMBERTO DELGADO POR ANTÓNIO ARAÚJO**
- 02. ANTÓNIO DE SPÍNOLA POR BRUNO VIEIRA AMARAL**
- 03. DIOGO FREITAS DO AMARAL POR JOAQUIM VIEIRA**
- 04. ANTÓNIO RAMALHO EANES POR ISABEL TAVARES**



Leia o QR Code para comprar online.

Para adquirir coleções anteriores ou alguns dos seus volumes, entre em contacto connosco através de [pedidos@colecõesanteriores.pt](mailto:pedidos@colecõesanteriores.pt) ou 218 367 007.

**A**níbal Cavaco Silva nasceu em Boliqueime, em 1939, e de lá saiu aos dezassete anos. Para se formar em Económicas, em Lisboa, com a mais alta classificação do seu curso, para se doutorar pela Universidade de Iorque, para ser ministro das Finanças de Sá Carneiro e, mais tarde, para obter quatro maiorias absolutas que fizeram dele o político com maior êxito eleitoral na história da democracia portuguesa. Em resultado disso, ocupou o cargo de primeiro-ministro durante uma década (1985-1995), e, depois, o de Presidente da República, outros dez anos, de 2006 a 2016. Naquilo que de mais essencial e substancial existe, Boliqueime nunca saiu dele, sendo essa, muito provavelmente, a razão maior dos seus triunfos, coisa que passou despercebida aos que, quando se deram ao trabalho de analisar o seu trajecto, ou a sua personalidade, foram incapazes de vencer a força do preconceito, quando não do ódio de classe.

António Araújo

**«CHAMAMOS-LHE DESTINO OU FADO. EU, QUE DURANTE 30 ANOS TINHA LUTADO POR UMA CARREIRA COMO ECONOMISTA E COMO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO, ERA AGORA O LÍDER DO SEGUNDO MAIOR PARTIDO PORTUGUÊS.»**

